



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Ciências Sociais – ICS
Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas – CEPPAC

Analu Fernandes

Mal necessário?
A memória da ditadura militar brasileira (1964-1985) entre os
estudantes de graduação da UnB

Brasília

2013

Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Ciências Sociais – ICS
Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas – CEPPAC

Mal necessário?
A memória da ditadura militar brasileira (1964-1985) entre os
estudantes de graduação da UnB

Analu Fernandes

Dissertação de mestrado apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais, especialista em estudos comparados sobre a América. Universidade de Brasília – UnB.

Orientadora: Prof.^a Simone Rodrigues Pinto

Brasília

2013

FERNANDES, Analu.

Mal necessário? A memória da ditadura militar brasileira (1964-1985) entre os estudantes de graduação da UnB - Brasília, 2013

179 p.

Dissertação de mestrado apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais, especialista em estudos comparados sobre a América. Universidade de Brasília – UnB.

Orientadora: Prof.^a Simone Rodrigues Pinto

MAL NECESSÁRIO?

**A MEMÓRIA DA DITADURA MILITAR BRASILEIRA (1964-1985)
ENTRE OS ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO DA UnB**

ANALU FERNANDES

Dissertação apresentada ao Centro de Pesquisa e Pós-Graduação Sobre as Américas da Universidade de Brasília como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais, especialista em Estudos Comparados Sobre as Américas.

Banca Examinadora

Professora Doutora Simone Rodrigues Pinto (presidente) – CEPPAC/UnB

Professora Doutora Célia Botelho da Costa – Departamento de História/UnB

Professor Doutor Martin-Léon-Jacques Ibáñez de Novion – CEPPAC /UnB

Brasília, 04 de setembro de 2013

À todos os militantes que lutaram contra a ditadura brasileira (1964-1985)

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais por todo apoio e incentivo.

Ao meu amado irmão que sempre acreditou em mim, me deu força, imensa alegria e sempre esteve ao meu lado em todos os momentos.

À minha orientadora Simone Rodrigues Pinto que acreditou neste projeto e me acolheu com muito carinho.

Ao diretor do Núcleo de Preservação da Memória Política de São Paulo (SP) e novo amigo, Maurice Politi, o primeiro a incentivar este projeto e me encorajar enquanto tudo parecia impossível, que pacientemente concedeu explicações, entrevistas e, principalmente, mesmo de longe, não se furtou a oferecer palavras de conforto e sabedoria nos momentos mais difíceis.

Aos colegas de Universidade de Brasília que se tornaram grandes amigos e me acompanharam de perto nesta caminhada: Sabrina Steinke, Marianan Yokoya, Clerismar Longo e Rogério Makino.

Aos amigos Liane Santullo, Jeanne Maz, Margarida Garofano, Marcella Garofano, Monique Alvarenga, Roberto Lucas Andrade e Eunice Souza que sempre vibraram muito com minhas conquistas.

Aos conselheiros da Comissão da Anistia; seu presidente, Paulo Abrão Pires Júnior, e demais colegas Marcelo Torelly e Marleide Rocha pela inestimável ajuda e parceria.

Ao contínuo aprendizado junto ao Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas (CEPPAC).

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES que apoiou financeiramente a realização deste trabalho.

À todos os ex-militantes que concederam entrevistas e aos alunos da graduação da Universidade de Brasília que dedicaram parte do seu tempo a fim de responder os questionários.

Oração de um preso
(Frei Betto)

Senhor,
quando olhares para os que nos aprisionam
e para aqueles que à tortura nos entregaram;
quando pesares as ações de nossos carcereiros
e as pesadas condenações de nossos juízes;
quando julgares a vida dos que humilharam
e a consciência dos que nos rejeitaram

Esquece Senhor, o mal que porventura cometeram.

Lembra, antes, que foi por este sacrifício
que nos aproximamos do teu Filho crucificado:
pelas torturas, adquirimos as suas chagas;
pelas grades, a sua liberdade de espírito;
pelas penas, a esperança de seu Reino;
pelas humilhações, a alegria de seus filhos.

Lembra, Senhor, que desse sofrimento
brotou em nós, qual semente esmagada que germina,
o fruto da justiça e da paz
a flor da luz e do amor.

Mas lembra, sobretudo Senhor,
que jamais queremos ser como eles,
nem fazer ao próximo o que fizeram a nós.

RESUMO

O presente estudo analisa a Memória Coletiva sobre o período ditatorial militar brasileiro de 1964 a 1985 no âmbito da Universidade de Brasília (UnB). Para isto, foram pesquisados os alunos de graduação das três grandes áreas de ciências (humanas, exatas e saúde) da instituição. A pesquisa também buscou conhecer o que os estudantes sabem sobre o período averiguado e qual discurso, dos diversos atores da última ditadura brasileira, permaneceu na memória destes estudantes. Com o intuito de averiguar o que estes estudantes depreendem sobre esta ditadura, buscou-se aferir as interpretações, imagens e percepções dos graduandos entrevistados. Os mitos fabricados na ditadura brasileira (1964-1985) também foram discutidos e analisados com a finalidade de compreender a Memória Coletiva do grupo pesquisado. Assim, o cerne desta pesquisa está nas ideias, valores e percepções dos graduandos, cujas falas exemplificam uma parcela da sociedade e revelam a atual visão dos estudantes da UnB sobre este período da recente história brasileira.

Palavras-Chave: Memória Coletiva, Ditadura, Ditadura Brasileira, Universidade de Brasília e Direitos Humanos.

ABSTRACT

This study analyzes the Collective Memory about the Brazilian dictatorship from 1964 to 1985 in the University of Brasília. To this end, we surveyed undergraduate students of the three main areas of knowledge in this institution: Humanities and Social sciences, Natural and formal sciences and Biological sciences. The research also sought to discern what these students know about the period examined and which discourse, elaborated by several actors of the last Brazilian dictatorship, remain in their memory. In order to determine what this undergraduate students think about this dictatorship, we sought to assess and evaluate their many interpretations, images and perceptions about this period. The myths on the Brazilian dictatorship (1964-1985) were also discussed and analysed with the aim to understand more about the Collective Memory of the group that has been researched. Thus, the essence of this research is in ideas, values and perceptions of undergraduate students whose discourse exemplified a part of society and reveals the actual perceptions of these students from the University of Brasília about this period in recent Brazilian history.

Key words: Collective Memory, Dictartorship, Brazilian Dictartorship, Brasília University and Human Rights.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 1: Ninguém segura este país..... 113
(fonte: O Livro do Ano – Edições Veja, uma publicação da Revista Veja, da Editora Abril Ltda, p. 113)
- Figura 2: Brasil: Ame-o ou deixe-o..... 114
(fonte: Revista Veja n. 95, de 01/07/1970, p. 30)
- Figura 3: Presidente Médici recebe a seleção brasileira de futebol.....115
(fonte: Revista Veja n. 154, de 18/08/1971, p. 8-9.)
- Figura 4: Pelé e o “símbolo da fé”. Publicidade da Shell.....142
(fonte: Revista Veja n. 95, de 01/07/1970, p. 31)

LISTA DE SIGLAS

ABI: Associação Brasileira de Imprensa

AERP: Assessoria Especial de Relações Públicas

AI: Ato Institucional

ALN: Ação Libertadora Nacional

AP: Ação Popular

ARENA: Aliança Renovadora Nacional

BNM: Relatório Brasil Nunca Mais

CCC: Comando de Caça aos Comunistas

CNBB: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CNV: Comissão Nacional da Verdade

CODI: Centro de Operações de Defesa Interna

Colina: Comando de Libertação Nacional

DOI: Destacamento de Operações de Informações

ECEME: Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

EMC: Educação Moral e Cívica

EME: Estado-Maior do Exército

FAAP: Fundação Armando Álvares Penteado

FMI: Fundo Monetário Internacional

IPM: Inquérito Policial Militar

JUC: Juventude Universitária Católica

MAC: Movimento Anticomunista

MDB: Movimento Democrático Brasileiro

MEB: Movimento de Educação de Base

MEC: Ministério da Educação

OAB: Ordem dos Advogados do Brasil

OBAN: Operação Bandeirantes

ORM-POLOP: Organização Revolucionária Marxista-Política Operária

OSPB: Orientação Social e Política Brasileira

PC do B: Partido Comunista do Brasil
PCB: Partido Comunista Brasileiro
PDT: Partido Democrático Trabalhista
PMDB: Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PP: Partido Popular
PSB: Partido Socialista Brasileiro
PSD: Partido Social Democrático
PT: Partido dos Trabalhadores
PTB: Partido Trabalhista Brasileiro
SBPC: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SDH: Secretaria de Direitos Humanos
SUS: Sistema Único de Saúde
UDN: União Democrática Nacional
UFMG: Universidade Federal de Minas Gerais
UME: União Metropolitana dos Estudantes
UnB: Universidade de Brasília
UNE: União Nacional dos Estudantes
Usaid: United States Agency for International Development
VAR-Palmares: A Vanguarda Armada Revolucionária
VPR: Vanguarda Popular Revolucionária
ZDI: Zonas de Segurança Interna

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO I – Contexto Histórico.....	20
CAPÍTULO II – Arcabouço Teórico: Memória.....	72
CAPÍTULO III – Análise.....	98
CONCLUSÃO.....	143
BIBLIOGRAFIA.....	162
ANEXO I.....	165
ANEXO II	167

INTRODUÇÃO

A proposta do presente estudo é tratar da questão do Direito à memória no Brasil, após o período ditatorial militar implantado no país de 1964 a 1985. A ideia que impulsionou esta pesquisa é que ainda existe um grande desconhecimento da sociedade brasileira sobre a ditadura implantada no Brasil em 1º de abril de 1964. Desta forma, foi realizado um trabalho com um grupo – limitado aos alunos de uma universidade pública – intentando uma análise qualitativa, a fim de exemplificar como uma parcela da sociedade brasileira continua tendo uma visão distorcida da última ditadura militar brasileira. Para essa tarefa, o grupo de análise possui um número que contempla os objetivos desta dissertação.

Assim, foram questionados sobre este período 267 alunos de graduação da Universidade de Brasília (UnB), de todos os semestres com idades entre 16 e 50 anos de idade (Ver Tabelas, Anexo II). A pergunta que guiou este trabalho foi “O que os estudantes da UnB conhecem a respeito do período da última ditadura militar brasileira?” Para responder esta e outras dúvidas foi produzido um questionário (Anexo I), por meio do qual foi baseado este estudo e foram analisadas as respostas dadas. De acordo com as respostas verificou-se que existe um grande desconhecimento dos universitários sobre a ditadura implantada no Brasil, entre 1964 e 1985. A falta de conhecimento por sua vez, tende a gerar uma visão distorcida daquele período, pendendo apenas para um lado do discurso dos atores sociais ou de fatos inseridos naquele contexto.

A pesquisa buscou aferir as interpretações, imagens e percepções dos estudantes universitários sobre a última ditadura militar brasileira. Deste modo, neste trabalho, averiguou-se o que a nova geração compreende sobre este espaço de tempo da história nacional e qual memória os graduandos da Universidade de Brasília possuem sobre o período. Para isso, foi primordial destacar o que é a memória e, principalmente, a Memória Coletiva – o fio condutor deste estudo.

É importante ressaltar que esta pesquisa se insere na temática da justiça de transição, cujo um dos componentes principais é a memória. Segundo o vice-presidente do Internacional Center for Transitional Justice (ICTJ), Paul Van Zyl (2009), a justiça transicional (ou justiça de transição) trata do esforço desenvolvido a fim de implantar de forma sustentável a paz em dada sociedade após um período de conflito, violência em massa ou violação sistemática dos direitos humanos, comuns em países que passaram por guerras civis e períodos ditatoriais. Van Zyl explica que a justiça de transição é composta por cinco pilares: verdade, memória, reconciliação, reparação e a reforma institucional. O objetivo desta justiça “implica em processar os perpetradores, revelar a verdade sobre crimes passados, fornecer reparações às vítimas, reformar as instituições perpetradoras de abusos contra os direitos humanos e promover a reconciliação nacional. (ZYL, 2009, pg.32). Nem sempre todos estes passos são implantados em um país saído de conflito ou ditadura. Cada caso é analisado e deve-se averiguar quantas e quais medidas da justiça de transição são cabíveis em cada situação.

O conceito de justiça de transição surgiu no final da década de oitenta, principalmente para atender aos problemas surgidos pós-guerras civis e ditaduras no leste europeu e na América Latina. “A justiça transicional não expressa nenhuma forma especial de justiça, mas diversas iniciativas que têm por intuito reconhecer o direito das vítimas, promover a paz, facilitar a reconciliação e garantir o fortalecimento da democracia.” (RODRIGUES PINTO, 2010, p.129). Este tipo de justiça abrange vários formatos tais como: julgamentos criminais, reformas de instituições políticas, compensação às vítimas e comissões da verdade. A memória se traduz, desta forma, em uma importante ferramenta nestes processos de reconstituição de sociedades que passaram por crises.

Atualmente, a memória tem sido um tema bastante estudado em diversas áreas contribuindo para a interdisciplinaridade. Por meio desta, é possível desenvolver um trabalho de integração dos conteúdos de uma disciplina com outras áreas de conhecimento. Deste modo, esta pesquisa contribui para as Ciências Sociais de forma interdisciplinar, já que a Memória Coletiva é um importante tema analisado também em outros campos de estudo como Psicologia, Direito, História, Ciência Política, Antropologia e Sociologia.

Na questão dos direitos humanos a memória se faz muito significativa também, visto que é um dos componentes da justiça de transição e contribui para as comissões da verdade instaladas em diversos países do mundo. Nos dias atuais, inclusive o Brasil tem sua Comissão Nacional da Verdade (CNV), a qual a memória pode ajudar a esclarecer os pontos obscuros do passado e emanar alguma luz a períodos que ainda geram dúvidas – e porque não dizer dor – em certas sociedades. Este é o caso do período averiguado nesta pesquisa, a última ditadura militar brasileira de 1964 a 1985.

A questão da Memória Coletiva tem obtido mais destaque no Brasil, nos últimos anos, antes mesmo da implantação da CNV, por meio de projetos como "Memórias Reveladas - Centro de Referência das Lutas Políticas, 1964-1985" cujo objetivo é elaborar bancos de dados sobre as lutas políticas no Brasil, durante a ditadura militar e disponibilizar os documentos pela internet. Existem ainda diversas outras ações como as Caravanas da Anistia, as quais promovem sessões públicas itinerantes a fim de conhecer e discutir os requerimentos de anistia política. Também fazem parte das Caravanas atividades educativas e culturais, promovidas pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça. Esta Comissão produziu em tempos recentes o livro-relatório "Direito à Memória e à Verdade" que traz fatos históricos relativos ao período da ditadura militar (1964-1985) e biografia de diversos militantes mortos e desaparecidos (bem como as prováveis circunstâncias das mortes e desaparecimentos destes). Este último projeto foi acompanhado de exposições fotográficas e debates, dentre outros. A Comissão de Anistia também tem se empenhado em estabelecer memoriais em tributo às vítimas da repressão militar brasileira, bem como publicar revistas, livros e periódicos, promover seminários e múltiplos ciclos de palestras que abordam ou incluem o tema memória.

Além disso, a discussão da memória também é importante dado o seu componente de identidade individual e social. A memória se compõe, em uma parte essencial da identidade social dada a sua capacidade de organizar e interpretar as informações a que é exposta dentro de um contexto. Neste fluxo, a memória é responsável por promover e repassar as sensações que determinados períodos sociais imprimem na alma dos indivíduos e da própria sociedade. Em suma, a memória contribui para o modo de pensar de um povo, para a formação cultural do grupo.

Desta forma, o presente estudo coaduna com as temáticas do Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas (CEPPAC), visto que o caso brasileiro está inserido no contexto maior da América Latina. Cabe ressaltar que o período discutido, nesta dissertação, abrange diversas ditaduras na América Latina. Na América Central podem-se citar os casos do Haiti, em 1964, quando o médico François Duvalier (conhecido como Papa Doc) implementou uma violenta ditadura naquele país e da Nicarágua onde Anastasio Somoza García, ex-chefe da Guarda Nacional, armou um golpe de governo e liderou o país de 1936 a 1978. Ambos aplicaram o terror como forma de manutenção do poder.

Na América do Sul, as ditaduras emergiram a partir de 1954, com o paraguaio Alfredo Stroessner. Na esteira dos golpes veio: o Brasil, em 1964; a Argentina, em 1966; seguida pelo Chile e pelo Uruguai, ambos tendo suas ditaduras implantadas no ano de 1973. Em todas estas ditaduras o traço comum foi a forte repressão. Nos países sul-americanos o rastro de mortos e desaparecidos em decorrência do regime ditatorial é uma dúvida e um tormento que persegue estas sociedades ainda hoje. Segundo dados da Secretaria de Direitos Humanos (SDH), as estimativas do número de mortos e desaparecidos durante as ditaduras na América do Sul são de 30 mil, na Argentina; de 3 a 100 mil, no Chile; 400 no Uruguai e no Paraguai ainda não se sabe. Estima-se que no Brasil este número seja de 475 pessoas. Contudo, esta contagem pode subir com as investigações da Comissão Nacional da Verdade. A partir da década de 1990, entretanto, todos os países da América do Sul já haviam retornado ao regime democrático.

O objetivo geral desta pesquisa é identificar o que os estudantes de graduação da Universidade de Brasília, das três áreas de estudo das ciências (humanas, exatas e saúde) conhecem sobre a ditadura militar brasileira (1964-1985). Os objetivos específicos são identificar qual a memória dos estudantes sobre o período ditatorial brasileiro de 1964 a 1985 e identificar qual discurso dos atores da época desta ditadura chegou com mais força aos estudantes da UnB.

O recorte da análise é de estudantes da UnB, de diversos cursos de graduação. O viés é a formação diferente destes estudantes. É interessante ressaltar que foi escolhido o grupo de graduação visto que estes já passaram pelo ensino fundamental e médio, pressupondo assim que possuem formação educacional básica. Dessa

forma, estes alunos já tiveram contato com livros didáticos de história do Brasil. Além disso, estes estudantes, em geral, dispõem de acesso aos meios de comunicação e informação como internet, rádio, TV, jornal e revistas.

Para esta pesquisa foram considerados os alunos da UnB em um recorte qualitativo, não representando a sociedade brasileira como um todo. Acredita-se que os estudantes da UnB perfazem um grupo interessante, visto que seu corpo discente possui grande diversidade de classe social, de gênero, de orientação política, religiosa, étnica e geográfica da geração nascida na democracia. Outra face importante destes alunos é que eles vieram de diferentes instituições de ensino como escolas militares, públicas e particulares. A UnB nos oferece um cenário bastante rico de pesquisa, pois entre seus estudantes existem muitos que são engajados politicamente e também há descendentes de perseguidos políticos e de militares.

É preciso esclarecer que para este trabalho não foi escolhido a busca de proporções ou de relações quantitativas entre a sociedade brasileira ou de estudantes do Brasil, em relação aos estudantes da UnB. Este estudo é centrado nas ideias, valores e percepções exemplificados pelas falas dos estudantes da graduação da UnB. Em decorrência desta escolha, a pesquisa foi realizada através dos métodos qualitativos das pesquisas em ciências humanas, ou seja, aqueles que:

“(…) pesquisam, explicitam, analisam, fenômenos (visíveis ou ocultos). Esses fenômenos, por essência, não são passíveis de serem medidos (uma crença, uma representação, um estilo pessoal de relação com o outro, uma estratégia face um problema, um procedimento de decisão), eles possuem as características específicas dos ‘fatos humanos’. O estudo desses fatos humanos se realiza com as técnicas de pesquisa e análise que, escapando a toda codificação e programação sistemáticas, repousam essencialmente sobre a presença humana e a capacidade de empatia, de uma parte, e sobre a inteligência indutiva e generalizante, de outra parte. (MUCCHIELLI, 1991 *apud* HOLANDA, 2006, p.363-364)

Para além disso, a própria Universidade de Brasília foi palco de embates entre estudantes e militares, à época da ditadura 1964-1985. A UnB foi invadida pelo Exército três vezes no período ditatorial, sendo a primeira em 1964, depois em 1968 e a última, em 1977. Também em 1964, um grande número de professores foi expulso da Universidade causando grande impacto tanto no corpo discente quanto docente.

O presente estudo está distribuído em três capítulos: o primeiro trata da contextualização histórica que envolve os casos e circunstâncias do Brasil e da América Latina durante os anos da ditadura 1964-1985. Alguns fatos marcantes mostram como os militares formaram uma ideologia capaz de levá-los a tomar o poder e ainda como, de tempos em tempos, os que estavam em posições de poder recrudesciam ou aliviavam as tensões do regime. O próximo capítulo contém o arcabouço teórico acerca dos conceitos de memória, sobretudo da Memória Coletiva. Todavia, os diversos tipos de memória e os abusos desta, bem como o esquecimento dirigido, por exemplo, também são evidenciados. O terceiro capítulo envolve a análise e discussão das repostas aos questionários aplicados entre os estudantes dos cursos de graduação da UnB, nas três grandes áreas de estudo. Neste capítulo, os mitos criados na ditadura militar são averiguados mais detidamente, bem como discutidos e analisados. Por fim, tem-se a conclusão na qual se discute a importância da memória, algumas questões de direitos humanos, a banalização da tortura e suas consequências para a sociedade brasileira.

Um ponto interessante deste trabalho foi o contato direto com os estudantes. Muitos, quando se inteiravam do tema da pesquisa se recusavam terminantemente a respondê-lo. Outra dificuldade foi conseguir entrevistas gravadas para além das perguntas do questionário. Nenhum dos alunos pesquisados que se postava mais a favor do regime ditatorial pesquisado se dispôs a conceder entrevistas. Outros pouquíssimos estudantes concordaram em ter suas entrevistas gravadas. Dentre estes, um aluno que teve os avós presos, torturados e exilados concedeu uma entrevista muito interessante, a qual pode ser utilizada no capítulo de análise.

Durante a pesquisa de campo ficou evidente que o medo em tratar das questões da época da ditadura ainda existe. Tanto que a maioria dos alunos pediu para que seus nomes completos não aparecessem no texto da dissertação – proposta

que foi prontamente aceita pela pesquisadora. Outro dado interessante é que muitos só colocaram o primeiro nome e uma minoria colocou X no espaço dedicado ao nome. Entretanto, a maioria fez questão de dizer o curso e o semestre.

Um dos problemas que mais afetou a pesquisa foi a greve da UnB, pois sem os estudantes – objeto deste estudo – a pesquisa teve um ritmo diferente do planejado inicialmente. A greve teve início em 21 de maio de 2012 e terminou em 24 de agosto de 2012. Para suprir a falta de entrevistas do corpo discente da UnB, a pesquisa foi adiantada em outro ponto: a fala de ex-militantes de grupos armados contra a ditadura. Assim, para fazer o contraponto com as falas de generais (todas retiradas de livros onde estes foram entrevistados e deram suas declarações) foram ouvidos os relatos dos ex-militantes que lutaram contra o regime castrense. Desta forma, pode-se confrontar a visão dos militares que ocupavam o poder e dos que lutaram contra o regime imposto. A maioria dos ex-militantes entrevistados foi perseguida, presa, torturada e exilada pelo regime ditatorial. Tais entrevistas se mostraram de suma importância para evidenciar as diferentes nuances da história e poder reconstruir a memória da época.

Tal expediente, além de muito interessante, se mostrou uma operação delicada visto que havia necessidade de se criar uma certa empatia e confiabilidade com o entrevistado. Mas, em geral, após serem informados do tema da pesquisa, e do interesse que esta poderia gerar, além da oportunidade de mostrar sua visão dos fatos, os ex-militantes se mostraram bastante solícitos. As entrevistas foram realizadas via telefone e e-mail.

Quanto aos métodos, a fim de averiguar quanto e o quê os estudantes universitários da UnB possuíam de conhecimento sobre o período ditatorial brasileiro, iniciado em 1964, e o que ficou retido em sua memória foi-lhes aplicado um questionário (Anexo I). Tal questionário é composto por duas páginas e foi produzido de modo a conciliar métodos quantitativos e qualitativos. Além disso, o questionário foi baseado em pesquisa semi-estruturada, ou seja, aquela que combina perguntas fechadas e abertas.

Este tipo de entrevista foi escolhido por permitir ao entrevistado discorrer sobre o tema sugerido sem que o entrevistador fixe, a priori, determinadas respostas ou condições. Alguns tópicos são selecionados a priori; contudo, as questões reais

não o são (BAILEY, 1982, apud VARASCHIM, 1998). Neste sentido, Carlos Gil aponta que a entrevista semi-estruturada é guiada por uma relação de questões de interesse, tal como um roteiro, que o investigador vai explorando ao longo de seu desenvolvimento. (GIL, 1993, apud VARASCHIM, 1998)

As respostas quantitativas não se mostraram um diferenciador. Os dados sobre gênero, idade, semestre, instituição de ensino que frequentou, local de nascimento, cidade onde mora e religião não constituíram um viés que pudesse formar um grupo de destaque. A questão da renda familiar não foi perguntada no questionário por não ser objeto de interesse nesta pesquisa.

Deste modo, foi dada mais atenção às questões qualitativas, inclusive pelas revelações interessantes das falas, as quais puderam mostrar como pensa o estudante de graduação da UnB sobre a ditadura brasileira 1964-1985. Por meio das respostas obtidas neste questionário foi possível demonstrar o quanto a construção da memória no Brasil ficou ou não prejudicada por falta de conhecimento mais amplo dos fatos ocorridos no regime ditatorial brasileiro.

Capítulo I – do Golpe à Transição

Após a II Guerra Mundial, Estados Unidos (EUA) e União Soviética (URSS) travavam uma acirrada disputa em busca do poder hegemônico sobre os outros países. Neste cenário internacional, no qual colidiam duas grandes forças, restou às outras nações do globo orbitar em torno dos dois primeiros países – bem como suas ideologias: capitalista, o primeiro; e socialista (ou comunista), o outro. Esta divisão do mundo em dois pólos teve consequências também na América Latina onde os Estados Unidos e a União Soviética procuraram obter mais influência, desde os anos 1950. Assim, cada grupo de poder local se alinhou às superpotências e buscou implantar uma destas ideologias nos países latino americanos, sem medir esforços para tal.

Desta forma, entre os anos 1960 e 1970 todos os países do chamado Cone Sul (Brasil, Argentina, Uruguai, Chile e Paraguai) estavam sob uma ditadura militar. O Brasil foi um dos primeiros a entrar neste processo (1964) e teve uma das ditaduras mais longevas dentre estes países. A sociedade brasileira viveu durante 21 anos sob o regime autoritário.

A Argentina passou por diversos períodos ditatoriais. Sendo o mais recente em 1973. A retomada do regime democrático aconteceu em 1983. O Chile viveu sob a ditadura do General Augusto Pinochet de 1973 a 1988. No Uruguai, os militares assumiram o total controle do poder em junho de 1973 e só o deixaram no ano de 1985. No Paraguai, o regime ditatorial do General Stroessner ocorreu de 1954 a 1989. O traço comum destas ditaduras foi a forte repressão e o anticomunismo.

No Brasil, o golpe militar se deu em primeiro de abril de 1964, apesar dos representantes castrenses defenderem que foi uma revolução no dia 31 de março de 1964, o qual encerrou o governo do então presidente João Belchior Marques Goulart, conhecido como Jango. A explicação mais abrangente – oferecida pelos militares – para ter-se defenestrado Goulart do poder é que o Brasil encontrava-se em risco, ou seja, que a democracia brasileira estava na mira dos comunistas e ainda que uma nova Cuba poderia se instalar no Brasil. Imiscuídas nesse discurso, encontravam-se

parcelas da sociedade, descontentes com a situação econômica brasileira. Desta forma, a intervenção militar tinha um duplo caráter salvacionista: recuperar a economia do país e impedir a temida tomada do poder pelos comunistas. Estes, como se sabe, além de acabar com a propriedade privada, também são reticentes com as premissas religiosas. Essa soma de fatores, os quais afrontam uma sociedade conservadora, proporcionou um cenário muito favorável para que os militares tomassem o poder.

Tanto os militares acreditavam nesta possibilidade, de intervenção comunista, que fizeram circular nos quartéis de todos os estados brasileiros um memorando no qual afirmavam “que o presidente deveria ser deposto antes que suas ações (nomeações de militares decisões financeiras, etc.) enfraquecessem a própria instituição militar.” (SKIDMORE, 1988, p.21-22). O general Octávio Costa¹ (1994) relembra os tempos pré-golpe e a doutrinação antimarxista que ele qualificou como ‘terrível’. O general diz ainda que esta doutrina era levada aos quartéis e escolas militares de forma intolerante e radical. Costa destaca que não havia meio-termo sobre este tema. Todavia, o general ressalta que não é correto creditar o anti-comunismo exacerbado aos militares de 64.

Para o general esta doutrina antimarxista vem desde 1935, período em que o Partido Comunista foi posto na ilegalidade. A partir da fala do general, percebe-se que a ideologia anticomunista era colocada, há muito tempo, de forma maniqueísta. Ou seja, havia apenas duas formas de pensar: como os militares e, então eram considerados amigos. E aqueles que discordavam deste pensamento e eram inimigos dos militares, da nação e das instituições. Não existia um pensamento conciliador ou uma análise mais ponderada.

Além disso, em 1963 havia uma instabilidade na área econômica. O presidente João Goulart se via ameaçado pelo déficit da balança de pagamentos e, desde a década de 50, os Estados Unidos desestimulavam a criação de indústrias de

¹ **General Otávio Costa:** Nasceu em Alagoas em 5 de julho de 1920. Formou-se pela Escola Militar do Realengo em 1942. Em 1964, como tenente-coronel, servia na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) e, em 1966, foi assistente do general Orlando Geisel no Estado-Maior do Exército (EME). Em 1968 e 1969 comandou o Centro de Estudos de Pessoal do Exército, assumindo em seguida a chefia da Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP) da presidência da República. Foi subchefe de gabinete do ministro do Exército de 1974 a 1978, quando passou a comandante da 6ª Região Militar, sediada em Salvador. Em 1980, foi nomeado diretor do Departamento de Extensão e Especialização do Exército, e em fins de 1981, subchefe do Departamento de Ensino e Pesquisa. Transferiu-se para a reserva em 1982 no posto de general-de-divisão. Depoimento concedido a Maria Celina D’Araujo e Gláucio Ary Dillon Soares em agosto e setembro de 1992.

propriedade do Estado nos então denominados “Países de Terceiro Mundo”. Em meados de 1963, Jango passou a defender entusiasticamente um conjunto de medidas que incluíam reforma agrária, educação, impostos e habitação, as chamadas “Reformas de Base”.

Perfiladas a estas crises entre si, e à luta do presidente para obter apoio para reformas tão importantes em um país conservador e elitista, o presidente passou a arriscar seu futuro político, pois muitos civis e a quase totalidade do meio militar acreditava que o presidente brasileiro estava migrando de forma ostensiva para a esquerda. “[Era uma] virada que o país estava dando para a esquerda. A ameaça comunista, populista, sindicalista. Ameaça mista, esquerdista.” (D’ARAUJO, SOARES e CASTRO, 1994, p.207). A doutrinação marxista era apresentada como uma ameaça. Depois da Segunda Guerra Mundial, parece que os militares brasileiros, enfim, produziram um inimigo a quem combater. Assim, estes grupos que acreditavam que o Brasil, em breve, transformar-se-ia numa República Comunista ou Socialista precisavam de um líder, alguém de alta patente e confiável para orquestrar o golpe. A escolha mais adequada recaiu sobre o então chefe do Estado Maior do Exército, general Humberto Castelo Branco, o qual participava, ativamente, da estruturação do golpe. A escolha de Castelo Branco deveu-se à admiração que sua postura provocava no meio militar.

É preciso ressaltar que os militares que conspiravam sustentavam a ideia marcadamente anticomunista desenvolvida na Escola Superior de Guerra (ESG), criada em agosto de 1949, seguindo o modelo National War College dos Estados Unidos, (SKIDMORE, 1988). Desde a década de 50, a ESG já era considerada um centro altamente influente de estudos políticos devido aos seus cursos de um ano de duração, frequentado por civis e militares com destaque em suas áreas de atuação. Nesta instituição ensinava-se sobre a Doutrina de Segurança Nacional na qual constava a teoria da “guerra interna”. Segundo esta teoria, a principal ameaça não vinha mais de um inimigo externo e sim dos sindicatos trabalhistas de esquerda, dos intelectuais, das organizações de trabalhadores rurais, do clero e dos estudantes e professores universitários. Conforme explica o general Octávio Costa:

“(…) Elaborou-se farta documentação, criaram-se cursos e estruturas sintonizadas com essa prioridade dada à contra-revolução. A prioridade agora não era para o infinitamente grande da guerra atômica, mas para o infinitamente pequeno das guerras insurrecionais e das guerrilhas. Tudo isso tornou-se obsessivo durante o governo Goulart, porque as perturbações da ordem nas cidades e nos campos configuravam, na ótica militar, os passos da revolução em marcha”. (D’ARAÚJO, SOARES e CASTRO,1994, p.79)

E, conforme ditava a Doutrina de Segurança Nacional – a qual foi uma das bases de sustentação do regime ditatorial – os militares tinham o dever de defender a nação dos inimigos, fossem eles internos ou externos. Desta maneira, qualquer pessoa que apresentasse pensamento mais liberal, ou apoiasse as ideias de Jango passava a ser um possível inimigo para os militares e setores civis que detinham algum poder como os fazendeiros e os industriais.

Nos primeiros meses de 1964, o clima de crise política atingiu seu grau máximo, principalmente, com o presidente Goulart participando de uma série de comícios nos quais anunciava novos decretos e gerava ainda mais tensão. Para os membros das Forças Armadas o presidente João Goulart e seu grupo estavam preparando um golpe de estado, ‘tramando’ uma revolução comuno-socialista, a qual precisava ser detida. O clima de paranóia agravou-se nos meios militares e civis mais conservadores.

Três acontecimentos foram imperativos para o descontentamento dos militares e a decisão da tomada do poder: a greve dos marinheiros (na qual João Goulart recusou-se a punir os revoltosos), os comícios do Automóvel Club (Goulart foi convidado de honra da Associação dos Sargentos e Suboficiais da Polícia Militar – o que foi visto pelos militares de alta patente como um apoio do presidente à indisciplina e à desobediência hierárquica) e, por fim, o comício da Central do Brasil onde o presidente reafirmava a urgência da implantação das Reformas de Base.

Neste comício, participaram 150 mil pessoas aproximadamente. Pela televisão foram vistas bandeiras vermelhas que pediam a legalização do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e as faixas que exigiam a reforma agrária. Esses signos ligavam Jango diretamente com o que a parcela conservadora da sociedade mais temia. Seis dias após o Comício da Central, a reposta veio da cidade de São Paulo, por meio da Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Aproximadamente 500

mil pessoas participaram do evento. Os militares partidários do golpe, observaram na marcha uma significativa base de apoio popular.

A partir destes eventos os generais usaram além da desordem política, o pretexto da disciplina hierárquica para enfraquecer Goulart. Segundo concorda o Coronel Cyro Guedes Etchegoyen², um dos conspiradores militares de 64, estes eventos foram decisivos para a derrubada do presidente João Goulart, pois:

“(…) Chega a um ponto em que se está procurando um pretexto. Havia já um estado de degradação nacional. Ninguém respeitava mais ninguém. (...) Então, tem um determinado momento em que a esquerda começa a se agitar (...). A esquerda começou a querer radicalizar e a querer forçar, para tomar conta do poder. Esses três eventos foram muito significativos, porque dois deles repercutiram muito nas Forças Armadas: um na Marinha, muito, e o outro, no Exército, quando o nosso ministro foi ao comício da Central do Brasil. Quem jogou o último palito de fósforo e fez pegar fogo foram esses três eventos.” (D’ARAÚJO, SOARES e CASTRO,1994, p.177).

Uma característica muito peculiar no processo do golpe é que os militares que participaram deste evento não possuíam um projeto de governo para depois que se retirasse João Goulart da presidência. De acordo com o general Gustavo Moraes Rego³ (1994) um projeto para o Brasil deveria conter planos para as questões sociais e econômicas. Ele admite que as pessoas que deram o golpe não tinham nada disso em mente. “(...) A Revolução não tinha projeto. É pura verdade, sem dúvida. A Revolução foi feita simplesmente para evitar que o Jango fizesse o que queira fazer.

² **Cyro Guedes Etchegoyen.** Nasceu em 1929, no Rio Grande do Sul. Formou-se pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) em 1949. Em 1964 era major e fazia o curso da Missão Militar Brasileira de Instrução no Paraguai, até 1969. De 1970 a 1974 serviu no gabinete do ministro do Exército, general Orlando Geisel, atuando na área de informações e contra-informações. Voltou a ser instrutor da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) e entre 1979 e 1982 chefiou a Divisão de informações do II Exército. Passou para a reserva em 1983, no posto de coronel. Depoimento concedido a Maria Celina D’Araújo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro em outubro de 1992 e janeiro de 1993.

³ **General Gustavo Moraes Rego.** Nasceu em 1923, no Rio de Janeiro. Formou-se pela Escolar Militar de Realengo, em 1944. Em 1962, serviu com o general Castelo Branco no IV Exército, sediado em Recife. Em 1964 era tenente-coronel e servia na Divisão Blindada, no Rio de Janeiro. Durante o governo Castelo Branco foi assistente do general Geisel, chefe da Casa Militar. Em 1967 foi promovido a coronel. Entre 1969 e 1971 foi comandante da fronteira Fronteira do Solimões (AM), indo em seguida para a chefia do gabinete do general Ernesto Geisel na Petrobrás. Em 1973 assessorou Geisel na elaboração de seu plano de governo, e de 1974 a 1975 foi chefe da assessoria especial do presidente da República. Em 1975 foi promovido a general-de-brigada e foi comandar a 11ª Brigada de Infantaria Blindada, em Campinas (SP). Deixou esse posto e, 1978, quando assumiu a chefia do Gabinete Militar da Presidência da República. De 1979 a 1981 comandou a 6ª Região Militar, sediada em Salvador, passando em seguida para a reserva, no posto de general-de-brigada. Depoimento concedido a Maria Celina D’Araújo e Gláucio Ary Dillon Soares em julho de 1992.

Tanto que houve inicialmente muita tendência para a colocação de que era uma contra-revolução”. (D’ARAÚJO, SOARES e CASTRO,1994, p.59). Quanto aos militares que pertenciam à chamada linha-dura, o general aprofunda mais suas lembranças e afirma:

“(…) A Revolução não pensava nisso, a Revolução pensava em deter o comunismo desse pessoal, a característica comum era o anticomunismo. Não tinha nada de social nem de econômico, era o anticomunismo, era a posição exacerbada deles, ideológica também. Isso realmente deu coesão às Forças Armadas quando nós sentimos o processo subversivo atingir o sargento, as nossas unidades, as nossas organizações. Não era projeto. Era uma posição que lhes dava maior ou menor coesão. Aliás, os últimos e talvez únicos propósitos e princípios que asseguravam a nossa coesão eram os da preservação da disciplina e da hierarquia nas Forças Armadas e da paz social face às ameaças iminentes da ação subversiva comunista. Este era um fato incontestável. (D’ARAÚJO, SOARES e CASTRO,1994, p.60).

Assim, depreende-se destas manifestações que a meta a ser alcançada era a obtenção do poder. Como proceder com o poder nas mãos ficaria para depois, de acordo com os eventos que viessem a acontecer.

O que se viu após do golpe foi uma divisão entre as tarefas dos militares e civis. Os primeiros trataram das questões políticas e ideológicas (ou seja, destruir o inimigo que era a ‘infiltração e consolidação’ do pensamento comunista no Brasil). Enquanto para o segundo grupo foram designadas as questões técnicas e econômicas. A este grupo coube, por exemplo, a formulação do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG).

Celina D’Araujo e seus colegas (1994) ressaltam que a tarefa de ‘limpeza’ ideológica, moral e política que os militares assumiram não se alicerçou somente em critérios estabelecidos pelos militares. Surgiu neste momento uma oportunidade para ajustes de contas entre a classe política despedaçada pelos conflitos recentes e para vinganças de cunho pessoal. E, não obstante a ausência de um projeto político, os militares que arquitetaram o golpe trataram de dar um ‘verniz democrático’ à ação deixando o Congresso Nacional em funcionamento. Contudo, expurgaram-se aqueles políticos que desagradavam ao novo regime.

Vale ressaltar que entre os militares brasileiros, o evento é designado não como golpe, mas sim como ‘Revolução de 1964’ ou ‘Contrarrevolução de 1964’. Os militares brasileiros estavam tão alinhados com a doutrina da Escola Superior de Guerra (ESG) que se consideravam, de fato, salvadores do Brasil e de um golpe de esquerda. Carlos Alberto de Fontoura⁴, um dos militares que conspirou contra o governo Goulart, afirma que:

“(…) nós não fizemos uma revolução. Nós demos um contragolpe, porque o golpe estava sendo dado por eles. Eles estavam dando o golpe: o senhor Goulart, o senhor Brizola, o senhor Arraes, o senhor Darci Ribeiro etc, etc, etc., (...) Esses estavam tomando conta do país e do governo. No governo já estavam. Estavam tomando conta do país e levando-os ao populismo, ao sindicalismo. Este país, sem dúvida, ia se transformar numa república comuno-sindicalista-populista, sei lá. Nós íamos por um mau caminho (...). Foi um contragolpe. Eles estavam dando o golpe, e nós fizemos o contragolpe, sem preparação.” (D’ARAÚJO, SOARES e CASTRO 1994, p.206-207).

A destituição de Goulart foi claramente e, sobretudo, uma operação militar. Os civis que estavam perfilados ao pensamento militar não tinham como impedir, entretanto, uma guinada para uma estratégia nacionalista radical.

Em suma, após a greve dos marinheiros, os comícios do Automóvel Club e o comício da Central do Brasil os generais brasileiros encontraram os pretextos que precisavam para dar o golpe de Estado e colocar em prática seu desejo latente desde 1935, de governar o país. O presidente ficou em uma posição difícil, incapaz de impedir o avanço da direita, com apoio do povo e sindicatos mais fracos do que imaginava e incapaz também de satisfazer os militares irritados.

E com este regime começou também a disputa em torno da chefia do governo. Os militares trataram com rapidez dos novos cargos. Foi empossado como presidente da República em exercício, o presidente da Câmara dos deputados,

⁴ **General Carlos Alberto de Fontoura.** Nasceu no estado do Rio Grande do Sul em 23 de setembro de 1912. Formou-se pela Escola Militar do III Exército, sediada em Porto Alegre. Entre 1965 e 1966 foi subchefe de gabinete do ministro do Exército Costa e Silva e foi promovido a general de brigada. Em 1967 tornou-se chefe do Estado Maior do III Exército, posto em que permaneceu até 1969. Foi então nomeado chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI). De 1974 a 1978 foi embaixador do Brasil em Lisboa. Transferiu-se para a reserva em 1976, no posto de general de divisão. Depoimento concedido a Maria Celina D’Araújo e Gláucio Ary Dillon Soares em janeiro e fevereiro de 1993.

Ranieri Mazzilli. O general da chamada “linha-dura” Arthur da Costa e Silva se auto nomeou ministro da Guerra. Após assumir o posto no novo governo anunciou a organização de um ‘Comando Supremo Revolucionário’, composto por representantes das três armas. O representante da Marinha no Comando foi o almirante Augusto Radameker e o da Aeronáutica, o Brigadeiro Francisco Assis Correia de Melo.

A primeira medida do ‘Comando Supremo Revolucionário’ foi a realização de expurgos dentro do serviço público e militar, com a finalidade de garantir que nenhum simpatizante do antigo governo viesse a importunar a “Revolução”. Os políticos redigiram um “Ato Constitucional” o qual foi ignorado pelo Comando. Este promoveu seu próprio documento legal, o Ato Institucional Nº 1, emitido em nove de abril.

O Ato continha, além de elogios à “Revolução” a declaração que “a revolução vitoriosa, como Poder Constituinte, se legitima por si mesma.”⁵ Desta forma, o AI-1 foi imposto ao Congresso Nacional, o qual recebia a legitimidade do Ato e não vice-versa. Com o AI-1 foram aumentados os poderes do Executivo o qual dava, por exemplo, prerrogativa ao presidente da República de suspender por 10 anos os direitos políticos de qualquer cidadão, cancelar mandatos de legisladores federais, estaduais e municipais e também suspender a estabilidade dos servidores públicos por seis meses.

Neste primeiro Ato foram montadas as bases para a instauração dos Inquéritos Policiais Militares (IPMs) aos quais ficaram sujeitos os que eram considerados pelo governo como subversivos. A partir deste mecanismo tiveram início as prisões, perseguições e torturas. Entretanto, o regime ainda não estava tão fechado visto que se mantinha o instrumento do *habeas corpus* e a imprensa conservava relativa liberdade. Conforme os novos dirigentes redigiram, o aumento dos poderes do Executivo, por meio do Ato Institucional Nº1, era essencial para:

“(…) assegurar ao novo governo a ser instituído, os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira,

⁵ Ver em **Ato Institucional Nº 01**, de 09 de abril de 1964.

In: http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=1&tipo_norma=AIT&data=19640409&link=s.
Último acesso em: 04 abr 2013.

política e moral do Brasil, de maneira a poder enfrentar, de modo direto e imediato, os graves e urgentes problemas de que depende a restauração da ordem interna e do prestígio internacional da nossa Pátria.” (Ato Institucional Nº1)

Os militares trataram de esclarecer ainda em seu primeiro AI que uma das funções do Comando Revolucionário era impedir a ‘bolchevização’ do País. Assim, principalmente os militares do Exército, mas também da Marinha tomaram conta da situação por meio da imediata repressão. Logo nos primeiros dias de regime militar, os supostos ‘inimigos do novo regime’ como líderes estudantis e sindicais, bem como organizadores de grupos católicos foram presos e torturados.

Os estudantes tiveram um papel de destaque durante o governo de João Goulart por isso eram muito visados pela repressão. Devido a isto, desde o primeiro dia do golpe, a organização estudantil sofreu perseguições por parte dos militares. A imediata ação destes foi incendiar a sede da União Nacional dos Estudantes (UNE), no Rio de Janeiro (RJ). A entidade passou a atuar na clandestinidade. As universidades eram outro alvo bastante perseguido pelos militares. No entanto, a repressão não ficou restrita ao Rio de Janeiro. Ao contrário, avançou em todo o Brasil. Nos estados da região Nordeste a repressão foi particularmente violenta.

“A Universidade de Brasília, criada com propósitos renovadores e considerada subversiva pelos militares, sofreu também invasão um dia após o golpe. Mas a repressão mais violenta concentrou-se no campo, especialmente no Nordeste, atingindo sobretudo (...) as Ligas Camponesas. Nas cidades, houve intervenção em muitos sindicatos e federações de trabalhadores e a prisão de dirigentes sindicais.” (FAUSTO, 2001, p.467).

No entanto, dentro da lógica militar, a forte repressão na região Nordeste não foi um fator que causasse surpresa, visto que ali atuavam muitos líderes considerados perigosos pelo militares. Nesta região concentravam-se nomes como Miguel Arraes, governador de Pernambuco; Celso Furtado, chefe da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE); Paulo Freire, especialista em alfabetização; Francisco Julião, advogado das ligas camponesas e Gregório Bezerra, antigo ativista do Partido Comunista.

De acordo com o general Gustavo Moraes Rego, que foi assistente-secretário do general Castelo Branco em Recife (comando do IV Exército), aquele era um comando complicado, devido não apenas a sua extensão geográfica (que se estendia do Maranhão à Bahia, incluindo o então território de Fernando de Noronha), como também dado o delicado perfil político da região:

“[Havia] Os prefeitos das capitais e dos municípios do interior, cerca de vinte ou mais bispos, efetivos das Polícias Militares, as Ligas Camponesas, líderes como o governador Miguel Arraes, Francisco Julião, padre Melo, padre Crespo. Eram seis generais subordinados ao general Castelo, alguns deles afinados politicamente com o presidente Goulart.” (D’ARAÚJO, SOARES e CASTRO,1994, p.37-38).

Este aglomerado de pessoas – com linhas pensamentos provavelmente diversas – dá a medida da preocupação do então tenente-coronel com a preparação do golpe e de como estabelecer uma coesão de forças no caso da efetivação da derrubada de Goulart. É interessante notar como Rego Moraes enxergava em religiosos, políticos, líderes sociais e militares o mesmo peso político e potencial para a deflagração de uma ‘tomada comunista’. O general afirma ainda que nesta área se vivia sob tensão e que a disposição dos chefes ‘mais responsáveis’ era de propor a contra-revolução preventiva. Rego Moraes lembra ainda que: “O general Castelo Branco (...) com propriedade, em todas as oportunidades, inclusive para escolas e cursos que visitavam a nossa área, observava e enfatizava o quadro pré-revolucionário e a penetração comunista no Nordeste.” (D’ARAÚJO, SOARES e CASTRO,1994, p.37-38). Com isto, o general Gustavo Moraes Rego revela como estava acontecendo a conspiração contra o governo Goulart e, sobretudo, como os militares realmente acreditavam na maciça inserção comunista principalmente na região Nordeste.

O AI-1 também determinou as eleições indiretas para presidente. Deste modo, o colégio eleitoral escolheu, em 11 de abril, o general Humberto de Alencar Castelo Branco, coordenador da conspiração militar, como novo presidente do Brasil. O novo presidente tinha conseguido, segundo sua visão, vencer a primeira batalha: conter e dizimar uma avalanche comunista no Brasil. Agora ele deveria reorganizar o país e

promover reformas legais e econômicas que levassem a nação ao desenvolvimento. Com ordem e segurança.

Mesmo com a forte repressão o golpe recebeu apoio de diversos setores da população. A imprensa deu esmagador apoio aos militares e destacou a atuação favorável dos civis. A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Igreja foram outras instituições que, a princípio, apoiaram a intervenção militar. Diversos governadores e políticos também deram apoio ao golpe. Os militares receberam avaliação positiva e publicidade favorável.

Logo nos primeiros meses do mandato de Castelo Branco ficou clara a determinação dos militares em retirar de cena quaisquer atores políticos que pudessem ter uma posição contrária à dos militares. Para esta tarefa foi realizada a “Operação Limpeza”, na qual milhares de pessoas foram presas em todo país.

As organizações foram particularmente subjugadas. O novo governo escrutinou, de organizações católicas como o Movimento de Educação de Base (MEB) passando pela Juventude Universitária Católica (JUC), a partidos políticos da esquerda como o Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Comunista do Brasil (PC do B) e a Organização Revolucionária Marxista-Política Operária (ORM-POLOP). Outros alvos foram oficiais e praças das três armas. Assim, o governo retirava do cenário potenciais adversários políticos com poder de organização como os trabalhadores (tanto do meio urbano como rural), os políticos de esquerda e aqueles que poderiam derrubá-los com o auxílio das armas, ou seja, suboficiais militares. As primeiras ameaças foram devidamente debeladas.

“Os militares da linha dura possuíam uma lista de cerca de 5.000 ‘inimigos’ cujos direitos políticos pretendiam suspender. Com isso formou-se uma atmosfera de caça às bruxas nos gabinetes governamentais, com uma mistura de ideologia com vendetas pessoais. Os acusados não tinham direito de defesa, nem as acusações contra eles foram jamais publicadas. O novo governo alegava (extra-oficialmente) que, sendo revolucionário, podia criar suas próprias regras para punir os subversivos e os corruptos. Dar satisfações não era uma de suas regras.” (SKIDMORE, 1988, p.59).

Segundo o relatório Brasil Nunca Mais (1985, p.61), em 11 de junho de 1964, a data final estabelecida pelo AI-1 para as cassações, o balanço inicial desta atividade

foi de 378 atingidos: três ex-presidentes da República (Juscelino Kubitscheck, Jânio Quadros e João Goulart), seis governadores de Estado, dois senadores, 63 deputados federais e mais de três centenas de deputados estaduais e vereadores estavam incluídos na lista. Também foram reformados compulsoriamente 77 oficiais de Exército, 14 da Marinha e 31 da Aeronáutica. “(...) De soldados rasos a oficiais generais, o novo regime promoveu, desde as primeiras horas de abril de 1964, um esforço sistemático para expurgar das corporações militares todos os elementos identificados com o governo deposto e seu projeto nacionalista.” (BNM, 1985, p.117). Aproximadamente dez mil funcionários públicos foram demitidos e abriram-se cinco mil investigações, atingindo mais de 40 mil pessoas. Estes expurgos levam a crer que os generais do golpe de abril temiam, de imediato, dois latentes inimigos: o nacionalismo – sentimento fortemente contido nas tropas – e os movimentos trabalhistas, visto que este, virtualmente, poderia atrapalhar o modelo econômico que iria se impor daqui por diante (baseado no arrocho salarial e na desnacionalização).

Em seu governo, o presidente Castelo Branco deu início à estruturação das bases para os próximos governantes militares. Nesta administração foi criada a Comissão Geral de Investigações (CGI), a fim de coordenar as atividades dos inquéritos policiais militares, que começavam a ser instaurados em todo o país. Em junho, foi implantado o Serviço Nacional de Informações (SNI), órgão que já nascia com amplos poderes e cuja abrangência cresceria ainda mais nos próximos anos. A implantação do SNI, idealizada pelo general Golbery do Couto e Silva, foi uma ação decisiva para o controle dos cidadãos.

O presidente Castelo Branco promulgou, em outubro de 1965, o Ato Institucional Nº2 (AI-2)⁶ o qual acabava com o multipartidarismo. Com o Ato Complementar nº4 definiu-se as novas regras para a reforma política. Na prática só poderiam existir dois partidos políticos: um governista e outro da oposição consentida. Assim nasceram a ARENA (Aliança Renovadora Nacional) e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro). O primeiro abarcou ex-membros da União Democrática Nacional (UDN) e Partido Social Democrático (PSD). O segundo

⁶ **27 de outubro de 1965.** Após reunião com os ministros militares e o ministro da justiça, Castelo Branco promulga o Ato Institucional nº2, que radicalizou as medidas punitivas em vigor, aumentou os poderes presidenciais, atribuiu à Justiça Militar a responsabilidade pelo julgamento de civis envolvidos em crimes contra a segurança nacional, aumentou o número de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) de 11 para 16, extinguiu os partidos políticos existentes e estabeleceu eleições indiretas para presidente da República. (D'ARAÚJO, SOARES e CASTRO, 1994, p.32)

recebeu os ex-pertencentes aos quadros do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e, em menor número, ex-integrantes do PSD. Coube ao MDB fazer oposição ao governo militar durante todo o período em que este deteve o poder.

Conforme o Ato Institucional nº2 (AI-2), as eleições passariam a ser indiretas para presidente da República. A fim de se proteger nas próximas eleições e neutralizar a parte “linha-dura” das Forças Armadas o governo lançou, em fevereiro de 1966, o Ato Institucional nº3. Este tornava as eleições para governadores dos estados também indiretas. Além disso, os prefeitos das capitais dos estados e de outras cidades consideradas de “segurança nacional” seriam nomeados pelos governadores. Esta necessidade de resultado nas eleições por parte do grupo ‘castelista’ está interligada com o descontentamento social, visto que em 1966 ocorreram fortes manifestações anti-governista com marchas e protestos nas ruas, a maioria liderada por estudantes.

É relevante frisar que no começo de 1966, a União Nacional dos Estudantes (UNE), apesar de colocada na ilegalidade continuava ativa, liderando manifestações de protesto contra o ato do ‘governo revolucionário’. O governo Castelo, na sua perseguição às organizações civis nacionais, fechou também as filiais da UNE nos estados. A entidade, em um audacioso desafio à sua proscricção, realizou seu Congresso Nacional em Belo Horizonte (MG), em julho do mesmo ano. A polícia descobriu a reunião e antes mesmo de sua instalação, dissolveu-a. Nesta operação, mais de 20 estudantes foram presos e aproximadamente 100 se refugiaram em conventos dominicanos e franciscanos. Nesta fase do regime militar a polícia ainda tinha escrúpulos em relação a invadir e efetuar prisões nas Igrejas. Esta disposição dos religiosos de acolher os estudantes sugere que além da insatisfação do clero ante ao governo militar, alguns de seus militantes haviam se consubstanciado em ativos opositores do regime.

De acordo com o historiador Thomas Skidmore (1988), Castelo Branco acreditava no poder aglutinador da ARENA, a qual satisfaria tanto a ‘Revolução’ quanto à sociedade civil e ainda seria capaz de levar o Brasil, em breve, para uma democracia relativamente aberta em março de 1967. “(...) Em agosto de 1966 (...) ele [Castelo Branco] explicava que até 15 de março de 1967, a Revolução vai completar a sua institucionalização básica, para numa fase seguinte, robustecer a democracia

brasileira e o desenvolvimento econômico do país” (1988, p.135). Mas, a declaração foi dúbia. O que aconteceu de fato no governo de Castelo Branco foi a pavimentação para os próximos governos militares.

Ao final dos seus quase três anos de mandato o presidente Humberto Castelo Branco parecia estar convicto de que havia cumprido a missão que se auto impusera a fim de manter vitoriosa a ‘Revolução’. Conforme acreditava, em seu governo os subversivos e populistas haviam sido derrotados, desacreditados e expurgados. Quanto o outro ponto que se dispôs a “salvar” – a economia – se achava estabilizado, o sistema financeiro reorganizado e a dívida externa renegociada. Castelo entendia que o Brasil podia agora ingressar de novo nas fileiras da democracia, com uma Constituição que aumentara consideravelmente o poder Executivo (e dos militares) em detrimento do Legislativo e do Judiciário.

Na eleição seguinte, o grupo castelista (ou Sorbonne, como eram chamados os apoiadores do presidente Castelo Branco) perdeu a batalha. O marechal Arthur da Costa e Silva foi empossado em 15 de março de 1967. Chegava ao poder o representante da chamada “linha-dura”, ativo na conspiração e no golpe que levou os militares ao poder.

O Marechal Costa e Silva herdou de seu antecessor uma herança macroeconômica favorável para o novo governo. A gigantesca inflação fora reduzida, bem como o déficit público. A balança de pagamentos havia melhorado e racionalizara-se o setor público e ainda acontecera uma renegociação de uma grande parcela (vencível a curto prazo) da dívida externa. Esta última ação trouxe o aumento de ingressos de capital (principalmente público) que ajudou a fortalecer a balança de pagamentos do Brasil. Com este clima de mais estabilidade financeira o novo presidente contou com menos contestações e, conseqüentemente, mais espaço para manobras como o endurecimento do regime e da caçada àqueles que divergiam do regime imposto pelos militares.

Diante deste quadro favorável, o presidente Costa e Silva, a princípio, trabalhou arduamente para projetar uma imagem conciliatória, mostrando uma ‘Revolução’ com face mais humanizada. Neste ínterim, o presidente dialogava com diferentes grupos, como homens de negócios passando pelo clero e também os

políticos. A estes garantiu que seu governo daria atenção aos legítimos pedidos de mudanças.

“Seria um erro supor (...) que Costa e Silva tenha sido no poder um instrumento da linha-dura. Levando em conta as pressões existentes na sociedade, estabeleceu pontes com a oposição moderada e tratou de ouvir os discordantes. Ao mesmo tempo, iniciou uma ofensiva na área trabalhista, incentivando a organização de sindicatos e a formação de lideranças sindicais confiáveis. Os acontecimentos iriam atropelar essa política de liberalização restrita.” (FAUSTO, 2001, p.477)

E, para melhor alcançar seus objetivos e passar uma imagem positiva à nação, o marechal-presidente criou a Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP), ligada diretamente à presidência da República. O objetivo era trazer bem informados os diversos setores da opinião pública. Entenda-se por ‘bem informados’ a liberação de conteúdo e propaganda produzidos pelo governo a fim de passar à população a sua ideia e seus valores. Simultaneamente, a censura e a liberdade de expressão eram cada vez mais restritas prejudicando severamente a possibilidade de crítica ao governo, suas estratégias e métodos.

Mas, o entendimento entre políticos da oposição (e alguns pró-governo) e o governo não correriam tão leves como imaginado pelo presidente. A massa de novas leis, decretos e atos institucionais editados no governo Castelo Branco reduziu drasticamente a participação do povo – pelo menos através dos seus representantes eleitos – no governo. Os políticos, principalmente da oposição, estavam atentos – e bastante contrafeitos – à constante usurpação do poder organizada pelo regime militar. Com o propósito de demonstrar moderação, Costa e Silva anunciou a proscrição dos Inquéritos Policiais Militares (IPMs) conduzidos em tribunais sob o governo Castelo Branco. Este gesto foi condicionado pela advertência de que os exilados políticos teriam que se afastar de atividades políticas.

Em 1968, a oposição estudantil aumentou. Apesar de proibidos de participar de atividades política e terem muitos membros de associações presos e torturados, os estudantes produziram uma série de protestos. Estes eram dirigidos contra o aumento das taxas universitárias, as salas de aula inadequadas e os cortes no orçamento do governo para a educação. No centro da cidade do Rio de Janeiro, perto da

Universidade Federal, havia outra queixa: a construção inacabada e a qualidade da comida oferecida pelo restaurante universitário apelidado de “Calabouço”.

Em 28 de março houve uma manifestação no local. A polícia militar interveio com violência e efetuou um disparo, o qual atingiu e matou o estudante Edson Luís de Lima Souto. Os colegas de Edson Luís conduziram seu corpo para a assembleia estadual (controlada pelo MDB), onde montaram uma vigília para certificarem-se que o corpo não “desapareceria” – como acontecera a outras vítimas da violência policial desde 1964. O funeral, no dia seguinte, transformou-se numa gigantesca marcha pelo centro da cidade. À missa de sétimo dia do estudante Edson Luís, compareceram milhares de pessoas, inclusive empregados de escritório que aproveitaram a hora do almoço para expressar sua tristeza pela perda do jovem estudante e demonstrar seu desgosto com o governo militar.

As manifestações estudantis não pararam. Os protestos dos estudantes da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) forçaram a suspensão das aulas. Na Universidade de Brasília (UnB), a fim de reprimir manifestações, a polícia ocupou o campus prendendo alunos e professores no dia 30 de agosto. Ante as fortes cenas de violência, Costa e Silva ordenou imediata investigação do comportamento policial, que foi conduzida pelo general Garrastazu Médici, então chefe do SNI. Seu relatório permaneceu secreto, ocultando assim possíveis críticas internas às forças de segurança.

De acordo com a professora de História e Memória da UnB, Cléria Botelho da Costa⁷, a Universidade de Brasília (UnB) foi invadida três vezes pelas forças militares. A primeira ocorreu em 1964, depois em 1968 e a última em 1977. A professora conta que na primeira invasão houve um grande expurgo na UnB, quando aproximadamente, 40 professores foram expulsos da instituição, muitos dos quais acabaram exilados. Ainda em 64, os fundadores da UnB – Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira – também foram obrigados a deixar a universidade que idealizaram.

A segunda invasão policial do campus da UnB, em 1968, teve como um dos seus objetivos localizar o líder estudantil Honestino Guimarães⁸. Este foi preso “sob

⁷ Entrevista concedida pela professora do Departamento de História da UNB, Cléria Botelho, exclusiva para esta pesquisa. Em 15 de março de 2012.

⁸ **Honestino Guimarães** foi presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE) e militante da organização de esquerda Ação Popular (AP). Guimarães foi preso pela primeira vez em 1966 e depois em 1968. Esteve na

intensa pancadaria, enquanto os estudantes queimavam viaturas policiais, ocorrendo detenções em massa”. (SECRETARIA, 2007, p.355). O governo continuava atento aos ‘inimigos do regime’ e os líderes estudantis como Honestino permaneciam como alvos preferenciais da repressão, principalmente na gestão “linha-dura”.

Os estudantes de 68 organizavam múltiplas passeatas em diversos estados brasileiros, mas principalmente no Rio de Janeiro. Eles conseguiam arregimentar além de colegas, operários, trabalhadores do comércio e donas-de-casa. Depois da morte de Edson Luís muitas pessoas ficaram contra o governo e às suas formas de repressão. Em 21 de junho, houve outra passeata, também mobilizada pelos estudantes, na qual comparecem muitas pessoas. A violência da polícia foi tamanha (deixou quatro mortos e diversos feridos), que a imprensa denominou o episódio como “sexta-feira sangrenta”.

“(…) havia cada vez mais gente na rua, populares que desciam dos edifícios, saíam dos bares e das lojas. (...) Ergueu-se uma tosca barricada com bancos de rua e tabuletas de obras (...). Nesta altura voltaram os policiais. Ninguém se intimidou. Pedras na mão, esperávamos que chegassem mais perto. Não brandiam os cassetetes, mas apenas os 38 reluzentes. Numa fração de tempo perdido, pipocaram dezenas de armas. O foguetório ecoou pela Rio Branco, ao mesmo tempo que estouravam, num jorro branco, as bombas de gás lacrimogêneo. (...) Dos edifícios desabavam cadeiras, gavetas, lixeiras e tampas de privada, num escarcéu ensurdecedor: Assassinos!Assassinos!Assassinos.” (SIRKIS, 2008, p.117-118)

Assim, o centro da cidade virou palco de verdadeiras batalhas entre o povo e a polícia. Esta passeata gerou indignação na população e gerou outra passeata, talvez a mais famosa na luta contra a ditadura: a “Passeata dos Cem Mil”. Esta foi a primeira passeata tolerada pelo governo após a morte de Edson Luís.

A passeata dos Cem Mil foi antecedida pela intensa crítica da imprensa à “Sexta-feira Sangrenta”. Conclamada pelos estudantes da União Metropolitana dos Estudantes (UME) estes receberam a confirmação da participação de setores da Igreja, intelectuais, artistas e associação de mães. Enquanto passavam pessoas que

clandestinidade de 1969 a 1972 e desapareceu em 1973. Seu nome consta da lista de desaparecidos políticos do Anexo da Lei nº 9.140/95. (SECRETARIA, 2007, p.355).

estavam nos escritórios jogavam papel picado para saudar os manifestantes. A classe média compareceu em peso. Era uma ‘Marcha da Família’ às avessas. E o governo recuou. Tanto que o presidente recebeu em Brasília um grupo de estudantes. Mesmo não atendendo nenhuma reivindicação do grupo, foi um ato representativo simbolicamente. Bem como a passeata que deu esperança aos jovens na derrubada da ditadura por meio da união do povo brasileiro.

Contudo, em outubro, o governo operou sua revanche contra os estudantes durante o clandestino 30º Congresso dos estudantes, em Ibiúna (SP), organizado pela UNE. Nesta ocasião, a polícia prendeu aproximadamente mil estudantes. Dentre estes estava a quase totalidade da liderança do movimento. Após as prisões o movimento estudantil esfacelou-se. Implantaram-se diversos inquéritos policiais que serviram para identificar vários estudantes e precipitar muitos para a clandestinidade e para a luta armada.

O ano de 1968 continuava tenso em outros setores. Os trabalhadores também decidiram pedir melhores condições. Em abril de 1968, os metalúrgicos de Contagem (MG), decidiram ocupar a fábrica. Esta seria a primeira grande greve que acontecia no Brasil desde 1964. Eles protestavam contra a constante queda salarial, além de exigirem um aumento imediato de 25%. Dois meses depois, ocorreu outra greve de grandes proporções, desta vez em Osasco (SP). O ministro do trabalho, Jarbas Passarinho, chegou a negociar na primeira greve, não sem antes enviar a polícia para dispersar os trabalhadores. Em São Paulo, a polícia interveio já no segundo dia de greve. Ocorreram prisões em massa de trabalhadores, alguns sendo levados diretamente para as sessões de tortura. Era o fim da tentativa de humanização do golpe militar.

Além dos protestos de estudantes e trabalhadores o governo Costa e Silva perdeu o apoio da Igreja. Muitos bispos adotaram uma postura mais crítica em relação ao governo, em especial no tocante à violência empregada pelo governo nas ações repressivas. “Dom Helder Câmara, arcebispo de Olinda e Recife, surgiu como o líder dos ‘progressistas’, que atacavam as políticas do governo, as quais, para eles, reforçavam ou aprofundavam as injustiças sociais existentes.” (SKIDMORE, 1988, p.159). Diante da Doutrina de Segurança Nacional do governo, que buscava

controlar todas as instituições, inclusive a própria Igreja, esta não teve alternativa a não ser combater tal Doutrina.

Para além de todo aparato de informação do Estado, crescia também o movimento armado pró-governo. Os grupos direitistas mais conhecidos foram o Comando de Caça aos Comunistas (CCC) e o Movimento Anticomunista (MAC). A tática favorita destas duas agremiações era invadir um teatro durante a apresentação de uma peça taxada pelos seus membros como “subversiva” e atacar fisicamente os atores e às vezes até o público. Em 1968, o CCC, juntamente com estudantes da Universidade Mackenzie, instituição privada profundamente conservadora, sitiaram a Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, cujos alunos e professores, segundo eles, eram “agentes comunistas”. Os atacantes do CCC destruíram o interior do edifício principal enquanto a polícia apenas assistia o ataque.

Devido à pressão ainda maior exercida pelo governo os grupos contrários a este intensificaram as guerrilhas urbanas. Efetuada pelos grupos de esquerda, as ações armadas não se basearam em um partido único. Quem optou para a guerrilha, em geral, foram alguns dissidentes do partido Comunista (PCB), que unidos a trotskistas e católicos, formariam o sustentáculo da resistência armada contra o governo militar. A primeira tentativa séria de abertura de uma frente de guerrilha rural aconteceu em 1967, na Serra do Caparaó, entre Minas Gerais e Espírito Santo. Esta operação era estreitamente ligada a Leonel Brizola (exilado no Uruguai).

Todavia, esta guerrilha não foi adiante. Um evento fundamental, desta vez para as guerrilhas urbanas, foi a saída de Carlos Marighella do PCB, em 1967. Neste mesmo ano ele fundou a Ação Nacional Libertadora (ANL) e tornou-se o principal teórico da resistência armada no Brasil. As guerrilhas, além combater a ditadura militar, tinham vários objetivos dentre eles angariar a simpatia da população urbana, mostrar que a resistência aos militares era possível e ainda proceder a resistência ao regime ditatorial. Para isso, muitos militantes viviam na clandestinidade dependendo do dinheiro de assaltos a bancos, realizados com precisão militar. É possível que as manifestações dos trabalhadores e do público no início de 1968, especialmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, tenham encorajado as guerrilhas.

O governo recrudescia. No entanto, a gota d'água parece ter sido um evento modesto, protagonizado pelo ex-jornalista e deputado Márcio Moreira Alves, que

passou a tomar proporções maiores. Alves ocupou a tribuna do plenário, em fins de agosto e início de setembro de 1968, com o intuito de criticar as brutalidades cometidas pela polícia, como a invasão à Universidade de Brasília e a tortura de presos políticos. Após as denúncias, Moreira Alves propôs que pais combatessem o regime não levando seus filhos para assistir ao desfile de Sete de Setembro e sugeriu que as mulheres não fizessem sexo com seus maridos até a queda do regime dos generais. Alves, ironicamente, propôs que as mulheres procedessem a “Operação Lisístrata”, como as mulheres fizeram, na comédia grega ‘Lisístrata – a greve do sexo’, de Aristófanes.

As pessoas, em geral, ao lerem sobre isto acharam graça. Os militares, entretanto, se fixaram no conselho do deputado às mulheres e se irritaram. Os três ministros militares exigiram que o Congresso suspendesse os direitos políticos do deputado Moreira Alves, o que não aconteceu mesmo a ARENA, partido alinhado com o governo, sendo maioria na Câmara. A votação final sobre a suspensão da imunidade de Alves aconteceu em 12 de dezembro. No dia 13, o governo lançou o Ato Institucional Nº5 (AI-5). Na mesma noite foi editado o Ato Suplementar nº38, o qual determinava o recesso do Congresso Nacional por tempo indeterminado.

“Ao contrário dos atos anteriores, no entanto, o AI-5 não vinha com vigência de prazo. Era a ditadura sem disfarces. O Congresso é colocado em recesso, assim como seis assembleias legislativas estaduais e dezenas de câmaras de vereadores em todo o país. Mais 69 parlamentares são cassados, assim como o ex-governador carioca Carlos Lacerda, que fora um dos três principais articuladores civis do golpe militar, ao lado de um ex-governador paulista Adhemar de Barros, já cassado antes, em 1966 e do governante mineiro Magalhães Pinto, que sobreviveu às punições.” (BNM, 1985, p.62).

Os protestos de estudantes, as greves trabalhistas, o surgimento de grupos de oposição armada e o discurso do deputado federal Márcio Moreira Alves foram os acontecimentos utilizados como pretexto pelas Forças Armadas com o objetivo de aumentar a escalada repressiva do Ato Institucional nº 5. No entanto, tudo isto não passava de uma manobra para obter mais poderes e aumentar a repressão. Sobre este contexto o jornalista Elio Gaspari (2002), destaca a entrevista realizada com o ex-

ministro Delfim Neto na qual este afirma que “Naquela época do AI-5 havia muita tensão, mas no fundo era tudo teatro. Havia as passeatas, havia descontentamento militar, mas havia sobretudo teatro. Era um teatro para levar ao Ato.” (GASPARI, 2002, p.339). Um mero acontecimento ou detalhe ínfimo tornavam-se ferramentas úteis nas mãos dos militares a fim de recrudescer o regime. O resultado era o aumento do poder da ditadura e a simultânea diminuição das possibilidades de expressão do povo ou seus representantes.

“A pior das marcas ditatorial do Ato, aquela que haveria de ferir toda uma geração de brasileiros, encontrava-se no seu artigo 10: ‘Fica suspensa a garantia de *habeas corpus* no caso de crimes políticos contra a segurança nacional’. Estava atendida a reivindicação da máquina repressiva. O *habeas corpus* é um inocente princípio do direito, pelo qual desde o alvorecer do segundo milênio reconheceu ao indivíduo a capacidade de livrar-se da coação ilegal do Estado.” (GASPARI, 2002, p.339)

Com o AI-5 houve um vertiginoso aumento das cassações, das torturas e da censura às diversas formas de expressão cultural e à imprensa. O aparelho repressivo do Estado não poupava ninguém que pudesse “subverter a ordem Revolucionária”. Nomes ilustres não foram poupados. Na imprensa, por exemplo, foi preso um dos columnistas políticos mais respeitados do Brasil, Carlos Castello Branco, juntamente com o dono do Jornal do Brasil, onde escrevia. Nas universidades vários professores foram expulsos ou aposentados compulsoriamente.

“Setenta professores da Universidade de São Paulo (USP) e de várias outras universidades foram involuntariamente aposentados entre eles figuravam mestres internacionalmente conhecidos, como os antropólogos Florestan Fernandes e seus antigos alunos (demais professores) Fernando Henrique Cardoso e Otavio Ianni. (...)” (SKIDMORE, 1988, p.168)

As listas de suspeitos e subversivos nunca eram confiáveis. Além de suspeitas vazias estas também estavam contaminadas por vinganças pessoais e ambições escusas. Ao final de três meses, pós-edição do AI-05, estabeleceu-se no aparelho repressivo do Estado que os encarregados de inquéritos políticos podiam prender quaisquer cidadãos por sessenta dias. Destes, o preso ficaria incomunicável por dez.

“Em termos práticos, esses prazos destinavam-se a favorecer o trabalho dos torturadores.” (GASPARI, 2002, p.341). Na meta contínua e obstinada por fortalecer os poderes ditatoriais, o Planalto promulgou, nos seis meses seguintes, uma série de atos institucionais, suplementares e decretos cujo teor dilatava o controle executivo e militar sobre o governo e os cidadãos brasileiros. A ditadura indisfarçável e agora com mais poderes advindas do AI-5 escancarou a face autoritária do regime.

Os horrores da tortura e os desaparecimentos aumentavam diariamente a partir da institucionalização da tortura e da repressão, via AI-5. O comandante do Brasil ainda era o presidente Artur da Costa e Silva, mas na prática, o Estado estava sendo guiado pelos homens que ‘zelavam’ pela segurança, pelos grampeadores, torturadores, matadores, etc. Em meados de 1969, o aparelho repressivo brasileiro usava as mais ignominiosas técnicas de tortura para obter informações a fim de debelar a ameaça guerrilheira. Segundo apurado no relatório Brasil Nunca Mais (BNM), o primeiro documento a denunciar as práticas de tortura no Brasil durante a ditadura no período de 1964 a 1979:

“A tortura foi indiscriminadamente aplicada no Brasil, indiferente a idade, sexo, ou situação moral, física e psicológica em que se encontravam as pessoas suspeitas de atividades subversivas. Não se tratava apenas de produzir, no corpo da vítima, uma dor que a fizesse entrar em conflito com o próprio espírito e pronunciar o discurso que, ao favorecer o desempenho do sistema repressivo, significasse sua sentença condenatória. Justificada pela urgência de se obter informações, a tortura visava imprimir à vítima a destruição moral pela ruptura dos limites emocionais que se assentam sobre relações efetivas de parentesco. Assim, crianças foram sacrificadas diante dos pais, mulheres grávidas tiveram seus filhos abortados, esposas sofreram para incriminar seus maridos. (BNM, 1985, p.43).

Com o advento do Ato Institucional nº 05 elevou-se os poderes do Estado ditatorial e desproporcionalmente reduziram-se os direitos do cidadão. Na prática, dizimaram-se os direitos do cidadão, relegando-os aos julgamentos pessoais dos agentes do Estado.

O presidente Costa e Silva não pode terminar seu mandato, em decorrência de um Acidente Vascular Cerebral (AVC) que o acometeu, deixando-o com a metade direita do corpo paralisada e sem capacidade de fala. Em seu governo, Costa e Silva

obteve êxito econômico. O saldo do Balanço em conta corrente ficara positivo entre 1964 e 1966 e o ingresso de capital aumentou. Houve redução da inflação e o Brasil se tornou um mercado mais atraente para os investidores estrangeiros. No campo político a situação permanecia conturbada. Simultaneamente ao abarrotamento das prisões e ao crescimento das torturas (cuja violência exageradamente brutal passou a chamar a atenção da Anistia Internacional para o Brasil), cresciam também as atividades da guerrilha.

Para o próximo governo, Costa e Silva legou duas heranças: o êxito na área econômica (ao menos aparente, por meio de finanças equilibradas e uma relativamente curta recessão) e outra, de contornos nefastos – com consequências sentidas até os dias de hoje – a violência consubstanciada na institucionalização da repressão e da tortura. Com esta herança financeira o sucessor de Costa e Silva – Emílio Garrastazu Médici – teve menos contestações populares (apesar de um certo aumento das ações da guerrilha) e mais espaço para manobras como o endurecimento do regime e o aprofundamento na caçada de seus adversários. A “Revolução de 1964” passava desta maneira a condensar cada vez mais seus traços ditatoriais.

Segundo o cientista político Anthony Pereira (2010), uma maneira de se definir ditadura é pela característica de um governo não ser limitado pelas prerrogativas constitucionais. Desta maneira, os governantes assumem o poder de forma inconstitucional, conferem a si próprios poderes de exceção a fim de melhor lidar com uma suposta situação de emergência e permanecem no poder pelo tempo que julgam conveniente. E a questão da temporalidade no poder se dá porque apenas os que os próprios militares que tomaram o poder têm, ao seu entender, a competência para revogar os poderes de exceção.

As principais características supracitadas estão inclusas no modelo adotado pelo regime militar brasileiro (1964-1985), de acordo com Pereira. O cientista político diz ainda que “os poderes da ditadura militar brasileira eram extraordinários, especialmente em fins de 1968 a 1978” (PEREIRA, 2010, p.27). Anthony Pereira frisa que sob custódia do regime militar, milhares de pessoas foram torturadas, e houve centenas de mortos e desaparecidos. Vale ressaltar que a ditadura brasileira teve uma feição diferente da maioria dos vizinhos do Cone Sul por não ser uma ditadura pessoal. Os generais de quatro estrelas se revezavam no poder. A sucessão

era decidida pela corporação militar, com a anuência final do Alto Comando das Forças Armadas. O Congresso, composto em sua maioria por simpatizantes do regime dos generais apenas sacramentava as ordens dos superiores.

E em relação às ditaduras latino-americanas, Anthony Pereira ressalta que o Brasil teve grande influência nos países vizinhos e afirma:

“O golpe brasileiro de 1964 influenciou os acontecimentos subsequentes no restante da América Latina, abrindo o caminho para golpes na Argentina, no Chile e no Uruguai. Documentos recém-abertos ao público pelo governo dos Estados Unidos sugerem que o regime militar brasileiro deu auxílio aos conspiradores nos meses que antecederam ao golpe chileno de 1973, ação essa que levou a milhares de mortes.” (PEREIRA, 2010, p.27)

Outra peculiaridade envolvendo os países deste subcontinente, em meados da década de 1970, foi a cooperação operacional entre seus órgãos de repressão política. Esta integração, batizada de ‘Operação Condor’, consistia no intercâmbio de inteligência entre os países deste grupo com a finalidade de efetuar prisões, sequestros e atentados com explosivos. Tal estratégia continha ainda os expedientes de perseguir, torturar ou até mesmo executar pessoas que resistiam à ditadura em seus respectivos países. (SECRETARIA, 2007, p.19-21). Desta forma, o próximo governo e a estratégia para eleger o presidente Médici explicitam este massivo poder militar revelando a face mais autoritária do regime.

Após a doença de Costa e Silva, o Alto Comando Militar formado pelos três ministros militares, mais o chefe de Estado Maior Geral das Forças Armadas e o chefe do gabinete militar da presidência deveriam escolher o próximo presidente do Brasil. O Alto Comando decidiu que o vice-presidente, Pedro Aleixo, não deveria assumir o cargo de presidente (como mandava a Constituição), pois não o consideraram confiável. “Pedro Aleixo não tomou posse porque se negou a assinar o AI-5, o ato máximo revolucionário.”⁹ (D´ARAUJO, SOARES e CASTRO, 1994,

⁹ **General Adyr Fiúza de Castro:** Em 1964, era tenente-coronel e servia no Estado-Maior do Exército, na Subseção de história da 5ª seção. Promovido a coronel em 1965, chefiou a Divisão de Informações (D2) do Gabinete do ministro da Guerra até 1969, e nessa função foi um dos criadores do Centro de informação do Exército (CIE). Ainda nesse ano, tornou-se secretário da Comissão de Investigação Sumária do Exército, adida ao

p.83). O Alto Comando designou então uma junta militar – formada pelos três ministros militares – a qual governaria o país temporariamente até que um novo presidente fosse eleito indiretamente.

O presidente indicado do pela junta foi o general Emílio Garrastazu Médici, ex-comandante do Terceiro Exército e ex-diretor do Serviço Nacional de Informações (SNI). Com o intuito de dar um ‘verniz’ de legalidade ao novo presidente, o Alto Comando resolveu reabrir o Congresso, a fim de proceder às eleições. Em 25 de outubro de 1969, Médici foi eleito presidente do Brasil. E o Congresso posto em recesso logo depois.

O Alto Comando alegava que “sem votação pelo Congresso (...) a impressão que ficava era de uma ditadura, daí resultando uma péssima imagem dentro e fora do país”. (SKIDMORE, 1988, p.201). É interessante notar que a ditadura brasileira conservava este traço característico: a persistência na crença que suas ações deveriam ter a cobertura de uma respeitável justificativa legal.

Médici tomou posse em um momento mais sombrio que seus antecessores. Castelo Branco e Costa e Silva estavam mais otimistas, pensaram que poderiam liberalizar um pouco mais o regime. O general Garrastazu Médici recebeu um Brasil com uma atmosfera político-social mais tensa. Em contrapartida, Médici chegava a um governo no qual dispunha de poderes ilimitados devido ao AI-5.

Desta maneira, sob o lema “Segurança e Desenvolvimento” o presidente Médici inicia em outubro de 1969, o governo militar que seria lembrado tempos depois como o mais repressivo dentre os governos militares brasileiros. De acordo com o relatório Brasil Nunca Mais este governo representou:

“(…) O período mais absoluto da repressão, violência e supressão das liberdades civis de nossa história republicana. Desenvolve-se um aparato de ‘órgãos de segurança’, com características de poder autônomo, que levará aos cárceres políticos milhares de cidadãos, transformando a tortura e o assassinato numa rotina.” (BNM, 1985, p.63)

I Exército, no Rio de Janeiro, acumulando esse cargo a partir de 1972 com a chefia do Centro de Operações de Defesa Interna (CODI). Em 1974 assumiu o comando da Polícia Militar do Rio de Janeiro e foi promovido a general-de-brigada. De 1975 a 1978 comandou a 6ª Região Militar, sediada em Salvador, sendo então designado para a Diretoria do Instituto de Inativos e Pensionistas do Exército. Logo em seguida pediu transferência para a reserva. (D´ARAÚJO, SOARES e CASTRO, 1994, p.35)

O governo Médici foi marcado por mostrar duas características distintas. Era um período de altíssima repressão, com o maior número de pessoas torturadas e desaparecidas por um lado e por outro, havia o ‘milagre econômico’ (a boa fase financeira) e poucas agitações visíveis. Não existiam mais as grandes passeatas, greves ou comícios ocorridos em anos anteriores. Tudo e todos estavam sob a repressão. Entretanto, foi inegavelmente uma época bastante conturbada.

“(…) De outro lado, o país vive a fase do ‘milagre econômico’, dos projetos de impacto e das obras faraônicas, como a ponte Rio - Niterói e a rodovia Transamazônica, num clima de ufanismo insuflado pela propaganda oficial, com a imprensa amordaçada pela censura. A inoperância da atividade partidária legal traz, como resultado, o desinteresse popular pelas eleições que ocorrem no período. Nas eleições de novembro de 1970 para a renovação do Congresso Nacional, por exemplo, a soma das abstenções votos brancos e nulos atinge a 46% do total de eleitores inscritos. (BNM, 1985, p.63)

Os ecos de 1968 ainda eram sentidos pelo governo militar. Antes mesmo da posse de Médici a junta militar que estava governando no lugar de Costa e Silva teve que lidar com uma jogada inesperada da guerrilha: O sequestro do embaixador americano Charles Burke Elbrick, em setembro de 1969. A esquerda armada queria com esta ação libertar companheiros presos e, como dito anteriormente, conquistar a simpatia da opinião pública contra os generais. Quanto à primeira intenção eles foram vitoriosos – conseguiram libertar 15 presos políticos. Em relação à segunda, não obtiveram êxito. O povo, em geral, não entendia o que estava acontecendo e, ainda mais com a censura e a repressão, ficava mais fácil para o governo esconder ou manipular os acontecimentos. Nem as cartas-manifesto, escritas para serem lidas nos meios de comunicação após os sequestros alcançaram o resultado esperado pelos opositores do regime. Na verdade, os brasileiros estavam mais preocupados com a Copa do Mundo de Futebol. Não havia tempo – e muito menos vontade – para pensar em derrubada de generais, subversivos ou embaixadores desaparecidos.

Em fins de 1969 até 1970 outros diplomatas foram sequestrados. Mais presos políticos, que se encontravam sob intensa tortura, foram libertados. Em março, foi sequestrado o cônsul japonês, Nabuo Okuchi, o qual foi trocado por cinco

prisioneiros. Em junho, a ação guerrilheira aconteceu sobre o embaixador alemão Ehrenfried von Holleben, trocado por 40 presos. Por último, em dezembro, foi sequestrado Giovanni Enrico Bucher, embaixador da Suíça.

O sequestro de Enrico Bucher foi o mais longo, pois o governo militar não cedeu a todos os nomes pedidos pelos guerrilheiros na primeira lista. Os combatentes do regime tiveram que refazer a lista de nomes de presos políticos a serem libertados. Por fim, o embaixador foi liberado em troca de 70 presos. Estas ações alcançaram alguma repercussão, mas serviram muito mais ao regime que utilizou os sequestros para reafirmar sua truculência em nome da defesa da nação contra “a ameaça guerrilheira”. Em novembro de 1969, Carlos Marighella foi morto em uma emboscada policial. A Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), um dos principais grupos urbanos de resistência armada foi reduzida a quase nada no início de 1971. A ditadura debelou seus opositores.

Houve ainda um grupo, de aproximadamente 70 pessoas, que se voltou para o campo na tentativa de derrubar o governo militar. Membros dissidentes maoístas do Partido Comunista do Brasil (PC do B), que se haviam separado do Partido Comunista Brasileiro (PCB) escolheram para suas operações a região de Marabá (PA), banhada pelo rio Araguaia – conhecida como Bico do Papagaio – em plena floresta tropical amazônica. A meta do grupo era iniciar nesta localidade um foco de resistência que deveria se espalhar pelo Brasil, empolgar e derrubar o governo militar. A estratégia destes guerrilheiros era viver e morar como os camponeses e, paulatinamente, ganhar-lhes a confiança ensinando-os cuidados médicos e com o solo e, finalmente, conseguir mais simpatizantes para a sua causa. Entre os anos 1970 e 1971 eles cumpriram o plano à risca, sem qualquer inconveniente por parte dos militares.

Contudo, em 1972, os guerrilheiros do Araguaia foram descobertos pelo serviço de inteligência do governo. Este fez uma primeira ação na região – a qual se mostrou inepta. Entretanto, o exército remontou sua estrutura, treinou melhor os soldados e declarou toda a área como ‘Zona de Segurança Nacional’, remanescendo sujeita aos poderes especiais, à polícia e aos militares. Além disso, foi construída uma estrutura com alojamentos, heliponto e centros de interrogatórios de suspeitos. Os moradores eram obrigados a mostrar documentos a qualquer hora. Desta tática

governamental resultou a prisão e a tortura de muitos camponeses inocentes. A caçada aos guerrilheiros foi implacável e em pouco mais de dois anos o governo já havia debelado a guerrilha. Em 1975, todos os guerrilheiros daquela área estavam presos ou mortos.

Além da tortura, outra forma de repressão extremamente usada no governo Médici foi a censura. A princípio o que poderia ser ou dito ou não, era negociado entre jornais e militares. Em 1972, a censura passou para a polícia Federal que colocou inclusive censores dentro de jornais. Todas as formas de expressão tinham que passar pelo crivo do censor.

Desta forma, centenas de músicas foram proibidas ou tiveram trechos cortados ou reformulados, peças de teatro, cinema e até novelas foram mutiladas. Diversos intelectuais e artistas foram exilados. Políticas estudantis, movimentos trabalhistas, pessoas privadas dos seus direitos políticos e más notícias sobre a economia ou contrárias aos militares eram temas proibidos.

Outro ator importante da sociedade, a Igreja, que inicialmente apoiou a deposição de João Goulart, também se transformou em alvo de perseguições dos militares. “A Igreja (...) torna-se também vítima dos atos repressivos: há prisões de sacerdotes e freiras, torturas, assassinatos, cercos a conventos, invasões de templos e vigilância contra bispos.” (BNM, 1985, p.63). Muitos bispos e padres se revoltam contra as injustiças cometidas pelo regime dos generais e contra as torturas e passaram a integrar movimentos de esquerda. No governo Médici, ao contrário do que ocorreu no governo Castelo Branco, as igrejas não eram respeitadas. A polícia, à mínima suspeita, invadia os templos e prendiam os sacerdotes.

Muitos deles foram torturados barbaramente. Contudo, a Igreja ainda era a única instituição capaz de enfrentar os generais. Não obstante as perseguições contra membros do clero, a resistência da Igreja não só continuava como aumentava gradativamente, apesar de parte de seus membros ainda serem a favor do governo – fechando os olhos para os cruéis métodos repressivos do Estado.

De acordo com Maria Celina D’Araújo, Gláucio Ari Dyllon Soares e Celso Castro (1994) as informações de inteligência, ou seja, as informações sobre as atividades da sociedade e de pessoas que militavam na esquerda eram repassadas pelas agências de informação de cada ministério como o Centro de Informações do

Exército (CIE), criada em 1963; o Centro de Informações da Aeronáutica (CISA), criado em 1968 (reformulado e assim batizado em 1970) e o Centro de Informações da Marinha (Cenimar), criado em 1955. Este também foi reformulado em 1971, com a finalidade de “fazer frente às novas demandas militares no combate à luta armada” (D’ARAÚJO, SOARES, CASTRO, 1994, p.16-17). Com o incremento destes órgãos pode-se notar o aumento da repressão e a importância dada a esta, principalmente, no início da década de 70.

Além destes órgãos diretamente subordinados aos seus respectivos ministérios militares foram criados em 1970, os Centro de Operações de Defesa Interna (CODI) e subordinados a estes os Destacamento de Operações de Informações (DOI). Os primeiros estavam na jurisdição do Exército e eram compostos por representantes de todas as unidades militares, da polícia e do próprio governo. Os DOIs também congregavam membros das três forças, bem como policiais civis e militares. O Destacamento era uma unidade móvel e ágil com a função essencial de fazer operações. Os DOIs eram o ‘braço armado da Inquisição’, como definiu de forma simbólica do general Fiúza de Castro.

A fim de melhor entender como era a repressão a partir do AI-5 e sua inflexibilidade durante o governo Médici, vale a pena mais esta explicação de Celina D’Araújo e os outros dois autores que informam que o CODI e o DOI estavam subordinados, técnica e hierarquicamente, ao comandante de cada Exército. Com isto percebe-se “que foi o Exército a força principal a coordenar e comandar as ações de segurança interna.” (D’ARAÚJO, SOARES, CASTRO, 1994, p.16-17). Com base nesta supremacia é que se dividiu o país em Zonas de Segurança Interna (ZDI). Em cada ZDI, o comandante do Exército detinha o poder sobre a Marinha e a Aeronáutica e todas as demais instituições responsáveis pela segurança do Brasil.

Como se não bastasse este intrincado sistema de informações o governo contava ainda com a cooperação da Operação Bandeirantes (OBAN), criada em 1969. Segundo os autores (1994), este órgão chefiado pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury e subordinado ao II Exército, era um misto de entidade policial e militar, amparado por recursos oficiais e doações de empresários. A finalidade da Oban era empreender ações de captura e desmonte de grupos armados de oposição, usando

métodos marcadamente violentos. Em decorrência da ambiguidade de sua filiação, a entidade teve assegurada carta branca para agir e impunidade para com seus atos.

“Ainda que, num primeiro momento, possamos admitir que essa intrincada estrutura foi se definindo de forma reativa, o que se verificou ao fim de muito pouco tempo foi a instalação de um sofisticado sistema de segurança e controle institucionalmente consolidado, cujas características não podem jamais ser atribuídas a situações circunstanciais. O ‘sistema’, a comunidade de informações fazem parte de um bem articulado plano que procurou não só controlar a oposição armada mas também controlar e direcionar a própria sociedade.” (D’ARAUJO, SOARES e CASTRO, 1994, p.18)

Além de todos estes órgãos ligados ao governo, é importante lembrar que, havia ainda organismos civis, em geral clandestinos, que realizaram diversos atentados e ações terroristas. O Comando de Caça aos Comunistas (CCC) e o Movimento Anticomunista (MAC) são os mais famosos. Isto mostra que além do forte aparato legal, a repressão foi auxiliada por outras agências que congregavam colaboradores voluntários da sociedade civil. Todos unidos em torno de uma ideologia anticomunista que assolava o país. “Tudo isso deve ser pensado ao lado de uma situação igualmente excepcional que envolvia a censura, e atos institucionais que limitavam extremamente o uso das liberdades públicas.” (BNM, 1985, p.63). Assim, no Brasil de Médici sobrava pouco espaço para auto-expressão, cultura, liberdade de pensamento e muito menos para divergir das ideias dos governantes.

“O rigoroso sistema autoritário tornou possível a ‘estabilidade’ política, que os militares da linha-dura definiram como ausência de qualquer oposição ou crítica séria, satisfazendo assim seu desejo de suprimir a tensão e os conflitos públicos de um sistema aberto. Eles não tinham mais que tolerar a retórica marxista, as manifestações estudantis ou os conchavos dos políticos na repartição de favores entre estados, regiões e grupos sociais.” (SKIDMORE, 1988, p.220).

As guerrilhas foram incômodas, mas novamente úteis ao governo que serviu-se destas como justificativas para a repressão em toda sua expressão. A oposição

legal, o MDB, foi expurgada e mantida acuada pela intimidação e pela censura. E com o crescimento econômico de 10 por cento ao ano o governo militar, junto com a hábil propaganda governamental, gerou otimismo entre a massa. O presidente Médici, antes pouco conhecido dos brasileiros, tornou-se um presidente popular.

O acelerado crescimento econômico era a base da legitimidade do governo Médici tanto para público interno quanto externo (já que aumentava a objeção internacional ao Brasil, por conta das violações dos Direitos Humanos). Durante o governo Médici o crescimento econômico apresentou a mais alta taxa sustentada desde os anos 50. Em números, o milagre econômico pode ser assim traduzido:

“O Produto Interno Bruto (PIB) subiu à média anual de 10,9 por cento de 1968 a 1974. O setor líder foi a indústria, com 12,6 por cento ao ano. A performance mais modesta foi a da agricultura, com a média de 5,2 por cento. A inflação média de 17 por cento (embora o número oficial de 15,7 por cento para 1973, como se admitiu depois, tenha sido uma atenuação da verdade)¹⁰. Quanto às reservas, subiram de US\$ 656 milhões para US\$ 6,417 bilhões em 1973.” (SKIDMORE, 1988, p.276).

Desta maneira o governo linha-dura de Médici transmitiu a mensagem de que o Brasil estava velozmente se transformando em potência mundial. Tudo isso graças ao crescimento econômico e à intensa vigilância do governo contra os ‘negativistas’ e os ‘terroristas’. Grande parte dos brasileiros foi levada a concluir que o aumento do poder nacional estava associado ao rápido crescimento da economia e isto era resultado do autoritarismo vigente.

Todavia, observadores tanto brasileiros quanto estrangeiros concordavam que o rápido crescimento estava “legitimando” o regime, especialmente aos olhos da classe média. Em 1972, foram realizadas pesquisas de opinião, as quais revelaram que independente da posição social do entrevistado a política estava em último lugar na sua escala de interesses. Uma amostragem, significativa, de trabalhadores do Centro e do Sudeste do Brasil explicitaram que, para eles, era mais importante um governo forte que um eleito. Deste ponto de vista nota-se que o povo brasileiro estava bastante alinhado com o governo. Isto colocaria uma fachada de paz e

¹⁰ O Banco Mundial logo reagiu aos números manipulados da inflação oficial de 1973 e fez sua própria estimativa de 22,5 por cento, que se tornou amplamente usada no Brasil, embora a censura impedisse sua divulgação. Folha de São Paulo, 31 de julho de 1977. (nota de rodapé, Skidmore, p.276)

serenidade no país, enquanto o Congresso Nacional continuava amordaçado, a imprensa censurada e diversas pessoas eram perseguidas, torturadas e mortas pelos agentes da repressão. Nada mais distante da democracia e da promessa deste e de governos militares anteriores quanto à possibilidade de liberalizar o regime.

Com a proximidade do fim do mandato de Médici, as áreas sociais e econômicas sob controle do Planalto voltavam sua atenção para as próximas eleições. O presidente e sua equipe não tinham motivos para recear a oposição eleitoral. Mas, de qualquer maneira, o Planalto estava determinado a criar a impressão de que dispunha de apoio popular dentro do sistema eleitoral.

Os militares fizeram diversas manobras, reduzindo número de cadeiras, dentre outras para fortalecer a ARENA e fazer com que seu candidato vencesse as eleições. “(...) os militares (e seus colaboradores civis) ainda viam as eleições como importante processo de legitimação. Elas tinham que ser mantidas e manipuladas se necessário.” (SKIDMORE, 1988, p.227). Parece contraditória esta necessidade reorganizar o sistema eleitoral visto que com seu poder seria mais fácil abolir as eleições (é importante salientar que o Congresso era posto em recesso, mas nunca formalmente fechado, como aconteceu em outros países da América do Sul). Contudo, a preferência da ditadura brasileira era negar que houvesse uma suspensão forçada da democracia. Batia-se na tecla da Revolução, ou contrarrevolução comunista.

Conseqüentemente, a manutenção da fachada democrática, por meio da permanência do Congresso Nacional, o não personalismo do governo e a repressão oculta pela censura e alienação cultural promovidas pelo governo suscitou a visão, aceita por muitos até os dias de hoje, que a ditadura brasileira foi mais branda que a dos seus vizinhos da América do Sul. Outro ponto ainda muito aceito é que, caso os militares não tomassem o poder, o Brasil se transformaria em uma república comunista. O que os adeptos desta teoria não explicam é como o presidente Jango, um latifundiário, e o candidato mais cotado para substituí-lo nas próximas eleições, Juscelino Kubitschek, poderiam representar uma real ameaça comunista para o Brasil.

Como legado de seu governo, apesar do crescimento econômico acelerado, Médici deixou uma grande dívida externa e o aprofundamento das desigualdades

salariais e sociais. Também deixou no exterior a imagem do Brasil como um país de torturas, perseguições exílios e cassações. De acordo com a pesquisa do relatório Brasil Nunca Mais (1985) esta imagem não é distorcida.

O relatório confirma as denúncias formuladas no período Médici, por entidades de Direitos Humanos, a respeito de torturas assassinatos de opositores políticos, desaparecimentos, invasões de domicílio, completo desrespeito aos direitos do cidadão e inobservância da própria legislação criada pelo regime. De acordo com a pesquisa, foi constatado ainda que, neste período, ocorreram os mais elevados índices de torturas, condenações e mortes.

O penúltimo presidente militar do Brasil foi o gaúcho Ernesto Beckmann Geisel, o qual governou o país de 1974 a 1979. Ao assumir o governo, Geisel e seu grupo – os castelistas – tinham quatro metas principais: manter o apoio majoritário dos militares e, simultaneamente, reduzir o poder da linha-dura, controlar os “subversivos”, reconduzir o país à democracia e, por fim, manter altas taxas de crescimento.

O presidente e seu grupo sabiam que a condição primordial para levar adiante seus projetos dependia da sustentação dos militares. Mas, os “linha-dura” eram um entrave à liberalização do regime. Quanto à repressão aos subversivos era mais uma questão de manutenção, pois quase todos os focos de guerrilha foram debelados no governo anterior.

Geisel e seu chefe do gabinete da Casa Civil da Presidência da República, Golbery do Couto e Silva formularam a estratégia de distensão do regime. A distensão deveria ser lenta, gradual e segura. Entretanto esta, na verdade, não era tão segura. Menos por conta dos poucos ‘subversivos do país’ mas, sobretudo devido às forças de segurança – que ambos concordavam – compunham um foco de oposição à liberalização do regime. Tanto Geisel quanto Golbery entendiam que estas forças, representadas pela linha-dura, superestimavam a ameaça subversiva com vistas a promover seus interesses políticos e manter seus privilégios.

De acordo com o relatório Brasil Nunca Mais (1985, p.64) nesta época ainda havia uma dura repressão, porém mesclada com algumas medidas de abertura e abrandamento das pressões. Na realidade, todo este gestual visava à manutenção do sistema instaurado em 1964, pelos militares. Desta forma, Geisel manteve o delicado

equilíbrio para legitimar-se ante aos militares controlando os ‘subversivos’ e os “linha-dura”. A estratégia de governo foi agir com rigor não apenas contra os subversivos, mas também com todo o centro-esquerda.

Quanto à terceira meta – o retorno à democracia – o presidente prometeu se esforçar para o gradual, porém seguro aperfeiçoamento democrático brasileiro. No intento de cumprir suas promessas o presidente extinguiu o AI-5 e introduziu outras medidas liberalizantes. A quarta meta era manter altas taxas de crescimento. Já estava claro que o crescimento econômico conferia legitimidade ao governo e mantinha o apoio da população. Porém, o governo anterior não coordenou bem os programas de governo, o que agravou as diferenças sociais e deixou índices muito baixos nas áreas de saúde, educação e habitação – indicadores da qualidade de vida de uma nação. Com este cenário, o governo Geisel dava mostras de preocupação com a desigual distribuição dos benefícios do crescimento econômico. Para neutralizar este problema foi criado o Ministério da Previdência e Assistência Social cuja finalidade era melhor coordenar programas sociais já existentes e dar-lhes mais amplitude.

O presidente Geisel e seu chefe da casa civil, Golbery do Couto e Silva desejavam liberalizar o regime que herdaram. Diversos brasileiros como intelectuais, jornalistas, e políticos, tanto da ARENA quanto do MDB também ansiavam o mesmo. Cada qual possuía ideias sobre a desativação do regime militar repressivo do Brasil. Entretanto, naquele contexto era extremamente difícil saber exatamente como passar gradualmente do autoritarismo absoluto para um sistema mais aberto até chegar à democracia.

Neste ponto é importante diferenciar liberalização e democratização. Segundo O’Donnell e Schmitter (*apud* D’Araújo, Soares e Castro, 1995, p.13), a liberalização seria a proteção de indivíduos e grupos contra o arbítrio do Estado ou de outros grupos. Sendo que, no nível individual, essas garantias incluem os elementos clássicos da tradição liberal: o *habeas corpus*, a inviolabilidade residencial e da correspondência, o direito de defesa num tribunal justo e imparcial, de acordo com leis pré-estabelecidas, as liberdades de imprensa, de expressão, de petição, de associação e assim por diante. Já no nível grupal, ainda de acordo com esses autores, esses direitos abrangem também garantias como as de que não haverá punição contra

expressões de dissídio e dissensão coletivos em relação a políticas governamentais.¹¹ A democratização implica a possibilidade real de transferência de poder. Desta forma o governo providenciou algumas medidas a fim de promover mais liberdades civis, sem perder de vista os ‘focos subversivos’ e controlando uma possível reação do grupo “linha-dura”.

Para esta abertura gradual, Golbery defendeu a maior participação de alguns grupos como a Igreja, a imprensa, as universidades, a classe trabalhadora e a empresarial incorporando-os cada vez mais ao sistema político. A busca do apoio da Igreja e a consequente ligação desta com o governo se deu a partir de um ponto em comum: a luta pelo fim da ditadura.

A aglutinação com a sociedade civil foi um meio utilizado pelo governo para diminuir o poder das forças de repressão que estavam entranhadas no governo. É irônico que uma das motivações alardeadas pelos militares para a aplicação do golpe – a quebra da hierarquia militar – transformou-se, com o passar dos anos, em um problema real durante a ditadura. O poder dos órgãos de repressão era tal que, um oficial de patente inferior podia controlar informações, torturar e decidir sobre a vida ou morte de algum suspeito de subversão, sem que seu superior hierárquico concedesse autorização para tais ações (nos governos mais autoritários, em geral, os oficiais de baixa patente contavam com a complacência dos superiores). Tudo dependia da posição do agente das forças repressoras de Estado dentro dos organismos de repressão.

Esta quebra de hierarquia nas Forças Armadas – principalmente com o grupo castelista no poder – trazia um risco para a própria instituição militar e a correlação de forças da mesma. Desta maneira, para restaurar a hierarquia era fundamental neutralizar os “linha-dura” e promover a volta dos militares aos quartéis. Com este objetivo, o governo buscou fortificar-se junto aos movimentos sociais. E, além disso, é necessário salientar que o grupo de Geisel e Golbery já haviam delineado, desde o golpe em 1964, a reintrodução de ‘democracia relativa’, controlada, após um breve período.

Em 1974, as eleições para deputados federais e senadores foram diretas. O governo permitiu maior acesso aos candidatos por meio de acesso bem mais livre à

¹¹ Guilherme O'Donnell e Phillippe C. Schmitter, *Transitions from authoritarian rule: tentative conclusions about uncertain democracies* (Baltimore, John Hopkins University Press, 1986)

televisão. O MDB quase dobrou sua representação na Câmara dos deputados e aumentou bastante o número de cadeiras no Senado. O MDB também se saiu melhor nas eleições estaduais e na maioria dos estados-chave como São Paulo, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. Estas eleições demonstraram que faltava apoio popular à “Revolução”.

Após as eleições o governo assegurou o resultado e adotou mais uma medida conciliatória ao suspender a censura prévia do jornal ‘O Estado de S. Paulo’. Por meio deste gesto, o governo minimizava as pressões da família Mesquita (proprietária do jornal). Entretanto, outras publicações como Veja, Folha de São Paulo, Pasquim, Opinião e Tribuna da Imprensa continuaram sob censura prévia em suas redações. Todas as demais publicações continuaram sujeitas a apreensão pela polícia Federal, ao sabor da conveniência dos censores. O governo fez um gesto limitado, mas sempre dentro da estratégia de mais abertura com cuidado para não criar uma cisão muito forte com o pessoal da “linha-dura”.

Contudo, as torturas continuavam. A Igreja e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) contestavam os seguidos desmentidos do governo sobre a persistência desta prática nos aparelhos repressivos do Estado. Eram novos tempos e as forças de segurança não se adaptaram a eles. Além das torturas, mortes e ‘desaparecimentos’ os “linha-dura” deram uma demonstração de poder assassinando o jornalista Vladimir Herzog, diretor de jornalismo da TV Cultura de São Paulo, em outubro de 1975, nas dependências do CODI de São Paulo. Sua morte foi apresentada pela polícia como suicídio por enforcamento. Esta foi uma maneira grosseira de tentar encobrir a realidade da ditadura e a tortura como seu método de ‘obtenção da verdade’. Em janeiro do ano seguinte, o operário metalúrgico, Manuel Fiel Filho, foi morto em circunstâncias similares a de Herzog. Novamente a versão oficial foi suicídio por enforcamento.

“O choque entre diferentes grupos militares acerca da necessidade de os organismos de segurança se adaptarem aos novos tempos ficou bastante evidente quando ocorreram dois assassinatos sob torturas nas dependências do DOI-CODI de São Paulo. O primeiro foi cometido em outubro de 1975, vitimando o jornalista Vladimir Herzog. O segundo tirou a vida do metalúrgico Manoel Fiel Filho, em janeiro do ano seguinte. Nos dois episódios, houve reações de dissidências dentro das Forças Armadas. (...) Geisel destituiu o comandante do II Exército, general Ednardo D’Ávila Mello, em

atitude que provocou sério impacto nos meios militares.” (BNM, 1985, p.66)

Este dois episódios podem ser descritos como o ápice do confronto entre o governo e os representantes da “linha-dura”. A morte do jornalista Vladimir Herzog causou profunda comoção social. Uma semana após a morte do jornalista, cerca de oito mil brasileiros participou de uma missa ecumênica organizada por D. Paulo Evaristo Arns, pelo reverendo James Wright e pelo rabino Henri Sobel. O evento serviu para unir ainda mais a sociedade contra a ditadura.

As mortes de Herzog e de Fiel Filho situam-se em um cenário relevante da política brasileira, visto que estão situadas neste contexto do ‘confronto’ governo *versus* “linha-dura”. No episódio do assassinato de Herzog, muitos pensaram que o presidente Geisel havia perdido o controle sobre as forças de segurança. E estas se comportavam como se realmente nada tivessem a temer. Após a morte de Fiel Filho “O presidente [Geisel] ficou lívido ao tomar conhecimento da notícia e só pensava no papel ridículo que fizera quando defendera o general Ednardo D’Ávila no caso Herzog.” (SKIDMORE, 1988, p.348). Entretanto, na ocasião da morte de Herzog, o presidente Geisel já tinha advertido o general D’Ávila (comandante do II Exército e responsável pelo CODI de São Paulo) que não toleraria mais estes abusos.

E, de fato, não tolerou. Demitiu sumariamente o general após a morte do operário Fiel Filho. A “linha-dura” retrucou com a deflagração de uma força há muito temida – o terrorismo de direita. Em setembro, explodiu uma bomba na sede da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) do Rio de Janeiro, além de novos atentados em outubro. Membros da Igreja, que criticavam o governo receberam ameaças telefônicas. Um bispo chegou a ser sequestrado e espancado. Mas, as ações direitistas não mudaram o rumo à ‘descompressão’ guiado pelo governo, nem a busca por mais liberdade política que aumentava nos movimentos sociais.

O governo, entretanto, estava mais preocupado com as próximas eleições, marcadas para 1978, na qual a população escolheria os governadores. Isto porque, além da significativa ascensão do MDB no Congresso, em 1974, nas eleições municipais de 1976, apesar da ARENA ter ganho na maioria dos municípios, o MDB mostrou novamente sua força ao conquistar as principais câmaras municipais como

Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador, Campinas e Santos. A fim de impedir uma provável vitória do partido da oposição Geisel, por meio do AI-5, fechou outra vez o congresso em 1º de abril de 1977, a fim de impedir as eleições diretas para governador e dar mais força para a ARENA nas eleições do próximo ano.

O pretexto para o fechamento foi a implantação de um projeto de reforma no judiciário do qual o MDB era contrário. Deste modo, o Planalto baixou uma série de reformas constitucionais que ficaram conhecidas como ‘Pacote de Abril’. Dentre outras medidas, ficou definido que a escolha dos governadores e de um terço dos senadores se daria por via indireta. Estabeleceu-se ainda que o tempo de exposição dos candidatos, no rádio e na televisão seria limitado. O MDB reagiu às novas medidas e a imprensa noticiou-as como uma certa traição do governo. Geisel respondeu marcando a abertura do Congresso para 15 de abril. A distensão era promovida por meio de avanços e retrocessos. E o governo observava o retorno das manifestações populares, principalmente estudantis, que retomaram vulto.

“Apesar dos ataques terroristas da direita, das cassações, das leis autoritárias e dos momentos em que o pêndulo da ‘distensão lenta, gradual e segura’ voltava-se no sentido da repressão, a nova conjuntura nacional começa a caracterizar-se, fundamentalmente, por um crescimento das lutas populares e isolamento político do regime, ao mesmo tempo em que se agrava a situação econômica.”
(BNM, 1985, p.67)

Ainda no campo político a nova batalha era a sucessão presidencial, que deveria ocorrer em 1979. A intenção do presidente era que se continuasse no caminho da distensão. Para isso seria necessário subjugar a “linha-dura”. E isto aconteceu com a demissão do líder desta ala, o ministro do Exército, general Sylvio Frota (que era contra as medidas liberalizantes e já atuava nos bastidores políticos no sentido de suceder Geisel). O fato mais relevante nesta demissão é que o presidente a efetuou sem consultar o Alto Comando, em uma demonstração de força dentro dos meios militares.

A fim de arrefecer a disputa presidencial, em dezembro de 1977, Geisel anunciou publicamente que escolhera como seu sucessor o general João Baptista

Figueiredo, então chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI). Para o cargo de vice-presidente foi escolhido o civil Aureliano Chaves, ex-governador de Minas Gerais. A ARENA, como partido do governo apoiou a escolha.

No entanto, o cenário político também era composto pela sociedade e, especialmente a Igreja e a OAB, continuavam a exigir a transição para o Estado de Direito. Agora estas vozes contavam com o abrandamento da censura. O movimento operário se reorganizou e adquiriu novo ímpeto, bem como novas feições. O movimento sindical ressurgia com independência do Estado e, por conseguinte, com mais força. Os sindicatos das indústrias metalúrgicas e de automóveis do ABC paulista se tornaram os mais combativos. A grande concentração de trabalhadores neste espaço geográfico e a forte organização das lideranças operárias, paralelo ao clima de maior abertura política, são fatores que marcaram a ascensão de um sindicalismo mais forte, organizado e atuante.

Com as forças sociais robustecidas, o governo Geisel, por seu turno, desativou alguns elementos da estrutura autoritária. Em janeiro de 1979, foi revogado o AI-5, embora parte de seus dispositivos passassem a estar embutidos na Constituição, como o ‘estado de emergência’, o qual o Executivo poderia decretar em momentos de crise, atribuindo-se poderes excepcionais e suspendendo as garantias dos cidadãos por até 120 dias.

Outra medida importante efetivada por Geisel foi a revogação do banimento de mais de 120 exilados políticos. A maior parte destes havia deixado o Brasil em 1969-70 em troca de diplomatas estrangeiros, sequestrados por guerrilheiros. Todavia, o presidente teve o cuidado de manter banidos alguns ‘inimigos’ da “linha-dura” como o ex-governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola e o veterano secretário geral do Partido Comunista Brasileiro, Luís Carlos Prestes.

Na economia, Geisel deixou o país com bons indicadores macroeconômicos. Entre 1974 e 1978, o PIB cresceu a uma taxa anual média de sete por cento e a taxa de inflação em média de 37,9 por cento. Outro ponto que caracterizou fortemente a gestão Geisel foi a implementação dos projetos de larga escala como: o complexo hidrelétrico de Itaipu, na fronteira Brasil-Paraguai; a siderúrgica Açominas, em Minas Gerais; o programa nuclear e a Ferrovia do Aço. Cabe lembrar que todos estes

projetos deveriam receber muitos investimentos de longo prazo para gerar o retorno esperado.

O Congresso Nacional continuou sem o controle sobre o orçamento, ponto que as nações democráticas sempre consideraram como a principal prerrogativa de um Legislativo. Quanto à repressão, o governo não desarticulou o imenso aparato de segurança. Permaneceu o setor de inteligência de cada instituição militar, os DOI-CODIs do Exército, bem como o SNI e seus agentes dentro de cada Ministério.

Na questão dos direitos humanos, os dados do relatório Brasil Nunca Mais (1985) revelam que ao terminar o último ano do governo Geisel, a estatística em relação Regime Militar, desde 1964, registrava aproximadamente 10 mil exilados políticos, 4.682 cassados, milhares de cidadãos que passaram pelos cárceres políticos, 245 estudantes expulsos das universidades por força do Decreto 477, e uma lista de mortos e desaparecidos de cerca de 300 pessoas.

No último governo militar, chefiado pelo general João Baptista Figueiredo, o tema central era a abertura política. Tanto que em seu discurso de posse o presidente Figueiredo comprometeu-se em dar continuidade à liberalização (abertura): “Reafirmo meu inabalável propósito (...) de fazer deste país uma democracia” (SKIDMORE, 1988, p.412). E de fato o presidente deveria reafirmar este compromisso, pois era um paradoxo que alguém que ocupou os cargos de chefe do Gabinete Militar do presidente e de chefe de um dos mais importantes órgãos do aparelho estatal repressivo brasileiro, o SNI, comandasse a liberalização do regime ditatorial. Este panorama é apenas mais uma das contradições da abertura, assim como foi a questão da Lei de Anistia que será vista com mais acuidade adiante. De qualquer forma, tanto a população em geral, quanto a imprensa permaneceram confiantes na abertura iniciada pelo governo Geisel.

Em 1979, o governo Figueiredo começou a conviver com turbulências sociais. Neste ano, o sindicato dos metalúrgicos do ABC paulista, composto por mais de 160 mil trabalhadores, convocou uma greve. Os operários pediam um aumento salarial de 78% e ainda o reconhecimento legal dos representantes sindicais não oficiais que haviam surgido para concorrer com os reconhecidos oficialmente pelo governo como dirigentes de sindicatos. Nesse caso, certamente cabe destacar, que a ação de alguns sindicalistas – que tinham sido reconhecidos – era considerada

duvidosa, os chamados pelegos sindicais, que atuavam em favor do governo e não do grupo de trabalhadores que representavam, diferentes dos pelegos conhecidos no governo Getúlio Vargas, devido às circunstâncias trabalhistas distintas. Como os empregadores não aceitaram, os trabalhadores resolveram parar. Por semanas, mesmo com a violenta repressão policial os trabalhadores permaneceram em greve, exigindo negociação da greve. Os trabalhadores não tinham recursos para se manter e passaram a depender da ajuda de parentes e amigos. Também foram apoiados pela Igreja e simpatizantes que lhes doaram dinheiro e comida a fim de que mantivessem a greve.

“(…) Estabelecia-se assim um elo direto entre o ‘novo sindicalismo’ e os católicos radicais – duas das mais importantes expressões da sociedade civil que emergiram no fim dos anos 70. Na prolongada luta que se seguiu a Igreja, liderada pelo Cardeal Arns, forneceu local para as reuniões (os grevistas achavam que ficaria reduzido o risco de batidas policiais se operassem no interior de um templo) e apoio moral – que os grevistas agradeceram ante a ameaça de represália dos empregadores contra os líderes do movimento.” (SKIDMORE, 1988, p.415)

A partir do exemplo dos operários do ABC, outros segmentos como funcionários públicos, professores e outras categorias de trabalhadores compreenderam sua força na participação política e na reivindicação de seus direitos trabalhistas.

Na macroeconomia houve desaceleração do crescimento. A inflação subiu acima dos 40 pontos percentuais de 1978. O governo lançou então o III Plano Nacional de Desenvolvimento (III PND). Este documento não continha números. Evitava a fixação de metas rígidas. No plano eram mencionados os principais problemas como a crise de energia, as condições embaraçosas do balanço de pagamentos, os custos crescentes da dívida externa e a crescente pressão inflacionária. No mais, enfatizava-se o aumento da produção agrícola e dava pouca atenção à indústria. Com os problemas econômicos diminuiu-se a força dos militares que, como já dito anteriormente, se sustentava em números econômicos fortalecidos para se legitimar no poder.

Para além dos problemas econômicos era premente a liberalização política. Mesmo com a marginalização de diversas correntes de opinião sócio-políticas, a

extinção de partidos, as perseguições e outras arbitrariedades já citadas o movimento social por mais liberdade política se expandiu. “Uma das principais bandeiras levantadas pela resistência democrática durante o processo de abertura foi o da anistia política a todos aqueles que foram punidos de alguma forma pelo governo instaurado em 1964.” (CÂMARA DA SILVA, 2007, p.02). Aumentou o interesse popular pela anistia. Simultaneamente, crescia o pedido pela redemocratização do país.

A sociedade ampliou sua expectativa na oposição ao comando dos militares e passou a exigir também a volta de princípios políticos e o fim de práticas intoleráveis como a censura, as cassações, a legislação de exceção e as violações dos direitos humanos. Outras reivindicações essenciais eram a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte e eleições diretas para presidente. O apoio em favor da anistia tomou vulto e teve início uma onda de apoios internacionais.

A retomada de forças por parte da sociedade civil se deve, em muito, ao clima de otimismo gerado pela possibilidade de liberalização criado em torno da chegada à presidência do general Ernesto Geisel, em 1974. “(...) o novo governo acenou com a possibilidade de promover uma distensão lenta, gradual e controlada.” (CÂMARA DA SILVA, 2007, p.02). E o presidente João Figueiredo declarou, além do momento da posse, a sua firme decisão em manter a abertura política. Quando o presidente foi questionado pelos jornalistas se ele manteria o projeto de abertura, este respondeu que haveria sim a abertura e “quem for contra eu prendo e arrebento”. A frase ficou famosa e hoje consta do anedotário popular.¹² O povo passou a confiar na proposição de Figueiredo de abrir o regime. Mas, os militares da “linha-dura” – sempre contrários à abertura e a perda de seus privilégios – já planejavam como sabotar a política de liberalização do governo e mais bombas viriam a explodir.

Diversas manifestações contra o regime se espalharam pelo Brasil. Tomaram parte destas atividades organizações como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Também se uniram a este propósito estudantes, jornalistas, artistas, intelectuais, lideranças populares e professores, dentre outros.

¹²Ver vídeo em: <https://www.youtube.com/watch?v=QZRvjGFoIZI> Último acesso em: 10 jun 2013

No entanto, um dos principais atores nesta luta pela abertura e redemocratização foi um grupo de mulheres. Em 1975, elas formaram a primeira organização social essencialmente voltada para a causa pró-anistia. O grupo era formado por mulheres que tiveram familiares atingidos pelos atos de exceção do regime militar. O Movimento Feminino pela Anistia teve sua origem em São Paulo, e era liderado pela advogada Therezinha Zerbini. (CÂMARA DA SILVA, 2007). O grupo era dedicado ao esclarecimento e conscientização da sociedade sobre o significado da anistia e ainda sobre o papel e a importância desta, como garantia e conquista de direitos humanos. Segundo Câmara da Silva (*apud* Del Porto, 2002, p.03), para o grupo feminista, que começou com apenas seis mulheres, a anistia significava também o primeiro passo para a constituição do estado democrático de direito no país. E esta ativa participação de esposas, mães, filhas e irmãs se destacavam de modo especial, o que tornava mais difícil o descrédito do movimento por parte da “linha-dura” militar. Desta forma, a sociedade civil se engajava cada vez mais na luta à favor do retorno da democracia.

No ano de 1978, foi constituído o Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA). Seu objetivo era conquistar a anistia ampla. O grupo foi lançado publicamente pelo general cassado e ex-ministro do Supremo Tribunal Militar (STM) Peri Bevilacqua. O CBA serviu de molde para que outros grupos com a mesma finalidade surgissem em todo Brasil.

A anistia era uma questão para a qual a oposição conseguira mobilizar considerável apoio. E os entusiastas desta causa aproveitaram todos os espaços possíveis em que o regime deixava uma lacuna para se manifestar, principalmente, em locais onde houvesse uma multidão. Nos campos de futebol, bandeiras com a inscrição *Anistia ampla, geral e irrestrita* eram desfraldadas onde quer que as câmeras de TV pudessem focalizá-las.

Não obstante a efervescência do movimento pela anistia – o que muito contribuiu para dar à causa uma maior projeção social – a questão já havia sido colocada na agenda política do país desde os primeiros anos do governo militar. No entanto, a anistia como foi entabulada e, posteriormente, o texto aceito no Congresso revela parte de uma estratégia de desarticulação de uma possível oposição organizada ao governo. (MELLO, 1989, p.199)

“E é no contexto dessa ofensiva estratégica com o objetivo de romper as linhas inimigas, dividir e semear confusão nas hostes adversárias que devem ser analisadas duas medidas adotadas em 1979 pelo governo Figueiredo. A primeira foi a lei de anistia recíproca, que permitiu o retorno ao país e à política, dos exilados, cassados e banidos, assegurando também a impunidade dos responsáveis pelos excessos repressivos e colocando-os a coberto de qualquer futuro revanchismo. A segunda foi a reforma partidária (...)” (MELLO,1989, p.211)

De qualquer modo e, em meio ao engajamento social, foi finalmente promulgada, em 28 de agosto de 1979, a Lei nº 6.683, conhecida como a Lei de Anistia. A proposta de lei governamental saiu vitoriosa, porém recebeu duras críticas por conter pontos passíveis de controvérsia. O principal foi o perdão incondicional aos integrantes do aparelho repressivo, aos quais se atribuía a responsabilidade por uma série de atentados contra os direitos humanos.

Apesar de insatisfatória, a nova lei trouxe de volta grande número de exilados. Desta vez os excluídos de Geisel: Leonel Brizola e Luís Carlos Prestes, também retornaram. Também estavam de volta ao País “subversivos famosos” como Miguel Arraes, Márcio Moreira Alves e Francisco Julião, juntamente com figuras-chave do PCB e do PC do B (ambos ilegais). Por outro lado, a anistia deu grande força à popularidade do presidente. Com isto, Figueiredo confiava que podia resistir às objeções da “linha-dura” por ter permitido o reingresso na política de tantas pessoas por eles considerados inimigos do regime. Com todas estas mudanças e com a imprensa mais livre – embora ainda sujeita a pressões e esporádicas ações de violências – o sistema político parecia o mais leve desde 1968.

Mas, este clima de distensão não durou muito tempo. Os adversários da abertura a combateram com bombas no início dos anos 80 até meados de 1981. Conforme revela o delegado de polícia, Cláudio Guerra, que participava das reuniões da “linha-dura” e executava diversas tarefas nas ações de repressão:

“Esses primeiros passos da abertura lenta, gradual e segura (...) enfrentaram forte resistência entre nós. Acostumados ao poder, grupos de oficiais das Forças Armadas, de polícias federais e civis resolveram agir por conta própria (...)” (NETTO e MEDEIROS, 2012, p.151)

Guerra (2012) revela que partiu do grupo encabeçado pelo coronel Freddie Perdigão e do qual ele fazia parte, a idealização e planejamento da onda de atentados terroristas de direita que assolou os governos Geisel e Figueiredo. Deste grupo também participava o comandante Antônio Vieira que morreu sem nunca ter sido citado em nenhuma lista de torturados, como ressalta Cláudio Guerra. Nas reuniões ficou decidido que os ataques seriam desferidos contra bancas de jornais, veículos de comunicação, comícios e shows. A viabilização financeira dos ataques provinha de empresários e da contravenção.

Outro detalhe informado pelo matador Cláudio Guerra é que esta comunidade de informações funcionava como uma irmandade secreta e que seus membros se tratavam por “irmãozinhos”. Observa-se que os princípios que unia estes agentes da repressão estão menos ligados às causas ideológicas e mais às regalias proporcionadas pelo dinheiro e pelo poder.

À OAB foi enviada uma carta-bomba que vitimou a diretora da entidade e secretária de Direitos Humanos da Ordem, Lyda Monteiro da Silva¹³, que abriu a carta. No entanto, o episódio, que teve maior repercussão, foi o atentado do Riocentro. Em 30 de abril de 1981, estava sendo realizado no Centro de Convenções do Rio de Janeiro (Riocentro) um show em comemoração ao dia do trabalho. Duas bombas explodiram. Uma do lado de fora, dentro de um carro onde estavam um sargento e um capitão do Exército (em trajes civis), pertencentes ao DOI-CODI do Rio de Janeiro.

O sargento morreu no local e o capitão ficou gravemente ferido. A segunda bomba explodiu na casa de máquinas (provavelmente para cortar a luz do local e provocar pânico e mortes), mas não teve maiores consequências. O Exército não tardou em distribuir comunicados negando qualquer envolvimento no caso. Entretanto, todas as evidências indicavam o contrário.

O agente da repressão Cláudio Guerra participou da “Operação Riocentro” e conta que “aquela seria a maior tragédia, o grande golpe contra o projeto de abertura democrática.” (NETTO e MEDEIROS, 2012, p.164). Guerra afirma também que os comandantes desta ação eram os seguintes oficiais: coronel Perdigão, comandante Antônio Vieira e coronel Carlos Brilhante Ustra. “Perdigão costumava dizer que

¹³ Ver mais sobre o caso Lyda Monteiro da Silva em “Direito à Memória e à Verdade: Comissão Especial dos Mortos e Desaparecidos (SECRETARIA, 2007, p.434)

havia poucos caras com a disposição de Ustra para combater o comunismo”, lembra Claudio Guerra (2012). Este, por fim, conta que o objetivo do grupo sempre foi tumultuar o processo de redemocratização do país. Passados mais de 30 anos do atentado pode-se compreender que não era desmedida a preocupação de políticos da oposição e governo da época em relação aos atos terroristas da “linha-dura”. Os componentes deste grupo demonstravam, com extrema frieza e ousadia, que pretendiam sabotar o processo de abertura.

Contudo, as investigações movidas pelo governo não comprovaram a ligação desse caso com os “linha-dura”. Chegou-se a cogitar que os dois membros do DOI-CODI tivessem agido por conta própria. Segundo o general do Exército Adyr Fiúza de Castro era muito importante controlar os colaboradores deste órgão.

“(...) todos eles eram muito fogosos, poderiam sair da mão (...). É tudo como cachorro brabo, Doberman. E o Doberman, tem-se que manter muito na trela, porque se largar, ele vai atacar até a gente da casa. Então era preciso muito cuidado para que eles não agissem por conta própria, e não agissem por ordem dos outros Exércitos ou do CIE. O caso do Riocentro, por exemplo. Se o DOI foi lá (...) foi sem o conhecimento do Gentil [chefe do CODI na ocasião]. E se recebeu ordens de outras pessoas, agiu para lá de erradamente. Não podia agir sem ordens do I Exército através do CODI.” (D’ARAÚJO, SOARES e CASTRO, 1994, p.59)

Apesar das evidências os militares continuaram negando qualquer conhecimento sobre atentado ao Riocentro (prática que mantém até os dias atuais). Porém, o caso acabou por frear os ímpetos dos terroristas de direita. As explosões cessaram. Talvez eles estivessem esperando uma melhor oportunidade. Mas, na verdade, o escândalo acabou por neutralizá-los. O fato é que a não resolução deste caso deixou Golbery (que continuou no cargo no governo Figueiredo), o grande arquiteto da abertura, muito desgostoso e, assim o chefe da casa civil pediu demissão, ato que sacudiu o cenário político.

No horizonte estavam as eleições para governador, em 1982, as quais seriam diretas pela primeira vez, desde 1965. O governo entendia que o bipartidarismo não atendia mais as suas necessidades. E foi encetada uma reformulação partidária. O governo Figueiredo precisava que seu partido de apoio, a ARENA, fosse

desvinculado da imagem da repressão, visto que com a alta da inflação, as eleições pareciam mais fáceis para oposição. A estratégia governamental foi diluir o bipartidarismo e promover a criação de novos partidos a fim de desmembrar o unido bloco oposicionista e manter o controle fosse através da divisão dos votos da oposição ou pelas legendas conservadoras que deveriam surgir. Ficou decidido que as siglas dos partidos também deveriam mudar.

Desta maneira, a ARENA tornou-se o Partido Democrático Social (PDS) e o MDB em Partido Democrático Brasileiro “Esta prestidigitação verbal atendeu ao mesmo tempo às novas regras (proibindo o uso de legendas anteriores) e irritou o governo porque a oposição preservava o reconhecimento do seu nome e o uso dos termos ‘democrático’ e ‘brasileiro’.” (SKIDMORE, 1988, p.428). Ao tentar promover a imagem da ARENA, o governo, inadvertidamente, acabou por dar ainda mais fôlego ao MDB. Entretanto, a estratégia do Planalto deu certo pelo menos do ponto de vista do surgimento de novos partidos. Surge então o Partido Democrático Trabalhista (PDT), capitaneado por Leonel Brizola; o Partido dos Trabalhadores, liderado por Luiz Inácio Lula da Silva; o Partido Popular (PP), liderado pelo banqueiro Magalhães Pinto e por Tancredo Neves. A legenda que alçou Getúlio Vargas ao poder, a do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) foi reativada.

Nas eleições de 1982 seriam votados diretamente candidatos de todos os níveis, exceto para presidente. A vantagem da oposição foi ter conseguido muitos governos estaduais em estados-chave. Porém, mais uma vez a estratégia do governo mostrou-se acertada, pois, apesar de bem votada, a oposição não conseguiu maioria nas duas Casas do Congresso (só era maioria na Câmara). Como as próximas eleições para presidente seriam indiretas, a escolha estava nas mãos colégio eleitoral. A vantagem era governista, visto que a composição do Congresso Nacional era de maioria conservadora.

Neste ínterim, o Planalto enfrentava desgastes, a economia se deteriorava, tinha minoria na Câmara dos deputados, não podia contar mais com o dispositivo do AI-5 e o presidente João Figueiredo se mostrava apático às questões políticas após sofrer um enfarto. Já a oposição podia contar com deputado Ulysses Guimarães, o mais destacado articulador da esquerda e que se mostrava bem disposto para lutar

pelo retorno da democracia brasileira. É neste clima político que surge a campanha pelas eleições diretas.

O povo estava mais consciente (as eleições mostraram o valor da cidadania) e os políticos mais esperançosos. Todos queriam votar para presidente. Assim, aumentou o clamor favorável à emenda constitucional apresentada pelo deputado peemedebista Dante de Oliveira a qual propunha eleições diretas para presidente. A campanha ganhou ímpeto próprio e cada vez mais adesões tanto de entidades quanto de personalidades importantes. Nasce a campanha *Diretas Já*, que mobilizou todo o Brasil. Os comícios da campanha viraram grandes acontecimentos culturais, com enorme aglomerado de pessoas e que ao fim do evento entoavam o hino nacional. A campanha assumira um ar festivo. Os partidários das diretas vestiam camisetas – em geral com as cores da bandeira brasileira – com a inscrição ‘Quero votar para presidente’.

“Os comícios eram sempre ordeiros, mostrando uma disciplina que surpreendia os observadores nacionais e estrangeiros. O clima de festa, de entusiasmo popular e de ordem tornou a campanha difícil de ser desmoralizada pelos seus adversários, mas, mesmo assim, foram feitos esforços com tal objetivo. O serviço de inteligência do Exército fotografou comícios, sobretudo as faixas que pediam a legalização do Partido Comunista, e fez circular as fotos no Planalto. Mas, passara o tempo em que estas estratégias da comunidade de informações desmantelavam os esforços de organização e mobilização dos militantes oposicionistas. A explosão do Riocentro foi o último hurra com que foi saudada a desordem diretista patrocinada pelos militares.” (SKIDMORE, 1988, p.469).

A campanha trazia o ressurgimento do espírito cívico com uma dimensão sem precedentes. O mais interessante é que candidatos de diversos partidos se uniram. Eles não pediam votos para si mesmos e sim pela restauração do direito de voto. A sociedade civil reconquistava sua voz.

Não obstante a intensa campanha e participação ativa da sociedade civil e políticos a eleição para presidente foi mesmo indireta. Os candidatos eram Paulo Maluf pelo PDS e Tancredo Neves, agora do PMDB. Neves ganhou a presidência. Ele já havia devidamente tranquilizado os militares mais influentes de que não tinha intenção de devolver o país à fase anterior a 1964. Também assumiu publicamente

que se opunha a qualquer tentativa de processar os militares ou os policiais acusados de tortura e outras violações dos direitos humanos. Porém, Tancredo Neves faleceu antes de tomar posse. Assumiu seu vice, José Sarney que foi o primeiro presidente civil desde o golpe de 1964.

A fim de melhor compreender a transição política brasileira é preciso retornar à questão da Lei da Anistia. Conforme esta foi alinhavada resolveu-se a questão de uma possível ação contra os torturadores com a inclusão na Lei de uma definição que incluía os praticantes tanto de ‘crimes políticos’ quanto de ‘crimes conexos’. Este último um eufemismo, compreendido como um artifício para dar cobertura aos torturadores. Este foi um arranjo político, pois os líderes da oposição sabiam que só podiam passar a um regime aberto com a cooperação dos militares. A esperança para resolver esta ambiguidade é que, no futuro pudesse haver tentativas de reabrir a questão por parte daqueles mais próximos das vítimas da tortura. Mas, naquele momento os políticos brasileiros entenderam que deveriam fazer uma ‘conciliação’. Esta seria uma primeira fase da transição.

De acordo com Guilherme O’Donnell, (1999) no Brasil, a segunda fase de transição democrática (a da consolidação da democracia) se deu por via mais lenta e negociada, o que implicou concessões e acordos. Uma das consequências foi a manutenção dos antigos participantes do governo autoritário na nova estrutura. Com estes atores ocupando postos chave no governo, eles continuam com poder e certo controle sobre a agenda governamental.

Para o autor, este tipo de transição, a qual ele denomina “transada” ocorreu devido a características como sucesso econômico e uma repressividade relativamente baixa. “As transições nestes regimes não são por colapso; são transições ‘transadas’, ou seja, negociadas, por meio de acordos ou pactos. “(...) os governantes de regimes autoritários economicamente bem sucedidos e relativamente pouco repressivos costumam obter um alto (embora declinante com o correr do tempo) controle sobre os ritmos e agendas de transição.” (O’DONNELL, 1989, p.38). Há certa controvérsia quanto à questão da baixa repressividade e os resultados econômicos, ao fim do governo militar foram menos felizes.

Entretanto, O’Donnell ressalta que em ambos os tipos de transição há negociações e pactos. Contudo, apenas no caso da transição citada, os remanescentes

do governo autoritário conseguem impor à oposição vários pontos de sua agenda. Além disso, aqueles setores que obtiveram certos privilégios ou ganhos no regime autoritário também continuam na máquina governamental com bastante poder, inclusive de ordem econômica. E estes podem ser entraves à obtenção da democracia ampla e consolidada.

Ainda de acordo com O'Donnell, quanto à permanência dos militares que se encarregavam do regime anterior no novo governo, o autor ressalta que isto ocorre com mais amplitude quando o regime autoritário tem seu epicentro sustentado pelas Forças Armadas. O esmagador poder de negociação detido por elas originam uma barganha com sólidas garantias baseadas principalmente em dois pilares: o primeiro é que não será 'revisado o passado'. O outro é a obtenção de uma ampla participação no novo governo civil (sem perder os espaços que já ocupam no aparato civil do Estado. E como foi observado por Alfred Stepan (*apud* O'Donnell, 1988, p.52), o Brasil representa um caso extremo neste sentido.

Já Adam Przeworski descreve o fato que, nas jovens democracias ainda não consolidadas, os militares arquitetam a preservação de sua autonomia no novo governo civil. Ali eles conservam sua autonomia e continuam a exercer sua tutela sobre o sistema político. Przeworski enfatiza que este é um modelo recorrente na maioria dos países em que a transição para a democracia foi resultado de negociações. (MOISÉS; ALBUQUERQUE, 1989, *apud* PRZEWORKI, p.38). “O espectro da intervenção militar é uma limitação permanente sobre o processo político, e a eventual reação dos militares é uma consideração que permeia a vida política cotidiana nessas novas democracias.” (MOISÉS; ALBUQUERQUE, 1989, *apud* PRZEWORKI, p.38). De fato no Brasil pode-se sentir até os dias atuais a preocupação com uma possível intervenção militar. Tal possibilidade chegou a ser mencionada quando da publicação do terceiro Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), que em seu eixo seis sugeria a criação da Comissão da Verdade, para apurar torturas ocorridas durante a ditadura militar de 1964-1985.

O autor brasileiro, Alfred Stepan, também destaca como as influências militares estão enraizadas no governo brasileiro ao afirmar que: “As altas prerrogativas militares podem existir mesmo que não sejam contestadas pelos principais líderes políticos do regime democrático novo. (...) E os novos políticos

democráticos podem acomodar-se a esta realidade por uma variedade de razões.” (O’Donnell,1988, *apud* STEPAN, 1988, p.52). Mais uma vez retorna-se à tese de Guillermo O’Donnell, na qual ele considera que a continuidade de participantes do regime autoritário ainda conserva os seus poderes dentro do governo democrático, o que dificulta a plena implantação da democracia. E enfatiza:

“Se o Brasil (...) é o caso de maior continuidade do regime autoritário ao civil em termos das Forças Armadas, comparativamente esta continuidade é ainda maior no tocante ao pessoal civil governante, os ‘notáveis’ daquele regime. Considero este dado importante para entender a segunda transição brasileira e suas dificuldades atuais.” (O’DONNELL, 1988, p.61)

Assim, faz-se necessário identificar o quanto deste autoritarismo ainda existe dentro governo, principalmente, nos poderes Executivo e Legislativo, desde a promulgação da Constituição Federal, em outubro de 1988. É importante ainda examinar como estes atores conservadores agem no sentido de emperrar questões relativas aos avanços dos Direitos Humanos no Brasil, mais especificamente, no tocante à memória do período ditatorial – o que faz com que, não podemos afirmar termos uma democracia consolidada.

Com esta recuperação da memória do período ditatorial brasileiro (1964-1985), de acordo com Câmara da Silva (2007) seria possível inclusive dimensionar as violações ocorridas nesta época. Visto que é comum identificar o caso brasileiro como menos repressivo em relação às outras ditaduras da América Latina. No entanto, é preciso enfatizar que houve um grande número de perseguições, exílios, demissões, aposentadorias compulsórias, torturas e mortes nos anos de ditadura. Contudo, a questão da memória e suas implicações serão vistas mais detidamente no próximo capítulo.

Capítulo II – Arcabouço Teórico: Memória

O Relógio

"Diante de coisa tão doida

Conservemo-nos serenos

Cada minuto da vida

Nunca é mais, é sempre menos

Ser é apenas uma face

Do não ser, e não do ser

Desde o instante em que se nasce

Já se começa a morrer"

(Cassiano Ricardo)

Neste capítulo será estabelecido um diálogo entre a memória – que é o objeto de pesquisa desta dissertação – e sua importância diante do momento histórico em que o Brasil vive atualmente. Nos dias atuais vive-se um esforço quanto à reconstrução dos acontecimentos ainda encobertos pela ditadura militar imposta de 1964 a 1985. É provável que este esforço esteja ocorrendo devido a profusão de livros sobre o período, as recentes polêmicas sobre a Lei de Anistia e a implantação da Comissão Nacional da Verdade. Esta se utiliza da memória como uma importante ferramenta para o desenvolvimento dos seus trabalhos a fim de elucidar o que realmente aconteceu nos 21 anos que durou a última ditadura brasileira.

A memória é entendida, de maneira primordial, como a propriedade de guardar informações as quais podemos utilizar quando necessário, como se fosse uma caixa onde acomodássemos fotos antigas. Ou seja, a memória nos remete

primeiramente a uma faculdade mental de registrar e resgatar impressões passadas. No entanto, a memória é bem mais que isso. A memória é um importante componente de nossa formação individual e coletiva visto que é capaz de registrar não apenas as formas duras das informações, com também conter as singularidades e sentimentos que determinadas épocas imprimem na cosmovisão de indivíduos ou de grupos.

Em geral, quando se fala de memória se remete à parte do cérebro capaz de armazenar informações e acessá-las quando desejamos utilizar. Pensa-se, subitamente, em algo mecânico. A memória, entretanto, não é apenas uma habilidade mecânica e individual. Ela é uma base onde os fatos se unem de acordo com um contexto. Metaforicamente, pode ser visualizada como um trilho, onde os fatos que se interligam seriam os vagões e as direções destes trilhos são o contexto histórico e social. Desta forma, pode-se adiantar que não existe apenas um tipo de memória, ou seja, a memória individual. Existem ainda a memória coletiva (que será o fio condutor deste trabalho), a memória herdada e a memória histórica.

Contudo, antes de explicar cada uma destas memórias é importante considerar como se desenvolveu o conceito de memória e principalmente o de memória coletiva. Aprofundando o valor da memória o historiador francês Jacques Le Goff (1990) traça a evolução da memória coletiva paralelo ao desenvolvimento das sociedades. Assim, o historiador ressalta a importância da transmissão do conhecimento via oral para os povos sem escrita como fator principal de memória coletiva. Antes do advento da escrita as formas de dominação da memória coletiva eram uma conquista inestimável para a manutenção dos núcleos que ocupavam o poder. Com o aparecimento da escrita a tentativa de manipulação e dominação da memória coletiva não desaparece, mas adequa-se a uma nova perspectiva. Para Le Goff, a escrita permitiu à memória coletiva um duplo progresso, pois houve o desenvolvimento de duas formas de memória. A primeira seria “a comemoração, a celebração através de um monumento comemorativo de acontecimento memorável.” (LE GOFF, 1990, p.452-453).

Esta visão do autor francês pode ser confirmada no Brasil, onde durante anos se comemorou o Golpe militar de 1964. Apenas em 2013 foram proibidas as comemorações desta data que, para os militares se trata de uma revolução e para os

militantes que foram torturados e familiares de desaparecidos representa uma ferida ainda aberta na sociedade, visto que ainda falta muito a ser esclarecido sobre a ditadura brasileira e seus abusos contra os direitos humanos. “(...) o almirante Veiga Cabral disse que não será realizado nenhum ato (...) dia 31 devido aos problemas ocorridos no ano passado, quando manifestantes entraram em confronto com militares reformados em frente ao Clube Militar, no Rio.”¹⁴ As manifestações em 2012 e a proibição das comemorações do golpe sugerem que há realmente, no Brasil, uma grande demanda por esclarecimento sobre a ditadura 1964-1985 e a busca pelas verdades daquele período.

O outro desenvolvimento da escrita para a evolução da memória coletiva, segundo Jacques Le Goff, seria de fundo mais prático visto que com a possibilidade da produção de um documento escrito aumenta-se o suporte da memória. Com o documento (que tem ainda a característica de monumento) surgem diversas possibilidades como o armazenamento de informações, o fornecimento de um processo de marcação, memorização e registro. Além disso, o documento escrito “ao assegurar a passagem da esfera auditiva à visual, permite reexaminar, reordenar, retificar frases e até palavras isoladas” (LE GOFF, 1990, p.433). Com tantas possibilidades a classe dominante – em geral a que possui maior acesso à escrita – tem ainda mais facilidade para ‘montar’ um contexto adequado às suas necessidades de dominação.

Para Leroi-Gourhan (*apud* LE GOFF, p.433) a evolução da memória coletiva está intrinsecamente ligada à evolução social, bem como ao desenvolvimento urbano. Para este autor a memória coletiva não rompe seu movimento tradicional (repassar costumes, ideias e moldar identidades e formas de agir) com o nascimento da escrita. Esta memória apenas continua a se fixar de acordo com o novo sistema social.

“Não é, pois, pura coincidência o fato de a escrita anotar o que não se fabrica nem se vive cotidianamente, mas sim o que constitui a ossatura de uma sociedade urbanizada, para a qual o nó do sistema vegetativo está numa economia de circulação entre produtos, celestes e humanos, e dirigentes. A inovação diz respeito ao vértice do sistema e engloba seletivamente os atos financeiros e religiosos, as dedicatórias, as genealogias, o calendário, tudo o que

¹⁴ PIVA, J. **Militares criticam Comissão da Verdade em ato comemorativo ao golpe militar**. In: <http://oglobo.globo.com/pais/militares-criticam-comissao-da-verdade-em-ato-comemorativo-ao-golpe-militar-7974681>. Último acesso em: 07.mai.2013

nas novas estruturas das cidades não é fixável na memória de modo completo, nem em cadeias de gestos, nem em produtos.” (LEROI-GOURHAN *apud* LE GOFF, 1990, p.433)

Nota-se com a fala de Gourhan que a memória coletiva, por muito tempo foi direcionada aos grandes feitos. Não se registrava de forma sistemática o sofrimento cotidiano dos que perderam suas propriedades rurais a fim de encontrar emprego nas cidades, por exemplo. Os registros tratavam, sobretudo, da grande circulação de mercadoria e não das condições de trabalho e saneamento em que viviam estas populações no início do surgimento das cidades. Entretanto, grupos que vivenciaram estes momentos passaram, certamente, estas informações aos grupos mais jovens via oralidade.

Na sua narrativa sobre a memória coletiva e o desenvolvimento das sociedades Le Goff destaca alguns pontos interessantes como a memória, enquanto faculdade de evocar voluntariamente o passado, ser uma forma de poder e admiração. No medievo esta possibilidade de ‘saber de cor’ também era muito apreciada e se destaca nos textos bíblicos. Entretanto, o autor ressalta o florescimento da literatura dos séculos XV e XVI como importantes apoios à memória coletiva. Este último seria primordial visto que surge na literatura o personagem e por meio deste o indivíduo se afirma. Outro destaque para Le Goff, acontece no século XVIII quando são criados o *mémorialiste* e o *memorandum*, pois com eles são introduzidos um tipo de memória jornalística e diplomática. Com estas, entram em cena “(...) a opinião pública, nacional e internacional, que constrói também sua própria memória”. (LE GOFF, 1990, p.461). Assim, dilata-se a Memória Coletiva, pois surge a possibilidade do indivíduo se ver documentado e ainda comparar-se com pessoas de outras cidades ou até mesmo uma nação vizinha.

No século XIX, de acordo com Le Goff (1990), a memória coletiva se avolumou de tal modo que tornou-se impossível para a memória individual captar a diversidade e quantidade de conteúdos. O autor marca este período como o de catálogos de obras e documentações por fichas que serão organizadas no próximo século. Após 1950, sobretudo, a memória sofre uma verdadeira revolução. É a era da memória eletrônica. E com o advento da Segunda Guerra Mundial, surgem as máquinas de calcular de tamanho grande, além de outros elementos que são

sinônimos da aceleração, inclusive da memória. Entretanto, a memória eletrônica mesmo com toda sua capacidade de armazenamento permanece como um apoio da memória coletiva e das impressões registradas no espírito humano. A máquina é um prestador de serviço visto que, quem alimenta esta memória eletrônica continua sendo a humanidade.

E os indivíduos continuaram produzindo e guardando suas impressões e eventos na memória. O século XX foi um período de grandes convulsões que mudaram de forma extremamente rápida a sociedade e sua maneira de ver o mundo. “A memória coletiva sofreu grandes transformações com a constituição das ciências sociais e desempenha um papel importante na interdisciplinaridade que tende a instalar-se entre elas.” (LE GOFF, 1990, p.472). Neste século, operários entram em cena por mais direitos, líderes políticos em todo o mundo empolgam as massas, surgem diversas correntes artísticas nos diferentes setores da arte como música, pintura, artes plásticas, cinema e uma quantidade gigantesca de invenções eletrônicas e tecnológicas. Tudo isto levou a sociedade e, conseqüentemente, a Memória Coletiva a ser estudada. Não por acaso, nos anos 1950 o sociólogo Francês Maurice Halbwachs publicou seu livro ‘A Memória Coletiva’. Para Halbwachs, em síntese:

“A evolução das sociedades na segunda metade do século XX clarifica a importância do papel que a memória coletiva desempenha. Exorbitando a história como ciência e como culto público, ao mesmo tempo a montante enquanto reservatório móvel da história, rico em arquivos e em documentos/monumentos, e a aval, eco sonoro (e vivo) do trabalho histórico, a memória coletiva faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de desenvolvimento, das classes dominantes e das classes dominadas lutando todas pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela promoção.” (LE GOFF, 1990, p.475)

Muito se informou até o momento sobre a Memória Coletiva, que é a base para os estudos desta pesquisa. No entanto, existem ainda a memória individual e a memória histórica que devem ser analisadas. Quanto à memória individual, o sociólogo Maurice Halbwachs relata que esta existe, contudo, depende da Memória Coletiva para se sustentar. A Memória Individual é feita de lembranças, do ponto de vista único e em geral, estão mais afeitas às lembranças da infância e de fatos ocorridos no grupo familiar. “Eis por que experimentamos tanta dificuldade para nos

lembrar dos acontecimentos que apenas nos concernem.” (HALBWACHS, 1989, p.14). O sociólogo afirma ainda que mesmo que o indivíduo tenha vivido uma experiência qualquer, outros indivíduos são necessários para montar um quadro completo da cena. Ele exemplifica com a imagem do professor que ministrou aulas em um liceu. Quando um aluno o cumprimenta ele não se lembra do mesmo, somente após o antigo aluno rememorar alguns fatos, o professor pode vir a se lembrar de alguma peculiaridade da turma citada e até de alguns rostos ou ainda permanecer sem se recordar de nada (1989). Assim, Halbwachs constrói seu pensamento sobre a força da memória coletiva e da necessidade do grupo para revigorar o conceito de memória como algo primordialmente coletivo.

De acordo com Halbwachs (1989), o indivíduo participa na sociedade com dois tipos de memória: a individual e a coletiva. A Memória Individual está ligada à personalidade, ou quadros da vida pessoal, cujas lembranças dizem respeito só a ele. Além disso, este tipo de memória está muito limitada ao tempo e ao espaço. A Memória Coletiva, por outro lado, “(...) envolve as memórias individuais, mas não se confunde com elas.” (HALBWACHS, 1989, p. 53). Extrai-se, desta maneira, a partir das definições de Halbwachs que a Memória Individual está ligada às lembranças, ou seja, depende do que foi visto, ouvido e até do que foi falado pelo indivíduo. No entanto, quando este indivíduo compartilha suas impressões, este auxilia o grupo a montar cenas e passagens evocando as lembranças de um dado período. Com esta ação o indivíduo passa a tomar parte da Memória Coletiva, mesmo que tenha um ponto de vista diferente dos demais.

É principalmente no âmbito geracional que se insere a ‘Memória Coletiva’. Esta memória pode ser entendida, em geral, como aquela que é partilhada, transmitida e também construída pelo grupo ou sociedade. É importante observar que em uma família, comumente, as pessoas mais velhas mantêm maior contato com as crianças (1989). Os mais idosos contam histórias de seu tempo. Com isto, eles repassam tradições e costumes de sua época aos mais novos, os quais ficam registrados na percepção de mundo da nova geração.

Ao contrário da história, que busca as diferenças, a Memória Coletiva busca o traço comum das consciências individuais. Não se confunde com a memória dos outros. Halbwachs afirma que:

“A memória coletiva (...) envolve as memórias individuais, mas não se confunde com elas. Ela evolui segundo suas leis, e se algumas lembranças individuais penetram algumas vezes nela, mudam de figura assim que sejam recolocadas num conjunto que não é mais uma consciência pessoal.” (HALBWACHS, 1989, p.53).

Assim, Halbwachs esclarece que a Memória Coletiva é feita de múltiplas memórias. E “toda memória coletiva tem por suporte um grupo limitado no espaço e no tempo.” (HALBWACHS, 1989, p.86). O autor explica ainda que o grupo preenche as lacunas da Memória Individual, uns se completam com a memória dos outros. Com isto, a Memória Coletiva se amálgama no decorrer de tempo em que não há transformações profundas. Ao contrário da Memória Histórica, que é feita por grandes divisões cronológicas, a Coletiva tem seu liame nos intervalos de acontecimentos historicamente marcantes.

“Há pelo menos duas histórias (...) a da memória coletiva e a dos historiadores. A primeira é essencialmente mítica, deformada anacrônica, mas constitui o vivido desta relação nunca acabada entre o presente e o passado. É desejável que a informação histórica, fornecida pelos historiadores de ofício, vulgarizada pela escola (ou pelo menos deveria sê-lo) e os *mass media*, corrija esta história tradicional falseada. A história deve esclarecer a memória e ajudá-la a retificar seus erros.” (LE GOFF, 1990, p.29)

Le Goff, ao tratar da história como preservação dos fatos informa que esta trata de objetos únicos e que, esta atividade traria três consequências básicas: a primeira seria dar a primazia ao acontecimento e para isto bastariam os documentos; a segunda consequência seria a limitação da história ao singular que consistiria em privilegiar o papel de personalidades de destaque em certos momentos históricos (os ‘grandes homens’) e, por fim reduzir a história a uma narração, um conto. Já a memória coletiva coloca uma sociedade, um país em destaque e revela o papel de outros atores sociais em determinado momento.

Ao traçar um paralelo em relação ao período da ditadura militar brasileira, a Memória Coletiva abre espaço para a fala e a experiência de professores cassados, militantes torturados e de parentes que perderam seus entes queridos, por exemplo. Mostra a ideologização do mundo e seus dois lados: tantos os militares, quanto

aqueles que lutaram contra o regime compõem um quadro que mostra o sentimento de uma época. Todas estas vivências unidas trazem à tona a Memória Coletiva, que extrapola o limite de tempo delineado entre 1964 e 1985, pois as marcas, sentimentos e dúvidas que foram impressos na sociedade (ou pelo menos parte dela) instigam, até os dias atuais, a se pensar sobre aquele momento de mudanças pelo qual o Brasil passava.

Ainda no que concerne a distinção entre memória e história, o historiador francês Pierre Nora (1981), explica que a repetição dos costumes, dos simples gestos significava a manutenção da memória. Com o apogeu da era industrial os costumes das tribos, clãs, e famílias foram deixados de forma acelerada. A tradição, agora, é preciso ser descrita. Assim, o que era memória passa a ser história. De acordo com Nora (1981), memória e história não são sinônimos e sim opostos. Nora resume que a memória é atual, é uma ligação entre passado e presente, enquanto a história é uma representação do passado.

“Porque é afeita e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais, ou flutuantes, particulares ou simbólicas sensível a todas as transferências, cenas, censuras ou projeções. A história porque operação intelectual e laicizante demanda análise do discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história liberta, e a torna sempre prosaica. A memória emerge de um grupo que ela une (...) ela é por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas sociais. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo.” (NORA, 1981, p.09)

Quanto à Memória Coletiva, elementos como grupo, ou grupos variados, limites de tempo e espaço estão entrelaçados na visão de Memória Coletiva de Halbwachs. Para ele, os limites de tempo e espaço são diferenciados. E estes podem ser subsidiados pelas lembranças dos outros como, por exemplo, descrições de jornais, depoimentos ou de pessoas que participaram diretamente de determinado evento, o que o autor denomina como “Memória Emprestada”. O autor exemplifica esta memória dizendo que se ‘lembra’ da cidade de Reims porque viveu nesta cidade durante um ano. E ainda que é capaz de imaginar ali Joana D’Arc. Isto se dá porque já havia lido sua história, visto peças e filmes sobre sua vida e ainda ouviu a história

sobre esta importante figura francesa. Nomes, datas, histórias, citações, etc. Todos estes elementos que chegam às pessoas materializam um tipo de memória que faz com o indivíduo não tenha dificuldade em imaginar como os fatos tenham se desenvolvido. A isto se pode denominar Memória Emprestada. Contudo, estes instrumentos são curtos, resumem uma sequência de detalhes confinada pela história.

Conforme explica o sociólogo a expressão ‘memória histórica’ não é uma expressão adequada e sim história. Para Halbwachs, a Memória Coletiva não se confunde com a história visto que esta é a compilação de fatos importantes que ocuparam a maior parte da memória da humanidade. A história escolhe e compila estes fatos para serem lidos em livros, ensinados e aprendido nas escolas. A Memória Coletiva e a história são distintas em pelo menos dois aspectos:

“A memória coletiva (...) é uma corrente de pensamento contínuo, de uma continuidade que nada tem de artificial, já que retém do passado somente, aquilo que ainda está vivo, capaz de viver na consciência do grupo que a mantém. Por definição ela não ultrapassa os limites do grupo. (...) a história divide a sequência dos séculos em períodos, como se distribui o conteúdo de uma tragédia em atos.” (HALBWACHS, 1989, p.81-86).

Para além disso, a Memória Coletiva tem uma ligação maior com as peculiaridades que distinguem os períodos que às datas e sucessões cronológicas dos acontecimentos. Ou seja, são fatos que permeiam diversas consciências individuais (uma guerra, um motim, uma festa popular, um novo meio de transporte, etc., que caracterizará uma época) e o destaque que a comunidade dá a estes fatos é o que definirá como marca indelével para as próximas gerações (1989). São estes quadros coletivos – que não se resumem em datas, nomes e fórmulas – que representam correntes de pensamento e de experiência onde o passado pode ser reencontrado, visto que este foi perpassado por todos estes eventos. Para a geração que tem hoje 60 a 65 anos um fato marcante é a chegada do homem à Lua. Muitos podem dizer que sua adolescência foi excelente porque viram, ao vivo, pela TV, uma grande conquista científica para a humanidade. Eles não precisam especificar o dia, mês e ano que o

astronauta estadunidense Neil Alden Armstrong¹⁵ pisou na Lua. O grupo pode dizer que os anos 60, do século XX, foram impressionantes simplesmente porque viram este acontecimento único, quase mágico, para as mentes adolescentes.

A Memória Coletiva tem a duração da vida de um grupo, ou seja, do quanto as lembranças que estes grupos eram guardiões ainda existem ou estão nelas interessados. Entretanto, estas lembranças precisam se fixar na memória. E a consolidação das lembranças do grupo se dão em tempos de paz, onde nada de extraordinário acontece e a ligação entre fatos passados e presente se ajustam. Já a história separa os acontecimentos sem focar nos períodos intermediários. Em suma, a memória coletiva é o grupo visto por dentro e durante um período – o qual não ultrapassa uma vida humana. A história é o grupo visto de fora, com uma duração bastante longa. Ao contrário da história, que busca as diferenças, a Memória Coletiva busca o traço comum das consciências individuais. Halbwachs resume a interação entre a Memória Coletiva, o grupo e seu tempo:

“(…) a memória coletiva retém somente analogias. Para que se possa falar de memória é necessário que as partes do período sobre o qual ela se estende sejam diferenciadas segundo um critério. Cada grupo tem uma história. Neles distinguimos imagens e acontecimentos. Mas, o que nos chama atenção é que, na memória, as similitudes passam, entretanto para o primeiro plano. O grupo, no momento em que considera seu passado, sente acertadamente que permaneceu o mesmo e toma consciência de sua identidade através do tempo.” (HALBWACHS, 1989, p.87).

Desta forma, à medida que os acontecimentos se distanciam eles são lembrados pelas pessoas em conjunto. Os grupos a que os indivíduos estão ligados ajudam a moldar e a elucidar a memória. Com isto, as lacunas da memória individual podem ser preenchidas com as da Memória Coletiva. E esta memória se desenvolve também por conta da participação do ser humano não apenas em um grupo social, mas em vários grupos.

Assim, a Memória Coletiva é essencial para a formação da identidade social e é também um instrumento para as Comissões da Verdade, por exemplo. As memórias conjuntas, os fatos interligados pelas diversas pessoas e seus variados

¹⁵ Neil Alden Armstrong foi primeiro homem a pisar na Lua, como comandante da missão Apollo 11, em 20 de julho de 1969.

grupos é que vão consubstanciar uma época e compor os relatos tão importantes na busca da verdade sobre ações e fatos ocorridos em períodos tão nebulosos como ditaduras ou guerras. No campo político, a Memória Coletiva exerce um papel relevante, pois por meio dela é possível reconstruir períodos, que por diversos fatores, foram forçosamente esquecidos como os regimes autoritários que violaram sistematicamente os direitos do homem, em todos os continentes, em tempos distintos.

Outro autor que também trata do tema ‘memória’ é Michael Pollack (1992). Pollack aponta como elementos constitutivos da Memória Individual os fatos vividos pela pessoa, enquanto a Memória Coletiva trata de acontecimentos aos quais o autor denomina como ‘vividos por tabela’ (p.03), ou seja, aqueles vivenciados pelo grupo ou coletividade à qual o indivíduo pertence.

De acordo com o sociólogo Michael Pollack (1992) acontecimentos, personagens e lugares – conhecidos direta ou indiretamente – são os três critérios que podem traduzir a memória. Os acontecimentos são aqueles narrados por quem viveu ou por aqueles que souberam dos fatos. Quanto aos personagens, Pollack ressalta o caso da França, onde ele cita a figura do general de Charles de Gaulle como personagem forte, o qual mesmo os que não o conheceram o sentem como um contemporâneo.

Por fim, este autor trata dos lugares de memória. Estes seriam lugares que marcaram a infância da pessoa como ambientes de férias e ainda lugares de apoio à memória que são os lugares de comemoração como, por exemplo, o monumento aos mortos. Também existem os lugares fora do espaço-tempo como a lembrança de pessoas que moravam em colônias e a época de sua libertação. A partir destes exemplos fica mais nítido que existem diferentes elementos da memória. O que significa que a memória é seletiva, ou seja, nem tudo fica registrado. A memória também pode ser em parte, herdada.

Quanto à Memória Herdada, Pollack (1992) diz que não necessariamente a Memória Coletiva deve ter sido obrigatoriamente vivida por um indivíduo. “São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou, mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não.” (Pollack, 1992, p.03). É a isto que o sociólogo descreve

como “Memórias Herdadas”. Para o Michel Pollack “É perfeitamente possível que por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fato, um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar de uma memória quase herdada” (Pollack, 1992, p.03). Estes fenômenos são comuns na comunidade onde os relatos são passados de pais, vizinhos e até pessoas que trabalhavam para a família para os membros mais jovens do grupo e estes acabam por ter uma memória praticamente herdada. Além dos relatos filmes, músicas, peças teatrais, documentários, seminários, etc., são elementos que podem legar alguma memória aos membros de uma sociedade.

Pollack exemplifica este tipo de memória herdada com um trabalho realizado na Normandia, que foi invadida em 1940, durante a II Grande Guerra, pelos alemães e foi a primeira região a ser libertada. Ele enfatiza as projeções que encontraram durante as entrevistas. Pollack afirma que muitas pessoas entre 15 e 17 anos falavam dos soldados de “capacetes pontudos”. Ora, este tipo de capacete era usual na I Guerra Mundial e não na Segunda. “Era, portanto, uma transferência característica, a partir da memória dos pais, da ocupação da Alsácia e da Lorena na Primeira Guerra” (Pollack, 1992, p.03). A confusão entre estes dois fatos, ainda segundo Pollack, se dá porque a Primeira Guerra Mundial deixou marcas muito fortes em certas regiões devido ao grande número de mortos e como foi mais devastadora deixou marcas indeléveis na sociedade, ao ponto de, em determinadas regiões, se tomar uma pela outra, como se ambas constituíssem uma única grande guerra. Em resumo, existem três critérios que subsidiam a memória: acontecimento, personagens e lugares.

Quanto aos acontecimentos da ditadura brasileira de 1964-1985, os estudantes da UnB, quando perguntados sobre os fatos mais marcantes do último período ditatorial brasileiro que eles sabiam, um dos mais citados foi a tortura. Para a estudante de engenharia J., a ditadura representou uma “Atitude de pessoas com sede de poder que foram capazes de violar o direito de propriedade privada do corpo das pessoas para impedir que a oposição se manifestasse.” Neste sentido, o diretor Adjunto para as Américas e coordenador do escritório do Internacional Center for Transitional Justice (ICTJ), Javier Ciurlizza, ressalta o trabalho de alguns órgãos governamentais brasileiros, como o realizado pelas Caravanas da Anistia, do Ministério da Justiça, na direção do esclarecimento sobre o que de fato ocorreu em

termos de abusos dos direitos humanos pelos perpetradores da ditadura é muito importante. Ciurlizza afirma que:

“Em termos de reconhecimento da história do Brasil e de sensibilização de toda a sociedade, principalmente jovens, com relação a tudo o que aconteceu (...) os debates (...) públicos são muito ilustrativos da discussão atual no Brasil, acerca das responsabilidades pelos crimes cometidos em tempos de ditadura. (...) Está se construindo um precedente muito importante no Brasil no que diz respeito à pertinência e à relevância de descobrir o passado, ao mesmo tempo em que proporciona dignidade às vítimas no exercício de seu direito.” (CIURLIZZA, 2009, p.27).

Na América Latina, além dos diversos tipos de governos também existiram diferentes arranjos de experiências de instabilidade institucional. O subcontinente também foi palco de múltiplos formatos de transição. A restauração democrática em todos esses países implicou revisar o passado. “Na Argentina e no Chile, foram criadas Comissões da Verdade que revelaram um passado de terror. Já no Brasil e no Uruguai, optou-se por leis de anistia que cobriram esses crimes com um véu de esquecimento”. (CIURLIZZA, 2009, p.25). Aqui faz-se necessário observar que o Uruguai, o qual optou por uma anistia semelhante à brasileira, também está avançando no que concerne à punição aos torturadores. Em outubro de 2010, a Câmara de deputados uruguaia derrubou a lei que impedia o julgamento de violações da ditadura de seu país.¹⁶

Entretanto, seja qual for o tipo de transição, em todos os países as demandas por verdade, justiça e reparação não cessaram, nem sequer em meio a conjunturas muito adversas. Segundo Ciurlizza, o denominador comum dos processos de justiça de transição na América Latina é sua longa duração, com retrocessos e avanços.

“A descoberta da verdade em relação ao que aconteceu é a base da memória histórica dos países que tiveram períodos de atrocidades e arbitrariedade. A memória não é um exercício individual no qual alguém diz o que sabe, mas sim um processo cultural, educativo e

¹⁶ Agência EFE <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2010/10/camara-do-uruguai-derruba-lei-que-impede-julgar-violacoes-da-ditadura.html>. Acesso em 20.nov.2011.

político de estabelecimento de consensos sobre a identidade nacional”. (CIURLIZZA, 2009, p.25)

Sobre o conhecimento da verdade do período repressivo, Ciurlizza ressalta que este movimento é algo delicado, pois:

“(…) implica responsabilidade, visto que se trata de atos concretos produzidos por alguns seres humanos que feriram outros seres humanos. Não são ‘ações da natureza’ que possam ser explicadas a partir das ciências naturais. Por sua vez, a justiça em sua dimensão integral requer que em seu resultado se expresse a verdade mais abrangente possível, sem que se constituam meros rituais jurídicos sem conteúdo. As sociedades que enfrentaram seu próprio passado com maior êxito são aquelas que souberam combinar de forma eficiente uma revelação mais ampla da história e dos crimes com a plena atuação da justiça penal.” (CIURLIZZA, 2009, p.28).

A memória então é importante para fazer o enfrentamento do passado e do presente. Contudo, o trabalho de esquecimento e recordação pode ser manipulado de forma consciente ou inconsciente, tanto na memória individual quanto na coletiva. De acordo com o historiador Jacques Le Goff (1990), na primeira o interesse, a afetividade, o desejo, a censura e a inibição podem prejudicar o trabalho desta memória. Quanto à Memória Coletiva, esta pode se tornar uma importante peça no jogo das lutas sociais pelo poder. “Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva” (LE GOFF, 1990, p.426), afirma o autor. Le Goff destaca ainda que desde os tempos mais remotos tornarem-se “donos” da memória e do esquecimento da sociedade tem sido uma grande preocupação das classes dominantes.

Os grupos que estão no poder, além da censura e outros métodos de manipulação da memória podem utilizar o direcionamento para manipular a Memória Coletiva. Deste modo, datas e lugares podem ser utilizados para reafirmar uma idéia. Onde não há memória ou ainda, onde existe uma nebulosidade sobre determinado período histórico, é possível mobilizar a memória coletiva para que se aceite ou se acredite em determinadas versões da história. De forma que monumentos ou lugares além de reforçar uma dada concepção ideológica podem atingir o objetivo

de manipulação da memória. De acordo com Pierre Nora é na lacuna da memória que se podem criar instrumentos para ativar esta memória de forma direcionada.

“Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque, essas operações não são naturais.” (NORA, 1983, p.13)

A fim de que não sejam criadas memórias de forma artificial é fundamental que as minorias que viveram e sofreram sob um momento de exceção na história como aconteceu com os judeus na segunda guerra e os diversos militantes contra a ditadura latinas americanas, incluindo o Brasil, narrem as perseguições e abusos que sofreram. É no recôndito destas memórias que se pode confrontar a fala das classes dominantes e chegar mais perto da verdade, em especial dos regimes fechados, onde os fatos são manipulados pelos que estão ocupando os postos mais altos do governo.

Um dos governos militares mais criticados pelas práticas de torturas a presos políticos foi o do presidente Emílio Garrastazu Médici. Contudo, o general Ênio Pinheiro dos Santos¹⁷ defende o ex-presidente e diz que as críticas são injustas. Segundo o general:

“(...) é uma grande injustiça o que fazem com o general Médici. Nós que fomos auxiliares dele, queremos esclarecer o seu papel nesse país. (...) [Médici] tinha uma qualidade que os outros não tinham: via o futuro. Foi um excelente presidente. Seu governo foi excepcional para os interesses nacionais. É uma injustiça muito grande o que fazem com ele! O Médici morreu atingido. Morreu amargurado. (...) Tortura? Ele era contra.” (D’ARAÚJO, SOARES e CASTRO, 1994, p.142-143).

¹⁷ **Ênio Pinheiro dos Santos:** Nasceu em 1915. Formou-se pela Escola Militar do Realengo em 1938. Foi nomeado governador de Rondônia por duas vezes (1950-1954 e 1961). Em 1964 era tenente-coronel e servia na 1ª Seção do Estado-Maior do Exército, no Rio. Passou a coronel em dezembro de 1964, indo comandar a 2ª Divisão de Infantaria do II Exército. Em seguida foi comandante do 2º Batalhão Ferroviário. No governo Costa e Silva, organizou a agência central do SNI em Brasília e criou a escola deste órgão (EsNI), tornando-se seu primeiro diretor. Em 1971 foi promovido a general-de-brigada. Durante o governo Geisel foi promovido a general-de-divisão e chefiou a Secretaria Geral do Exército, a Secretaria Geral do Alto Comando e a Diretoria de Obras e Cooperação. Passou para a reserva em 1979, indo então presidir a DERSA – Desenvolvimento Rodoviário, no governo de Paulo Maluf em São Paulo. Fez vários cursos sobre inteligência e informação nos Estados Unidos. Depoimento concedido a Gláucio Ary Dillon Soares, Celso Castro e Maria Celina D’Araújo em dezembro de 1992.

Entretanto, como visto no capítulo anterior, o governo Médici teve um dos maiores índices de torturas e abusos dos direitos humanos chamando a atenção inclusive da Anistia Internacional.

Em contrapartida a ex-militante do grupo VAR-Palmares¹⁸, Izabel Fávero, tem uma visão bem diferente do governo Médici e da tortura exercida neste período. Fávero relata como foi tratada a partir de sua prisão, em 05 de maio de 1970, em Nova Aurora (PR):

“Eram mais ou menos duas horas da manhã quando chegaram à fazenda dos meus sogros (...). A cidade era pequena e foi tomada pelo exército. Mobilizaram cerca de setecentos homens para a operação. Eu e meu companheiro e os pais dele fomos torturados a noite toda ali, um na frente do outro. Era muito choque elétrico. Fomos literalmente saqueados. Levaram tudo o que tínhamos: as economias do meu sogro, a roupa de cama e até o meu enxoval. No dia seguinte, fomos transferidos para o Batalhão de Fronteira de Foz do Iguaçu, onde eu e meu companheiro fomos torturados pelo capitão Júlio Cerdá Mendes e pelo tenente Mário Expedito Ostrovski. Foi pau de arara, choques elétricos, jogo de empurrar e, no meu caso, ameaças de estupro. Dias depois, chegaram dois caras do Dops do Rio, que exibiam um emblema do Esquadrão da Morte na roupa, para ‘ajudar’ no interrogatório. Eu ficava horas numa sala, entre perguntas e torturas físicas. Dia e noite. Eu estava grávida de dois meses, e eles estavam sabendo. No quinto dia, depois de muito choque, pau de arara, ameaça de estupro e insultos, eu abortei. Depois disso, me colocaram num quarto fechado, fiquei incomunicável. (...) Quando comecei a melhorar, voltaram a me torturar. Nesse período todo, eu fui insultadíssima, a agressão moral era permanente. Durante a noite, era um pânico quando eles vinham anunciar que era hora da tortura. Quando você começava a se recompor, eles iniciavam a tortura de novo, principalmente depois que chegaram os caras do Dops. Durante anos, eu tive insônia, acordava durante a noite transpirando. De Foz, fomos levados para o Dops de Porto Alegre, onde houve outras sessões de tortura, um na frente do outro. Depois, fomos levados de volta para Curitiba, onde fiquei na penitenciária de Piraquara. Quando finalmente fui para a prisão domiciliar, que durou quatro meses, eu sofri muito, fui muito perseguida e ameaçada. Recebia telefonemas anônimos, passava noites sem dormir.” (MERLINO, OJEDA, 2010, p.51)

Após este, e outros, depoimentos de homens e mulheres que apontam sempre para a extrema crueldade dos abusos físicos, psíquicos e morais. Contraponto destes

¹⁸ **VAR-Palmares** – A Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares) foi uma organização política brasileira, de extrema esquerda armada, que combateu o regime militar de 1964. Surgiu em julho de 1969, como resultado da fusão do Comando de Libertação Nacional (Colina) com a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), então liderada por Carlos Lamarca.

testemunhos, o General Ênio Pinheiro afirma não saber se houve ou não torturas no Brasil e que o país estava em estado de Guerra. Mais adiante, o general diz que “o presidente Médici (...) foi obrigado a enfrentar a guerra revolucionária.” (D’ARAÚJO, SOARES e CASTRO,1994, p.143). Enfim, continuam as negações de quem estava no poder à época em contraposição à vivência de vários militantes, os quais contam os abusos que sofreram e reconhecem tais abusos, inclusive nomeando seus torturadores. Não obstante a tortura ser um dos eventos mais lembrados pelos alunos da graduação da UnB muitos dizem que foi ‘um mal necessário’. No próximo capítulo será analisado o que ficou gravado na memória coletiva do grupo pesquisado.

Segundo Maurice Politi, diretor do Núcleo de Preservação da Memória Política, entidade da sociedade civil com sede em São Paulo (SP), ele mesmo preso político entre os anos 1970 e 1974, a Memória Coletiva é algo latente no Brasil. Politi afirma que antes de 2007, foram relativamente poucos os ex-presos e perseguidos políticos que se manifestaram publicamente a respeito do que havia ocorrido com eles ou suas famílias. “A única entidade que não cessou de clamar por justiça e pelos corpos dos desaparecidos desde o fim da ditadura foi a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos.”, afirma Politi.

O diretor ressalta ainda que fora esta entidade, que se manteve ativa durante anos, apenas algumas teses acadêmicas e livros de análise do período foram produzidos, além de algumas autobiografias. “Mas foi só.”, enfatiza Politi. Antes, os ex-presos e perseguidos não falavam sobre os episódios sofridos durante a ditadura. Mas, houve um ponto em que a manutenção do silêncio ruiu. Maurice Politi destaca este momento e lembra:

“Em agosto de 2007, convocou-se uma Audiência Pública que se levou a efeito no Ministério da Justiça. Tal audiência foi convocada pela Comissão da Anistia, o Ministério da Justiça e a Secretaria de Direitos Humanos, com a finalidade de se discutir o real alcance da Lei da Anistia de 1970. Ou seja, se de acordo com esta Lei teriam direitos os perpetradores das violências e crimes ocorridos. A esta audiência compareceram representantes de mais de 50 entidades de todo o país, todos preocupados com o debate sobre a verdadeira dimensão da anistia e os problemas da verdade, da memória e da justiça na sociedade brasileira. A partir desta data, foi que os presos e perseguidos políticos começaram a manifestar suas experiências de vida mais dinamicamente, em livros, conferências, seminários e palestras. Agora sim, estas

“pessoas querem contar suas histórias, contar o que se passou não apenas nos cárceres, mas durante todo aquele terrível período da história brasileira que, na realidade não faz tanto tempo que aconteceu.”¹⁹

Deste modo, observa-se que houve um período no qual a história e as lembranças dos que sofreram os abusos do regime ficaram represadas. E com a necessidade de elucidar o que aconteceu os torturados e perseguidos políticos perceberam que deveriam dar conhecimento sobre um lado da história que ficou sobrepujado durante muitos anos, ou seja, a história dos que foram massacrados pelo regime ditatorial brasileiro 1964-1985.

Assim, entra em cena no Brasil esta dinâmica da Memória Coletiva em buscar o que realmente aconteceu nos anos de regime militar. Conforme enfatiza a cientista política Alexandra Barahona de Brito, a opção brasileira foi pela Anistia (com um véu de esquecimento), no entanto irrompeu a necessidade social de procurar a verdade e o conhecimento dos fatos ocorridos nos 21 anos de ditadura. Barahona de Brito diz ainda que é comum em muitos países esta tendência, ou seja, bem depois que os julgamentos e histórias oficiais estão supostamente conclusos, uma dinâmica de ‘irrupções da memória’ (ou ciclos de memória) entra em cena. De acordo com Brito, tais ‘irrupções’ estão ligadas à mudança geracional e política. (BRITO, 2009, p.57)

Este fenômeno cíclico ocorre, de acordo com Halbwachs (1989), devido a memória de uma sociedade demorar a se esgotar. Depende, sobretudo, do desaparecimento de seus membros mais velhos. Contudo, o grupo sofre variações e uma sociedade passa por transformações. Então é difícil dizer que a consciência do grupo desapareceu, pois basta que se conserve alguma parte do corpo social para que se saiba que aquele acontecimento está sempre ali. É o que ocorre com os estudantes (e parte da sociedade) que querem saber mais sobre este tema.

A última ditadura brasileira deixou tantas lacunas que logrou também como herança o pensamento dos militares disseminado. Por outro lado, deixou muitas dúvidas, gerando uma necessidade maior de informações sobre o período destacado. Estas irrupções da memória e o interesse pelos fatos que aconteceram durante a última ditadura militar são de interesse de alguns estudantes, que expressaram a

¹⁹ Entrevista concedida via e-mail em 25 jun 2012

necessidade de se saber mais sobre o período e a incomoda sensação de nem tudo foi dito sobre a época da ditadura militar perpetrada entre 1964 e 1985. Segundo o estudante de História J., “Apesar de todas as informações (...), acredito que ainda há uma indefinição sobre o que foi esse período. O perigo é que talvez culpemos somente a alguns grupos. Por enquanto, só indefinições.” Para sua colega de curso, A., a ditadura “Foi um regime problemático que gerou diversos problemas para a sociedade brasileira, sobre o qual muito se fala e pouco se informa”. Levando-se em conta a insatisfação sobre o que foi informado até agora, como descrito pelos estudantes de história, percebe-se uma necessidade das novas gerações em saber mais sobre o passado recente da história brasileira.

A busca por mais conhecimento de um lado e necessidade de repassar os acontecimentos vividos por outro, demonstra que existe a busca pela identidade nacional por meio da melhor compreensão do que foi o período ditatorial brasileiro entre os anos 1964 e 1985. Como muito do que os estudantes sabem vem da Memória Emprestada (livros, jornais, revistas, documentários, etc.) e ainda da Memória Herdada o sociólogo Michel Pollack sustenta que, no caso desta última “há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade” (POLLACK, 1992, p.05).

Conforme Pollack (1992), na construção da identidade há três elementos essenciais: a unidade física (o corpo da pessoa ou o pertencimento ao grupo, no caso coletivo), a continuidade dentro do tempo (tanto no sentido físico, quanto no sentido moral e psicológico) e por fim, o sentimento de coerência. Este último trata dos diversos elementos que formam o indivíduo e a efetiva unificação destes.

“Podemos, portanto dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si.” (POLLACK, 1992, p.05).

Assim, pode-se dizer que a formação da identidade social está aliada à imagem de si e de si em relação aos outros.

Aqui é interessante observar a reflexão do estudante de Ciência Política da UnB, P.: “Reflico se deve ser uma era esquecida pelas atrocidades que aconteceram ou lembrada para nunca mais ocorrer.” Segundo o historiador francês Paul Ricoeur, “Uma visão demasiadamente abstrata e moralista pode também nos cegar diante de finas distinções entre esquecimento e anistia” (RICOEUR, 2007, *apud* BRITO, 2009, p.79). O historiador diz que enquanto o esquecimento comandado, ou a anistia, não serve bem às sociedades (ao esfregar os ombros desta maneira com amnésia, a anistia coloca a relação do passado fora do campo no qual a problemática da remissão acharia seu devido lugar juntamente com o dissenso), existe o que ele chama de ‘esquecimento feliz’.

“Esse esquecimento não é amnésia, mas sim uma espécie de processo de luto, um ‘trabalhar’ o passado. Esse tipo de esquecimento (luto consubstanciado) é o que permite a reconciliação e a criação de ‘memórias felizes’ (aquelas que são úteis para mover em direção a um futuro positivo) e de uma ‘memória pacificada’, na qual as coisas são lembradas sem raiva. Ricoeur sugere que o que é importante em tais memórias não é que elas sejam factualmente precisas, mas que sejam úteis para gerações futuras.” (RICOEUR, 2007, *apud* BRITO, 2009, p.79-80).

De tal forma, nota-se que existe no Brasil atual uma demanda maior por informações sobre o último período ditatorial brasileiro (1964-1985). E, de acordo com a cientista social Simone Rodrigues Pinto (2010) a dimensão social da memória tem ganhado importância no estudo das interações sociais. Os fatos que o indivíduo apreende são influenciados pelo contexto social no qual ele está inserido e pelas normas existentes nesta sociedade.

Assim, quando se implanta uma comissão da verdade como a da África do Sul, por exemplo, a punição dos acusados é realizada mais do ponto de vista moral. Este tipo de reprovação moral dos crimes perpetrados no passado, difundido oficialmente na sociedade e visto como algo errado influencia na concepção da sociedade de que são ou não atos reprováveis. E tudo isto influencia as novas gerações a não mais tolerarem crimes contra os direitos humanos. É o que demonstram alguns estudantes como F., graduando de história que resume a ditadura imposta a partir de 1964, no Brasil como “Total ato de repressão e violência contra

direitos humanos, por motivos inexplicáveis e sem qualquer direito de justificativa.” Claro, nem todos pensam como este estudante e alguns dizem até que a violência foi necessária. Porém, o que fica mais premente é que existe a necessidade de esclarecer melhor os fatos ocorridos e analisá-los profunda e imparcialmente.

A esta batalha entre memória e esquecimento o filósofo francês Paul Ricouer (2007), ressalta que o esquecimento é uma ameaça à memória e o uso da memória e o que deve ser esquecido, quando imposto, é uma ameaça também à Memória Coletiva. Ricouer trata ainda dos abusos da memória. Segundo este autor quando se tenta conduzir o que se pode ou não ser lembrado constitui-se um uso inadequado da memória, como a ideologização da memória:

“(…) a ideologização da memória é possibilitada pelos recursos de variação que o trabalho de configuração narrativa oferece. As estratégias do esquecimento enxertam-se nesse trabalho de configuração: pode-se sempre narrar de outro modo, suprimindo, deslocando as ênfases, refigurando diferentemente, os protagonistas da ação assim como os contornos dela. Para quem atravessou todas as camadas de configuração e de refiguração narrativa desde a constituição da identidade pessoal até as identidades comunitárias que estruturam nossos vínculos de pertencimento, o perigo maior, no fim do percurso, está no manejo da história autorizada, imposta, celebrada – da história oficial.” (RICOUER, 2007, p.455)

Desta forma, Paul Ricouer destaca uma forma de manipulação da memória, ou seja, como um governo ideológico pode manipular o que a memória coletiva pode ou não lembrar. Isto é um jogo perigoso para a questão da identidade.

Neste processo de esquecimento orquestrado por quem está no governo, o filósofo francês ressalta ainda que a ideologização da memória pode ser facilitada pela passividade dos cidadãos, pela falta de interesse na busca de informações. Em resumo, por não querer saber o que realmente aconteceu. É o que parece acontecer com a maioria dos brasileiros. A falta de atenção com a história recente do país, a aceitação de uma idéia deturpada (como um real e ostensivo avanço comunista no Brasil na década de sessenta e os militares como sendo a única alternativa para conter este suposto avanço), a falta de informações e a oferta abundante de informações direcionadas para que se continue com este pensamento revela a preocupação com o que a sociedade deve pensar e como moldar a identidade

nacional. A existência de uma Comissão Nacional da Verdade no Brasil, mesmo esta trabalhado em sigilo e não sendo tão observada como foi a comissão da Argentina, provavelmente faça com que fatos encobertos venham à tona e tragam luz à memória do período averiguado nesta pesquisa.

Por fim, em sua análise sobre o esquecimento, Ricouer dedica uma parte à questão da Anistia a qual, segundo sua visão, é uma forma de conduzir a Memória Coletiva. Para o autor, os abusos da memória obrigada a lembrar (ou esquecer) apenas de fatos que interessam aos comandantes do regime tem na anistia uma de suas formas mais eficazes para a realização deste intento. É a forma institucional de esquecimento.

A anistia tem por finalidade apaziguar uma sociedade em conflito. A anistia²⁰ instaurada no Brasil em 1979 foi um importante mecanismo para que muitos cidadãos fossem retirados do cárcere e outros tantos pudessem voltar ao país. No entanto, como a lei da anistia brasileira que em seu primeiro parágrafo do Artigo 1 estabeleceu que todos os atos do período ditatorial fossem considerados conexos, ou seja, que os crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política deveriam ser perdoados, foi realizada uma operação que abafou os crimes cometidos contra os cidadãos (como os já citados crimes de tortura, desaparecimento, exílios forçados, dentre outros). “(...) A instituição da anistia só pode responder a um desígnio de terapia social emergencial, sob o signo da utilidade e não da verdade” (RICOUER, 2007, p.462). Todavia, o que era para ser apaziguado serviu como um processo de esquecimento. Apenas encobriu-se uma realidade – do abuso dos direitos humanos e a extensão dos crimes cometidos pelo Estado – a qual até os dias atuais os militares que ocupavam o poder na época desmentem ou manipulam.

É comum ouvir os militares que colaboraram com a ditadura afirmarem que os militantes contra o regime também praticaram crimes e em caso de uma Comissão da Verdade, estes também deveriam ser julgados por seus atos.

²⁰ **LEI Nº 6.683, DE 28 DE AGOSTO DE 1979.** (Lei de Anistia). In: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm

“E que não venham agora os democratas arrivistas, arautos da mentira, pretender dar lições de democracia. Ao arrepio do que consta da Lei que criou a chamada Comissão da Verdade, os titulares designados para compô-la, por meio de uma resolução administrativa interna, alteraram a Lei em questão limitando sua atividade à investigação apenas dos atos cometidos por agentes do Estado.”²¹ (COSTA, CABRAL, FROTA, 2013)

Este foi o teor de uma declaração conjunta dos presidentes dos Clubes Militar, Naval e da Aeronáutica divulgada por meio de nota à imprensa, em ato comemorativo ao golpe militar com ataques à Comissão Nacional da Verdade. O texto, assinado pelo general Renato Cesar Tibau da Costa, pelo almirante Ricardo Antonio Veiga Cabral, e pelo tenente-brigadeiro-do-ar Ivan Moacyr da Frota, revela o sentimento que ainda perdura entre os militares. Na nota eles criticam a resolução da Comissão da Verdade de investigar apenas os crimes cometidos por agentes do Estado.

Ora, a assimetria de poder do Estado e de um grupo é gritante. E além disso, a maioria dos militantes já foi presa, torturada ou morta – sem direito a julgamento. Assim, caso fossem julgados, os ex-militantes seriam penalizados novamente. Enquanto os grupos paramilitares que colaboravam com a ditadura, bem como os agentes do Estado e seus comandantes, em nada foram responsabilizados. Muito do que foi praticado está oculto sob a burocracia dos arquivos ainda não disponibilizados pelos órgãos de informação das Forças Armadas como Centro de Informações do Exército (CIE), Centro de Informações da Marinha (Cenimar) e Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (Cisa). De modo que a grande maioria da população brasileira continua sem saber dos graves abusos cometidos contra os direitos humanos ou ainda relativizando o poder do Estado contra o direito do cidadão de se expressar, de se manifestar e ainda de ser contrário a um regime de governo.

O esclarecimento de fatos obscuros do passado como pode vir a acontecer, em breve, no Brasil em relação ao período militar de 1964 a 1985 formam uma base para se entender a história, a identidade brasileira e ainda compreender parte do nosso cotidiano violento. A pavimentação da memória na formação da identidade e

²¹ PIVA, J. **Militares criticam Comissão da Verdade em ato comemorativo ao golpe militar**. In: <http://oglobo.globo.com/pais/militares-criticam-comissao-da-verdade-em-ato-comemorativo-ao-golpe-militar-7974681?topico=comissao-da-verdade>. 28 de mar de 2013.

compreensão do presente é um passo em que estão trilhando países que viveram períodos repressivos. Assim, a memória não é apenas um exercício individual. Não basta um indivíduo dizer o que sabe. A memória é um condensado de experiências que provocam um processo cultural.

“*A priori*, a memória parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa. Mas Maurice Halbwachs, nos anos 20-30, já havia sublinhado que a memória deve ser entendida também, ou sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes.” (POLLACK, 1992, p.02)

Esta alienação, provocada por uma camada de nuvem que é o ‘esquecimento’ brasileiro se reflete nas respostas dos estudantes de graduação da Universidade de Brasília, que retém em sua coletividade a memória do discurso dos militares que tomaram o poder por meio do golpe de 64 quando reproduzem a fala dos militares ao dizerem que tudo o que aconteceu foi “um mal necessário”.

A sobrevivência do grupo de indivíduos, de acordo com Jacques Le Goff está intrinsecamente ligada à construção de um aparato de memória social, visto que esta permeia todos os problemas e evolução social (1990). A sobrevivência de um grupo funda-se na rotina, ou seja, no amalgamento das tradições que são passados de geração em geração, por meio do diálogo. É por meio do diálogo, ou seja, dos relatos de memória que se equilibram rotina e progresso. Contudo, é preciso que todos os lados sejam ouvidos para que a rotina, ou ainda, para que o quadro geral de um período seja passado às futuras gerações.

A rotina, ou seja, a repetição da tradição e costumes repassados simboliza um elemento de sobrevivência do grupo. Já o progresso é simbolizado pelas intervenções individuais – as inovações que trarão uma sobrevivência melhorada ao grupo. A memória entra nesta evolução como um elemento essencial da identidade formada pelo grupo. Assim, a Memória Coletiva não é apenas uma conquista. É também um instrumento de poder que está compreendida na luta entre a dominação da recordação e da tradição.

Segundo Le Goff (1990), o exemplo da luta pela dominação da memória de um povo está mais claro nas civilizações etruscas e romanas. A primeira não é de fato conhecida pelos seus relatos, literaturas ou outros textos. Tudo o que chegou até a contemporaneidade sobre o povo Etrusco nos foi passado por gregos e romanos. É provável que suas tradições nacionais tenham desaparecido com sua aristocracia, a qual deve ter sido a depositária de todo o patrimônio memorial (incluindo tradições jurídicas e religiosas) de sua nação. Em contrapartida, os ricos de Roma investiram parte de sua fortuna em deixar um legado sobre sua participação no mundo. Uma das principais preocupações de um imperador romano, por exemplo, sempre foi erguer edifícios públicos e monumentos (com exceção daqueles erguidos pelo senado e pelo povo à sua honra), a fim de deixar na Memória Coletiva uma marca de sua passagem na vida pública.

Quanto aos monumentos erguidos pelo senado ao imperador, muitas vezes o primeiro se vingava do segundo destruindo os monumentos, uma forma de destruir a memória imperial. E o simbolismo da derrubada de estátuas de ex-líderes fortes continua premente nas sociedades contemporâneas. Nos estertores da Guerra Fria, os berlinenses derrubaram, em 1989, o muro de Berlim expondo insatisfação com o sistema socialista. Com esta atitude os cidadãos demonstram a fragilidade de um mundo dividido entre os blocos socialista e capitalista. Menos de dois anos depois, na União Soviética (já em colapso) os cidadãos de Moscou derrubaram a estátua de Lênin, o que simbolizou a desintegração da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)²².

Com o intuito de não deixar apenas a classe dominante moldar a memória de uma nação – correndo-se o risco de toda sua tradição desaparecer como aconteceu com o povo etrusco – Le Goff sugere que os profissionais científicos da memória (antropólogos, historiadores, sociólogos e jornalistas) façam da luta pela democratização da memória uma de suas prioridades científicas e profissionais.

“Nas sociedades desenvolvidas, os novos arquivos (arquivos orais e audiovisuais) não escaparam à vigilância dos governantes, mesmo se podem controlar esta memória tão estreitamente como os novos utensílios de produção desta memória, nomeadamente o rádio e a televisão.” (LE GOFF, 1990, p.477).

²² Os últimos dias da União Soviética. <http://www.youtube.com/watch?v=1yPxtckNCqY> Último acesso em: 10 ago 2013

O apelo do historiador francês é aceitável e compreensível, visto que, quem faz a sociedade se desenvolver é seu próprio povo com suas histórias cotidianas, bem como a de seus homens mais destacados. Ambos contribuem para a evolução do grupo. Assim, a democratização da informação e o conseqüente diálogo entre gerações é que fará o repasse da Memória Coletiva de uma dada sociedade. Em suma, Le Goff entende que: “A memória, onde cresce a história, que se por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens.” (LE GOFF, 1990, p.477). Assim, a informação não deve ser censurada ou manipulada e precisa ser repassada às futuras gerações da forma mais verdadeira e clara possível.

Enfim, o esforço humano para determinar o tempo e conservar suas lembranças pode ser visto nos instrumentos elaborados pela razão humana para acondicionar tudo isto: horas, datas, semanas, anos todos registrados nos relógios, relatórios e calendários. Estes instrumentos fixos servem para contar ou apreender a história. Mas, catalogar o tempo não é o bastante para a memória. A memória necessita de eventos, valores, acontecimentos que deixam marcas profundas, as quais podem e devem ser repassadas para as pessoas mais próximas e para as futuras gerações. Desta forma, a memória tem uma relação muito maior com o sentimento e a identidade (de um indivíduo ou sociedade) que apenas com fatos marcados por linhas imaginárias de tempo. Acima de tudo, a memória reflete a ligação entre o passado e o presente e sua análise pode vir a gerar um futuro melhor, no qual pode-se escolher não cometer os erros do passado e aperfeiçoar o presente no intuito de construir um futuro mais promissor para as diversas sociedades humanas.

Capítulo III – Análise

Como discutido no capítulo anterior, a memória pertence a um grupo ou a variados grupos. Assim, a memória está ligada às continuidades de gestos, ações e pensamentos, ou seja, à cultura em geral. Deste modo, a memória deve ser sentida e transmitida para os próximos membros de um grupo como um dos fomentadores da identidade nacional. E os acontecimentos do período averiguado neste estudo – a ditadura brasileira de 1964 a 1985 – também foram transmitidos de maneiras variadas. Contudo, estes eventos ainda estão sendo processados pelas novas gerações.

Neste capítulo serão analisados os entendimentos e percepções dos estudantes de graduação da Universidade de Brasília (UnB) sobre os acontecimentos do período em investigação. Alguns eventos como o ‘milagre econômico’, a questão da minimização da tortura, a Copa do Mundo de 1970 e a ação dos militantes em relação ao pensamento militar serão examinados com maior profundidade, devido à constância com que foram citadas e às contradições que geraram.

Ao analisar a memória dos estudantes da graduação da UnB, percebe-se que a maioria dos estudantes da área de exatas entende que o regime militar (1964-1985) foi bom para a economia, ‘apesar’ das violações dos direitos humanos. Alguns chegam a citar estas violações (violências, torturas, desaparecimentos, exílios, etc), mas, grande parte dos estudantes considera este parâmetro menos importante e ressalta o ‘milagre econômico’ e suas consequências consideradas, em geral, como positivas. Observa-se aqui que ainda é forte o discurso dos militares, calcado na memória dos estudantes da área de exatas, como por exemplo, da estudante de engenharia V., que considera que a ditadura militar 1964-1985 “Foi um momento violento, mas foi bom para manter a organização do país.” A estudante diz ainda que o governo dos militares “Foi um bom governo, tirando o fato da opressão e das torturas”. A aluna é condescendente com o regime. Ameniza a questão das torturas e violação dos direitos humanos, como se fossem banais e tantas vítimas não tivessem

sofrido cruéis abusos físicos e psicológicos, além do medo e sofrimento infligidos a muitos parentes e amigos das vítimas do regime.

Os estudantes dos cursos de ciências exatas se lembram de poucos eventos dos 21 anos de ditadura. Dentre os eventos mais lembrados estão o “milagre econômico” e a promulgação dos Atos Institucionais. Alguns poucos alunos citaram a questão cultural como as músicas de protesto e a Tropicália como eventos importantes da ditadura civil-militar. Um aluno chegou a citar o “desenvolvimento do esporte” como um dos eventos mais importantes do regime ditatorial, como se tivesse havido algum investimento maciço nesta área – o que realmente não aconteceu. Como a vitória da Copa do Mundo de futebol pela seleção brasileira foi associada à imagem do presidente Médici e ao regime militar como um todo, insuflando o nacionalismo (como será visto mais adiante), é provável que o estudante associe o regime militar ao desenvolvimento do esporte, conforme citado.

Muitos estudantes da área de ciências exatas acreditam que a ditadura ‘foi necessária’ ou ainda ‘um mal necessário’ para criar as condições de avanço econômico. A maioria mostra desconhecer as vulnerabilidades e pontos negativos do ‘milagroso’ plano econômico implantado a partir de 1969, que deixou sequelas sociais como a brutal desigualdade de renda e a falta de investimento nos programas sociais, o que até hoje causa problemas para o país. A memória do estudante de ciências da computação A., é sintetizada pela seguinte afirmação: “Apesar da violência houve progresso e a situação atual, considerada boa, querendo ou não passou pela ditadura.”

Há muita confusão sobre o que foi a ditadura. É o caso do estudante D., também do curso de engenharia que, sobre o regime dos militares, afirmou que este foi um período de “Restrições à liberdade política, porém ocorreu o crescimento econômico. Período necessário dentro da história sul-americana por ter sido notada a influência dos EUA, em um contexto da Guerra Fria.” Pensamento semelhante ao do estudante de química N., o qual considera que o regime militar: “Foi necessário pelo fato de gerar o progresso do Brasil em inúmeros aspectos. Foi o período de maior desenvolvimento do país apesar de discordar das torturas.” Desta forma, no aspecto geral da memória consolidada entre os estudantes de cursos de ciências exatas, existe a crença na necessidade de um regime autoritário ao qual coube conter o comunismo

e desenvolver a economia. Os alunos desta área de estudo tendem a minimizar as violações aos direitos humanos ocorridos no período averiguado.

Um ponto interessante a ser notado é que existe um pensamento generalizante de que o aluno de instituições de ensino militares tenderia a ser mais conservador que estudantes de escolas com outros critérios didático-pedagógicos. Nesta pesquisa, este senso comum não se confirma. No caso dos estudantes do curso de engenharia, três entrevistas foram realizadas com alunos que cursaram o ensino médio em colégios militares. As respostas não foram homogêneas. A primeira característica a ser ressaltada é que o primeiro aluno recusou-se a colocar o nome no questionário. Este estudante marcou na questão aberta nº 09, “O que você pensa sobre o governo militar brasileiro (1964-1985)?” em que era possível marcar três respostas, as duas primeiras: a) Foi violento e houve muita violação dos direitos humanos e b) Foi importante para evitar a implantação do comunismo. Entretanto, nas respostas fechadas nº 13 “Quais os principais eventos que você conhece (ou ouviu falar) sobre este período?” e nº 14 “Em resumo, o que você pensa sobre o governo militar (1964-1985)?” o estudante não respondeu nada. Desta forma, subentende-se que as respostas fechadas resumem seu pensamento sobre o último período ditatorial brasileiro. Assim, o aluno reconhece que aconteceram abusos dos direitos humanos, mas que estes eram importantes para evitar a implantação do comunismo no Brasil. O mesmo discurso que os militares disseminaram para justificar o golpe em 1964.

Porém, o aluno não nega que tenham ocorrido violações aos direitos humanos. O aluno se mostrou bem alinhado ao pensamento militar. O fato é interessante se traçarmos um paralelo com o que é visto hoje no Brasil: os torturadores da época e muitos militares negam as atrocidades cometidas e não mostram seus rostos, enquanto os que sofreram abusos estão cada dia mais se organizando e ocupando espaços importantes para contarem suas vivências e porque foram perseguidos: eles tinham uma causa. Alguns queriam a implantação do regime socialista. Outros queriam o retorno da democracia e dos direitos civis. A maioria, no entanto, com o passar dos anos lutava por liberdade irrestrita, pelo voto direto e pelo fim das violações dos direitos humanos.

O segundo aluno do curso de engenharia, cuja formação também aconteceu em escola militar, não marcou nenhum item da questão nº09. Todavia, este estudante

informa, no item ‘outros’, que o regime dos generais “Foi importante para o desenvolvimento do país no processo de industrialização, porém deixou ‘máculas’ como a desigualdade social e a fragilidade democrática”. E, em seu resumo sobre o que pensa desse período, o aluno afirmou que “No quesito econômico foi bom, pois firmou o Brasil como um País industrializado, porém atrasou o mesmo politicamente e hoje muito da fragilidade política do Brasil e do quadro social se deve ao governo militar.” Ou seja, há a preocupação com a questão social e uma visão mais crítica do “milagre econômico”, ainda que, de acordo com este mito.

Já o terceiro estudante de engenharia, ex-estudante de colégio militar, na questão nº09 assinalou apenas o item a, ou seja, “Foi violento e houve muita violação aos Direitos humanos”. Em seu resumo sobre o que pensa acerca o regime militar, o futuro engenheiro diz que “O governo militar foi um período obscuro da história brasileira (com muitas torturas, violações dos direitos humanos e censura), apesar de ter obtido desenvolvimento do país.” Assim, os três alunos defendem a questão do desenvolvimento econômico, mas não têm pensamento único sobre a ditadura brasileira 1964-1985, apesar de terem estudado em instituições similares. Contudo, é interessante notar que o último aluno, enxerga nas violações aos direitos humanos uma distorção do regime dos generais.

Como um dos fatos da ditadura militar mais lembrados pelos estudantes da graduação da UnB foi o “milagre econômico” e alguns chegam a minimizar a questão das violações dos direitos humanos com base no suposto crescimento econômico ou desenvolvimento econômico e industrial brasileiro – convém esclarecer o que foi o chamado “milagre econômico”.

O “milagre” aconteceu de 1969 a 1973 e ficou muito ligado à imagem do governo Médici. Em suma, este período foi uma combinação do acelerado crescimento econômico com taxas relativamente baixas de inflação. Entretanto, este fenômeno não poderia durar (e não durou) indefinidamente, teve pontos negativos e deixou um imenso imbróglio para a sociedade brasileira – a divisão desigual de renda – um nó que até hoje os governos tentam desatar.

O desenvolvimento econômico foi arquitetado pelo então ministro da Fazenda Delfim Neto e seus tecnocratas. O ministro estabeleceu, logo no início do governo,

três metas econômicas: elevar o crescimento do PIB (Produto Interno Bruto)²³ a patamares acima de oito por cento, diminuir a inflação a níveis inferiores a 20% e adicionar uma quantia em torno de US\$ 100 milhões às reservas estrangeiras (Skidmore, 1988). O ministro do planejamento Reis Velloso “queria que seus colegas [ministros] pensassem numa ‘tríplice perspectiva’: O mandato Médici (até 1974), toda a década de 1970 e até o fim do século, atentos à ‘nossa entrada no mundo desenvolvido’”. (SKIDMORE, 1988, p.275). Assim, os burocratas planejavam um Brasil grande. Para alcançar as metas do ambicioso plano o governo não podia receber críticas. Com isto, a repressão aumentou. Esta fazia com que aumentasse no cenário internacional objeções ao governo Médici no tocante às graves violações aos direitos humanos. Contudo, a aceleração econômica dava ‘legitimidade’ ao governo, principalmente ante à classe média. Desta maneira, a imagem de um governo organizado e com um forte período econômico ficou gravado na mente dos brasileiros até hoje – vide este fato ser um dos mais lembrados pelos estudantes de graduação da UnB. Vale ressaltar que os números foram muitas vezes distorcidos e havia sinais de que esta economia em ascensão não duraria para sempre. Mas, o governo contou acima de tudo com a implacável censura da época e com a eficiente propaganda governamental empreendida pela Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP) para fixar este ‘estado de ânimo’ na sociedade.

Na questão do milagre econômico, é preciso ter claro que este evento representa apenas seis, dos 21 anos de ditadura militar e legou consequências já para os próximos governos, com uma inflação muito alta e uma imensa dívida externa. Antes de mais nada, é preciso entender como o governo Médici conseguiu obter, por um período, avanços econômicos. E os números no início do chamado “milagre” chamam a atenção:

²³ **PIB — Produto Interno Bruto.** Refere-se ao valor agregado de todos os bens e serviços finais produzidos dentro do território econômico de um país, independentemente da nacionalidade dos proprietários das unidades produtoras desses bens e serviços. Exclui as transações intermediárias, é medido a preços de mercado e pode ser calculado sob três aspectos. Pela *ótica da produção*, o PIB corresponde à soma dos valores agregados líquidos dos setores primário, secundário e terciário da economia, mais os impostos indiretos, mais a depreciação do capital, menos os subsídios governamentais. Pela *ótica da renda*, é calculado a partir das remunerações pagas dentro do território econômico de um país, sob a forma de salários, juros, aluguéis e lucros distribuídos; somam-se a isso os lucros não distribuídos, os impostos indiretos e a depreciação do capital e, finalmente, subtraem-se os subsídios. Pela *ótica do dispêndio*, resulta da soma dos dispêndios em consumo das unidades familiares e do governo, mais as variações de estoques, menos as importações de mercadorias e serviços e mais as exportações. Sob essa ótica, o PIB é também denominado Despesa Interna Bruta. (SANDRONI, 1999, p.459)

“O crescimento econômico apresentava a mais alta taxa sustentada desde os anos 50. O PIB subiu à média anual de 10,9 por cento de 1968 a 1974. O setor líder foi a indústria com 12,6 por cento ao ano. A performance mais modesta foi a da agricultura com a média de 5,2 por cento. A inflação ficou na média de 17 por cento (embora o número oficial de 15,7 por cento para 1973, como se admitiu depois, tenha sido uma atenuação da verdade). Quanto às reservas, subiram de US\$ 656 milhões em 1969, para US\$ 6,417 bilhões em 1973.” (SKIDMORE,1988, p.276)

A decisão de expandir a indústria automobilística incluía uma política de aumento do crédito. Com isto aumentaram a compra e venda de carros médios. Entretanto, esta política além de contribuir para a ineficiência dos transportes de massa atrelou o Brasil à questão do combustível. Nesta época o Brasil importava 80 por cento do petróleo que necessitava. Com a crise do petróleo em 1973, o Brasil sentiu o impacto, que veio em forma de aumento da dívida externa do país. Além disso, a opção por injeção de recursos na indústria de automóveis foi seguida pela falta de investimento em setores que necessitavam de investimentos urgentes como o da saúde e da educação.

Paralelamente ao fomento da indústria automobilística, o governo também ampliou as exportações. Para tanto, foram concedidos créditos em condições favoráveis e isenção ou redução de tributos, dentre outras medidas de incentivo. Em relação à agricultura, a política adotada pelo governo foi a diversificação da pauta de exportações, antes dominada pela venda de café. O destaque ficou com a exportação da soja que alcançou preços bem favoráveis no mercado internacional.

Para alguns economistas críticos do governo a manutenção das taxas de crescimento seriam improváveis a longo prazo. Para estes, o Brasil sofreria uma estagnação e o crescimento só poderia ser alcançado por meio de reformas estruturais como a agrária e educacional, por exemplo, a fim de conseguir a redistribuição de renda e obter uma demanda efetiva. O que estava acontecendo na verdade era um crescimento rápido obtido por incentivos tributários, manipulação do sistema financeiro, redução dos custos de mão-de-obra e arrocho salarial.

Outro problema era a dependência do capital estrangeiro. O Brasil passou a pegar empréstimos no exterior. Aumentaram os compromissos com o pagamento de taxas e amortização de juros. Ao fim do governo Médici a dívida externa era

preocupante. “No começo de 1974, a dívida era de US\$ 12,6 bilhões, 32 por cento superior a de 1972 e 90 por cento maior que a de 1971.” (SKIDMORE, 1988, p.282). Nos anos posteriores vários governos tiveram que arcar com o pagamento desta dívida. Uma das consequências foi o pedido de empréstimo ao Fundo Monetário Internacional (FMI) para saldar as dívidas. A dívida externa só foi paga oficialmente em 2008 (é importante ressaltar que alguns críticos entendem que a dívida externa foi paga neste período, contudo houve aumento da dívida interna)²⁴.

Assim, a fórmula do ‘milagre’ se mostrou ilusória em médio prazo e catastrófica no longo prazo. A política econômica aplicada por Delfim Neto e sua equipe tinha por finalidade promover o que se chamou de ‘capitalismo associado’, ou seja, acreditava-se que a ‘mão invisível do mercado’ promoveria o desenvolvimento, mas o que ocorria de fato era a intervenção maciça do Estado em diferentes áreas como indexação dos salários, concessão de créditos, isenção de crédito aos exportadores, etc. (FAUSTO, 2001).

Outro ponto marcante na economia do regime militar, principalmente nos anos 1970 foram as obras grandiosas como a usina de Itaipu, a ponte Rio-Niterói, a usina nuclear de Angra dos Reis e a mais polêmica: a construção da rodovia Transamazônica. Com o intuito de aumentar o PIB o governo militar optou por investir pesadamente na construção civil e na produção de energia o que rendeu a implementação das obras citadas. Em alguns pontos a estratégia se mostrou acertada e o Brasil aumentou sua produção de energia em 212% (PARRON, 2005). Em outros, foi um desastre. As usinas nucleares têm pouca serventia e a Transamazônica possui vários trechos inacabados e não serve de ligação a todo o Brasil como foi idealizada. Tampouco conseguiu preencher os vazios geográficos da região Norte, por meio do deslocamento populacional da região Nordeste. Para obter os resultados desejados deveriam ser injetados ainda mais recursos e durante longo tempo. Ao tomar esta decisão autoritária, ignorando especialistas como geógrafos, geólogos, antropólogos e tantos outros que conheciam a limitação da região para o desenvolvimento, o presidente Médici e sua equipe viram seu projeto fracassar. Os militares desprezaram a realidade da região Amazônica cujo ecossistema é

²⁴ Ver mais informações em: <http://www.folhapolitica.org/2013/05/lula-pagou-divida-externa-verdade.html>. Acesso em 12. jun 2013.

extremamente frágil e o solo é bastante limitado no que se refere à capacidade de produção agrícola.

Assim, o “milagre econômico” na verdade foi uma política econômica que tinha muitos pontos vulneráveis, outros tantos negativos e era apoiado na forte propaganda governamental. A extrema dependência do sistema financeiro e do mercado internacional deixava o plano econômico dos militares falho, pois ficava-se à mercê das flutuações do mercado internacional e da excessiva dependência de produtos internacionais como o petróleo.

Quando perguntado sobre “quais os eventos do que você se lembra da época da ditadura militar 1964-1985” o estudante de direito R. respondeu “crescimento do bolo sem divisão”. O estudante lembrou bem, pois a metáfora do ‘bolo’ era muito usada pelo então ministro da Fazenda, Delfim Neto. Segundo Neto, era preciso aumentar o bolo (as riquezas do país) para depois dividir entre os brasileiros aumentando a qualidade de vida. Mas, o bolo cresceu e as riquezas não foram divididas. Um dos aspectos mais negativos no mito do milagre foi a concentração de renda entre os mais ricos e as pessoas com menor poder aquisitivo ficaram ainda mais pobres.

“Tomando-se como 100 o índice do salário mínimo de janeiro de 1959, ele caíra para 39 em janeiro de 1973. Esse dado é bastante expressivo se levarmos em conta que, em 1972, 52,5% da população economicamente ativa recebiam menos de um salário mínimo e 22,8%, entre um e dois salários” (FAUSTO, 2001, p.487).

Em suma, as consequências negativas do “milagre” foram: o agravamento da desigual distribuição de renda e a falta de investimentos em programas sociais, com o conseqüente baixo índice dos indicadores de qualidade de vida como saúde, educação, saneamento básico e habitação. Desta forma, o governo Médici explorou sua popularidade com a intenção de desviar a atenção da sociedade para questões como a repressão, os gastos desnecessários em obras faraônicas e a distribuição extremamente desigual dos parques benefícios do crescimento econômico.

Na área das ciências da saúde foram pesquisados alunos dos cursos de Gestão da Saúde Coletiva, Enfermagem, Medicina, Farmácia, Nutrição e Odontologia. Os

estudantes destes cursos, em geral, lembraram de pouquíssimos eventos relacionados ao período ditatorial. A implantação do Ato Institucional nº 05 foi evento mais lembrado pelos estudantes das ciências da saúde seguido do ‘milagre econômico’. Os desaparecimentos e as prisões também foram citados por este grupo de alunos e a Copa do Mundo de futebol foi lembrada, porém bem menos que os eventos já citados.

Principalmente os alunos do curso de Gestão em Saúde Coletiva e Enfermagem destacaram as questões relativas à saúde que aconteceram no período como a privatização da saúde e a mobilização social em torno da melhoria na área da saúde. A aluna N., que cursa Gestão em Saúde Coletiva quando perguntada sobre os principais eventos que se lembrava, ela citou o movimento da reforma da sanitária, articulado entre o meio acadêmico e os movimentos sociais. N., diz ainda, em seu resumo sobre a ditadura militar 1964-1985, que “Foi um período de sensíveis privações dos direitos civis, políticos e sociais. Teve reflexos negativos em diversos setores públicos brasileiros como a forte privatização da saúde (...).” Mais adiante a aluna diz os acontecimentos relativos ao último período ditatorial brasileiro foram bons para a economia no começo e no fim, gerou frustrações.

Entretanto, a aluna acredita que apesar dos problemas do regime, este foi importante para a organização social dos brasileiros, de diversas áreas a fim de defender a volta da democracia. Esta é uma visão interessante, pois a aluna consegue extrair uma consequência positiva, a partir do tão conflituoso período. V., também estudante do curso de Gestão em Saúde Coletiva diz que “Os brasileiros devem refletir sobre o que aconteceu para que este tipo de regime não volte a ocorrer no Brasil”. Como resultado, o estudante lembra que a mobilização social trouxe ganhos depois como a Constituição de 1988 e o direito à saúde com a implantação do Sistema Único de Saúde (SUS). Os dois alunos deste curso focam na organização social e nos ganhos pós-ditadura.

No grupo de estudantes dos cursos de ciências da saúde, os alunos do curso de Medicina formam um grupo interessante, pois a maioria destes se postou contra os métodos usados pelo regime ditatorial implantado Brasil nos anos 60. Contudo, assim como os estudantes da área de exatas, muitos acreditam que o crescimento econômico foi um aspecto positivo da ditadura 1964-1985. A estudante F., informou

acreditar que o regime militar brasileiro “Foi um péssimo governo, que manchou a história do nosso país, contudo não se pode negar que economicamente, fez o Brasil crescer.” A estudante acrescenta: “É um exemplo para nunca se esquecer e, principalmente, nunca se repetir.”

No entanto, sua colega A., é mais condescendente com o regime e diz: “Eu penso que foi um período de exagero, autoritarismo e também de uma certa organização política.” Mais uma vez percebe-se que ficou cunhado na memória dos brasileiros, até os dias atuais, a ideologia militar na qual os militares seriam os atores mais indicados para a organização política do Brasil e sua condução a um crescimento econômico. Ademais, os estudantes, de maneira geral, continuam sem observar as consequências geradas pelas ações dos militares no aspecto econômico.

O que muitos estudantes de hoje demonstram ainda, é não saber que para esta dita ‘organização política’ foram usados métodos anti-democráticos, manipulação das eleições – como visto no primeiro capítulo – e outros tipos de arranjos como fechamento do Congresso, cerceamento do voto e das liberdades civis que outros brasileiros lutaram arduamente para que fossem usufruídas hoje. E que as torturas, mortes e desaparecimentos foram o preço pago por muitos cidadãos na busca pelo retorno dos direitos democráticos.

Esta ‘organização política’ sistematizada por meio da brutalidade e dura repressão foi sentida bem de perto por outro estudante, que é parente de vítimas do regime ditatorial. Este aluno tem uma visão bem diferente do regime dos generais. Para o estudante de Medicina A., este período da história brasileira é ‘vergonhoso’, e afirma: “Ao meu ver foi um momento autoritário e triste do passado da nossa nação. Tenho familiares que desapareceram durante essa época e que apenas recentemente fomos descobrir o que realmente aconteceu com eles e como eles chegaram a morrer (que a propósito foi em decorrência de tortura crônica).” Ou seja, o estudante e seus familiares sentiram dentro do seu círculo privado a violência do regime dos generais e como os fatos da época continuam restritos. O estudante inclusive foi convidado a dar uma entrevista sobre o assunto, para além das repostas dos questionários, porém este se recusou. Esta recusa é totalmente compreensível, visto que é possível que o estudante ainda sinta os traumas de perder entes queridos e tenha gravado em sua

memória que é melhor não falar sobre temas relativos ao período da ditadura brasileira, pois as consequências podem ser fatais.

O dado mais interessante observado nos questionários aplicados no curso de Medicina é a divisão entre o que estes alunos pensam sobre os militantes e as violações aos direitos humanos infligidas pelo Estado ditatorial. Alguns estudantes ficaram mais a favor do regime e minimizaram a questão das torturas, como a aluna L., que na pergunta nº10 “O que você pensa sobre as torturas, desaparecimentos e prisões ocorridas no período do governo militar brasileiro (1964-1985)?” marcou o item “b” do questionário, (Foram fruto do autoritarismo do Estado, portanto, constituem abusos aos direitos humanos), mas escreveu em ‘outros’ que “Não necessariamente foram piores que os feitos da guerrilha de oposição”. Em seu resumo sobre o que pensa sobre o período ditatorial a aluna afirmou que: “Houve muitas atrocidades de ambos os lados e que, apesar de toda a opressão, houve grande crescimento econômico do Brasil. Dizia-se que estavam estimulando o nacionalismo”.

A mesma linha de raciocínio segue a sua colega M., que também na questão nº 10 fez revelações interessantes. A estudante não marcou nenhuma das respostas do questionário (a- Era uma guerra contra a guerrilha de oposição, portanto, ações necessárias; b - Foram fruto do autoritarismo do Estado, portanto, constituem abusos aos direitos humanos e c- Não foram tão violentas como difundido por alguns meios de comunicação.). Contudo, a aluna escreveu no espaço reservado a ‘outros’ o que pensa sobre torturas, desaparecimentos e prisões: “Foram fruto do autoritarismo, mas não justificaram o radicalismo de alguns manifestantes”. Sobre o que pensa sobre o regime militar a estudante resumiu assim seu pensamento: “Foi um período meio obscuro na história do Brasil. Tanto as coisas ruins que foram contadas podem ser aumentadas pelos governos posteriores, como algumas coisas que de fato aconteceram podem ter sido omitidas.” Diante destas respostas nota-se a importância em dimensionar para esta e para as futuras gerações o que realmente foram as torturas, prisões arbitrárias, desaparecimentos e demais abusos ocorridos durante esta ditadura brasileira. É importante salientar que a maioria dos estudantes da graduação da UnB não são capazes de perceber a assimetria entre as ações dos militantes e a força e o poder do Estado no combate àqueles que eram contra o regime. Mais uma

vez, observa-se a contundência do pensamento militar bastante arraigado nos discursos atuais.

Apesar de muitos alunos não conhecerem ou mesmo não acreditarem nas atrocidades cometidas durante o regime ditatorial, a memória daqueles acontecimentos violentos não pode ser apagada. Dentre os alunos da área de ciências da saúde o estudante do curso de Nutrição, R., se dispôs a contar seus sentimentos diante do período, pois seus avós sofreram violações dos seus direitos humanos pelos agentes da repressão. R., conta que seus avós foram presos, torturados e exilados. No exílio, nasceram seu pai e sua tia. O futuro nutricionista relata que seus avós foram perseguidos porque participavam do movimento estudantil. O avô de R. era presidente da UNE (União Nacional dos Estudantes) até 1961, pouco antes da entidade ser fechada pela ditadura. E foi perseguido político por atuar nesta área, bem como sua avó. R. conta ainda: “Meu avô foi preso duas vezes. Na primeira, ele ficou preso por três anos, quando foi torturado e depois se exilou no Uruguai. Ao retornar para o Brasil, por volta de 1972, ele foi preso novamente. Mas, desta vez foi pior porque prenderam todos juntos, inclusive meu pai e minha tia, que na época tinham três e quatro anos.”

Quando perguntado sobre o que ele sentiu quando o avô lhe relatou tais acontecimentos, ele respondeu: “É uma sensação estranha porque você ouve falar deste período na escola, você aprende, às vezes lê livros e revistas, assiste a documentários ou alguma coisa do gênero. De forma que você passa a ter certa noção do que foi o período. Porém, contado por alguém que de fato passou por isso que foi preso, foi torturado – e sendo meu avô – então é uma sensação de dor. Entretanto, meu avô sempre tratou disso com muita tranquilidade e muita naturalidade. Porém, na verdade, a maior sensação que ele me passava era de orgulho. Mesmo na escola, todos olham o período ditatorial como algo negativo para a história, mas quando é um familiar seu, no caso um avô, que é um parente muito próximo, que passou por isto você sente na pele um misto de sentimentos que vai desde a indignação com uma época até o orgulho pelo meu avô e minha avó que resistiram e lutaram.”

Quando pessoas dizem que os fatos podem “ter sido distorcidos” ou que não foi “tão ruim como dizem” é possível que outras que estão mais informadas sobre os abusos cometidos pelo Estado sintam indignação. A negação das torturas também

parece mais constranger que fazer acreditar que nada houve. No entanto, a pessoa que tem a memória das experiências repassadas por um membro da família possivelmente deve possuir um sentimento mais forte sobre o tema. Assim, para dizimar as dúvidas foi perguntado ao estudante o ele sente quando ouve, por exemplo, militares negando a existência de torturas e outras arbitrariedades. R. respondeu que: “O primeiro sentimento é de revolta pois é uma hipocrisia gigantesca”. E completa: “Isto [a negação] é uma mentira absurda e deslavada.” Contudo, ele ressalta novamente que o que mais vale é o orgulho pelos avós, os quais lutaram pelos seus ideais.

A negação da tortura pelos militares são ambíguas e frágeis. O General Adyr Fiúza de Castro diz que nunca torturou, mas que é a favor da tortura para obter informações. “(...) Não sou contra a tortura. Acho que ela é válida em algumas circunstâncias – para adquirir informações.” (D’ARAÚJO, SOARES e CASTRO, 1994, p.73). A fim de negar que houve tortura no Brasil, o general explica que seu colega de mesma patente militar Silvio Frota, ex-comandante do I Exército, era totalmente contra a tortura e verificava pessoalmente os presos. Castro conta que, certa vez, um preso afirmou ter sofrido torturas e quando Frota pediu para ver as mãos do preso, este não possuía marcas de queimadura. Para Fiúza de Castro este é um sinal de mentira, pois é impossível uma tortura violenta não deixar marcas.

No entanto, o general faz um esforço, no mínimo estranho, para sustentar suas negações. Fiúza de Castro informa que a “maricota” (uma máquina que provoca eletrochoques) tem suas garras colocadas no bico dos seios ou na ponta dos dedos e que estas sempre deixam uma marca de queimadura. Apesar das negativas do general, a mesma máquina, porém denominada como ‘pimentinha’ pelos torturados, é descrita no relatório Brasil Nunca Mais (1985, p.35). De maneira que é muito difícil acreditar que a referida máquina de tortura não tenha sido usada. Por fim, o general completa seu raciocínio de negação das torturas aplicadas nas dependências das instituições brasileiras informando que: “(...) Acho que mais de oitenta por cento da arguição de tortura e de maus-tratos era instrução da organização ou do advogado. E os restantes vinte por cento eram caos que escapavam do controle, porque eram feitos antes de o preso ser entregue ao I Exército.” (ARAÚJO, SOARES e CASTRO, 1994, p.70). Mais uma vez, além de negar a utilização de métodos de tortura, os

quais são relatados pelos ex-presos torturados, o general Fiúza de Castro faz com que incida a artimanha da mentira sobre as vítimas torturadas, demonstrado total desrespeito por aqueles que foram vitimados pela repressão.

Outra forma de negação muito usada pelo militares é colocar a responsabilidade dos maus-tratos nos agentes despreparados ou sádicos. Castro, na tentativa de negar a tortura durante o regime ditatorial de 1964 a 1985 dá mais uma explicação contraditória e diz “Eu acreditava que, para as informações imediatas, era preciso uma certa dose, pelo menos, de tortura psicológica, como sugeriam: botar o sujeito numa cela com uma cobra. A tortura não é física, não deixa marca nenhuma.” Mas, segundo o general o comandante Frota não admitia isto e ele, como subordinado, sempre seguiu as instruções do chefe.

Todavia, no Relatório Brasil Nunca Mais (1985, p.39), na seção que trata de métodos de torturas sofridas pelos presos, há uma parte dedicada às descrições de torturas realizadas com animais e insetos. Em depoimento, o ex-presos político Leonardo Valentini informou que em seu cubículo foi colocada uma jibóia de nome ‘Míriam’. Já a ex-presos política Dulce Chaves Pandolfi informou que ela foi colocada na sala de tortura nua, no chão, e os agentes colocaram um jacaré sobre seu corpo. A tortura infligida a Lucia Maria Murat Vasconcelos foi realizada com insetos. Ela contou que na primeira fase do seu interrogatório foram colocadas baratas no seu corpo e uma dessas foi introduzida no seu ânus. Assim, com tantos relatos dados em tribunais é bastante complicado negar que houve torturas. Deste modo, os generais de alta patente tem que criar uma engenharia da mentira, extremamente difícil de ser sustentada – ainda mais quando os métodos utilizados coincidem com aqueles que o general Fiúza de Castro aprova, ou seja, os psicológicos, os que ‘não deixam marcas’.

Assim, a negação da prática de tortura pelo governo é duplamente útil já que, se ela não existiu os denunciantes passam por mentirosos e se as práticas de torturas não foram cometidas não podem ser investigadas. De qualquer forma estas denúncias podem vir à tona e se tornarem críveis com uma mudança política. Nesta situação, se denuncia o agente de baixa patente ou sem padrinhos fortes no governo como um ‘exaltado’ que cometeu excessos.

Segundo Elio Gaspari (2002), a negação da tortura pelos ocupantes de alta patente ou de cargos importantes no regime militar pode ser vista na fala do ex-presidente João Batista Figueiredo que declarou não acreditar que tivesse havido tortura durante o regime militar. E se houve foi realizada pelo pessoal de baixo, pois ele não acreditava que um general fosse capaz disso. O ex-ministro Jarbas Passarinho também seguiu a mesma linha de dissimulação e afirmou que se houve tortura, esta ocorreu na clandestinidade.

Contudo, ‘o pessoal de baixo’ quando relegados ao segundo plano e enxergam que também foram usados e agora são culpabilizados pelas torturas mostram a sua verdade:

“A zanga da ‘tigrada’ pode ser ouvida no depoimento do ex-tenente do Exército Marcelo Paixão de Araújo, que torturou presos de 1968 a 1971 nos porões do 12º RJ, em Belo Horizonte: ‘As altas autoridades do país foram as primeiras a tirar o seu da reta. (...) Todos os agentes do governo que escreveram sobre a época do regime militar foram muito comedidos. Farisaicos, até. Não sabiam de nada, eram santos, achavam a tortura um absurdo. Quem assinou o AI-5? Não fui eu. Ao suspender as garantias constitucionais, permitiu-se tudo o que aconteceu nos porões.’” (GASPARI, 2002, p.24)

Desta maneira, todas as negações mostram-se frágeis. É quase impossível que tantas torturas não tenham chegado ao conhecimento dos superiores. Além disso, os militares seguem a hierarquia. Se os militares mais graduados fossem radicalmente contra a tortura é improvável que militares de baixa patente e agentes cometessem uma quebra hierárquica desta magnitude. E a alegação de que ‘não sabiam de nada’ é ainda pior, visto que um comandante tem obrigação de saber o que se passa com seus comandados. Desta forma, a fala do estudante de nutrição R., torna-se ainda mais forte ‘é uma mentira absurda e deslavada’.

No entanto, mesmo com a negação veemente dos hierarcas do regime militar de 1964-1985 sobre as torturas ocorridas no Brasil e a repetição de seus argumentos por muitos graduandos da UnB, outros estudantes contestam estas mentiras. É o caso do aluno N., do curso de Medicina, que em seu resumo sobre o período demonstra que há muitas explicações a serem dadas pelos militares. Para o estudante, o regime militar aqui pesquisado foi um “Período de restrição à liberdade e à democracia com

economia subordinada ao exterior e com a tentativa de mascarar suas ações com acontecimentos passageiros como o milagre econômico e a Copa de 70.” As dissimulações, mentiras e manipulações orquestradas pelos militares não convenceram a todos e, sem dúvida, há muitos pontos que devem ser esclarecidos.

Como já dito anteriormente, o mito do “milagre econômico”, que se mantém crível até hoje pelas novas gerações, foi robustamente sustentado pela propaganda realizada pelo governo militar. De modo que, além da censura, a propaganda governamental tornou-se uma eficaz arma de guerra. Enquanto a repressão dizimava as guerrilhas, a propaganda institucional produzida pela Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP) neutralizava a massa da população que vivia absorta dos problemas da nação e desmandos dos seus governantes e agentes do Estado. Apesar de ter sido criada no governo Costa e Silva a AERP obteve seu ápice no governo Médici quando promoveu o “Brasil como grande potência”, “Um país do futuro” e que devia ser amado.



Figura 01

Para induzir a este ufanismo inflamado a Assessoria produziu slogans famosos como “Brasil, ame-o ou deixe-o” (livremente copiado dos Estados Unidos) e “Ninguém segura este país” e a marchinha “Prá Frente Brasil”, que uniu milhões de brasileiros em torno da TV para assistir a vitória da seleção brasileira na Copa do Mundo de 1970.



Figura 02

De acordo com o historiador Boris Fausto, ainda na questão da censura e manipulação do pensamento social o governo Médici contou ainda, para expandir sua ideologia, com o grande avanço das telecomunicações pós-64 e a maior aquisição pelas pessoas de meios de comunicação. Segundo Fausto,

“As facilidades de crédito pessoal permitiram a expansão do número de residências que possuíam televisão: em 1960, apenas 9,5% das residências urbanas tinham televisão; em 1970, a porcentagem chegava a 40%. Por esta época, beneficiada pelo apoio do governo, de quem se transformou porta-voz, a TV Globo expandiu-se até se tornar rede nacional e alcançar praticamente o controle do setor. A propaganda governamental passou a ter um canal de expressão como nunca existira na história do país.” (FAUSTO, 2001, p.484)

Com o aumento momentâneo de poder de consumo na década de 70, ficou mais fácil para os brasileiros adquirir bens como a televisão e assim poder assistir à

inédita transmissão ao vivo da Copa do Mundo de 1970, no conforto de casa. O evento mundial foi habilmente talhado pela AERP para ser impresso à imagem do presidente Médici e, conseqüentemente, ao regime militar passando a idéia de proximidade com o povo e insuflar o ufanismo e a idéia de um Brasil potente e grandioso. A estratégia deu certo. Tanto que este evento é um dos mais lembrados pelos alunos entrevistados nesta pesquisa. A vitória da seleção brasileira de futebol em 1970 foi amalgamada à economia em expansão e criando a sensação de um país vitorioso.



Figura 03

A intenção do governo em utilizar a seleção brasileira de futebol era tamanha que as autoridades da época intervieram até na escolha do técnico da seleção. João Saldanha, comunista convicto, ex-treinador do time carioca Botafogo e técnico da seleção foi afastado do comando da seleção ao que tudo indica por questões políticas. Primeiro, Saldanha respondeu à investida do presidente Médici sobre a convocação de um jogador com uma resposta ácida “Vamos combinar o seguinte: o senhor escala seu Ministério, eu escalo a Seleção.” (MAGALHÃES, 2011 *apud* MILLIET, 2006). Havia ainda boatos que Saldanha levava documentos para o exterior a fim de denunciar a violência do regime. Neste ínterim, o técnico se desentendeu com o grande destaque do time, o jogador Pelé. O então ministro da Educação e Desportos, Jarbas Passarinho, pediu explicações e afirmou que “a situação e a crise na seleção afetavam diretamente o país, que era uma questão de interesse nacional” (MAGALHÃES, 2011, p.04). Políticos de todos os matizes sempre usaram eventos esportivos a seu favor, com o intuito de garantir uma boa imagem e proximidade com

o povo. Todavia, a pesada interferência do governo militar nos assuntos futebolísticos demonstrou que havia um enorme interesse em moldar a identidade nacional utilizando o futebol.

A fim de superar o que era considerado uma crise nacional o presidente da Confederação Brasileira de Desportos (CBD), João Havelange, foi chamado para uma reunião com autoridades do governo, que além do ministro Passarinho contou com a presença do então chefe do Gabinete Militar, João Baptista Figueiredo, a fim de resolver a situação de crise na seleção brasileira de futebol. A partir deste momento estabeleceu-se que a seleção seguiria um modelo militar, organizado e disciplinado. (MAGALHÃES, 2011). Por fim, o treinador foi afastado e em seu lugar assumiu o ex-jogador Mário Lobo Zagallo. As circunstâncias do afastamento de João Saldanha até hoje não foram esclarecidas.

“Um exemplo do uso do regime do evento para difundir sua lógica foi o caso do seqüestro do embaixador alemão Ehenfried Anton Theodor Ludwig Von Holleben, por um grupo armado da oposição, que ocorreu durante a Copa. De acordo com o governo, a ação dos “subversivos” gerou uma comoção tal nos jogadores no México que poderia influenciar em sua atuação nos campos. Ou seja, o regime utilizava o momento da Copa de 70 para gerar um consenso social, neste caso estabelecido a partir da idéia de que os grupos armados também afetavam a seleção.” (MAGALHÃES, 2011, p.05).

Com a euforia da Copa Mundial de Futebol, não havia tempo para pensar em subversões, embaixadores sequestrados, presos políticos ou porões da ditadura. A ligação entre preparação técnica e planejamento dava à vitória no futebol conotações de organização militar, a qual os militares souberam associar a uma superioridade do ‘estilo militar’ de governar e organizar a vida em seus diversos aspectos. A ocasião também se mostrou propícia para os órgãos do governo associar a vitória da seleção com a vocação do povo brasileiro para a ordem, para cumprir projetos a fim de alcançar o título de potência mundial.

E, sempre que possível, os apoiadores do regime tiravam um naco da glória da seleção de futebol para exaltar o Brasil, promovido à nação quase perfeita, nas mãos dos militares. O então governador do Rio Grande do Sul, Peracchi Barcelos disse aos jogadores da seleção quando estes retornaram vitoriosos:

“Vocês (os jogadores tricampeões), com esta vitória, devem ter influído no espírito de quantos, a serviço de causas malsãs, procuraram enxergar no Brasil um país que não é uma democracia, mas ditadura. Mas, quem quiser ver que isto não é uma ditadura, é uma democracia, que venha à rua de todos os estados brasileiros e veja como o povo livremente se manifesta. Ninguém lhe tolhe os passos e ele, dessa forma, testemunha ao mundo que a Revolução de Março de 1964 pode ter imposto, em certos momentos, algumas restrições, mas é uma Revolução eminentemente democrática. E um exemplo disso nos deu, sobejamente, o presidente Garrastazu Médici, com o qual vocês almoçaram.” (VEJA, 1970, p. 24)

O governador acomodou sua saudação aos jogadores da seleção brasileira com uma bajulação à ditadura militar. O discurso dos militares foi todo colocado nesta fala: a negação da violência e da ditadura, reafirmação de uma revolução e da liberdade do Brasil. Entretanto, embutido nesta saudação está o perigo das ‘mentes malsãs’, ou seja, aquelas que não concordavam com o regime. E para estas foi dada toda a truculência do regime.

Assim, a vitória da seleção foi usada como metáfora para todo um país. Com o uso da propaganda o governo popularizou seus feitos e buscou legitimar sua ideologia por meio de um consenso entre a população de que seus métodos eram decisivos para o desenvolvimento do país. Desta forma, o governo por meio da AERP, buscou divulgar e estabelecer entre a sociedade que o regime civil-militar era pleno de benesses e capaz de suportar o fardo de missão civilizadora que elevaria o Brasil ao status de potência mundial. E, mais quem fosse contra o regime estava, na realidade, contra o desenvolvimento do Brasil.

A seguir serão analisadas as respostas dos alunos da área de humanidades. Em relação aos estudantes de ciências humanas o que mais chama a atenção é a falta de conhecimento de eventos relacionados ao período da ditadura brasileira imposta pelos militares a partir de 1964. Como estes estudantes devem ter uma visão geral da sociedade, economia e política, artes e cultura geral, esperava-se que estes tivessem um conhecimento mais amplo e aprofundado dos fatos concernentes à sociedade. Além disso, há uma certa confusão com os períodos históricos. Três alunos de História e um de Ciência Política citaram como eventos importantes da ditadura militar 1964-1985 o ‘movimento caras-pintadas’. Tal movimento surgiu após a ditadura, durante o processo de impeachment do então presidente Fernando Collor de

Mello. Uma aluna que cursa Assistência Social ressaltou o ‘sequestro da poupança’ também como evento importante da ditadura militar averiguada neste trabalho. Este, assim como primeiro, é um evento da chamada “Era Collor”. Um aluno da Antropologia citou, na mesma pergunta o surgimento do ‘cinema novo’, que na verdade surgiu no início da década de 50, do século XX. No curso de Economia, um aluno cita como fatos relevantes da última ditadura militar a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e a grande repressão do governo Geisel. O DIP foi uma criação do governo Vargas, em 1939. E no governo Geisel a repressão não acabou, contudo a questão política girava em torno da abertura e distensão política. Neste governo, inclusive, foi revogado o Ato institucional nº5. Por fim, um aluno de Economia cita uma suposta “Marcha de 41”. Se porventura aconteceu esta marcha, tal fato obviamente não é objeto de estudo deste trabalho que trata do período da ditadura brasileira de 1964 a 1985.

Dois alunos, um do curso de Letras e outro do curso Administração citaram diretamente o ex-presidente Getúlio Vargas como imagem importante da ditadura militar 1964-1985. O primeiro, ao ser perguntado sobre os principais eventos deste período, informa que se lembrava do pau-de-arara, da oposição estudantil, da censura e ressalta: “Segundo meu pai a hora mais importante era a hora do hino nacional e a hora de pedir benção ao Getúlio Vargas.” Este aluno, de acordo com o questionário, tem acesso à informação, pois o mesmo assinala que obteve informações por vários meios como livros didáticos, jornais, TVs, Cinema e ainda conversa com os pais. Não é possível afirmar, contudo acredita-se – a partir de suas respostas – que o aluno converse mais os pais e tenha se concentrado menos nas informações que poderia ter obtido nos outros meios citados por ele mesmo. O segundo aluno foi menos incisivo e apenas citou entre os fatos que tinha memória sobre a ditadura aqui pesquisada, as invasões às universidades, os Atos Institucionais e “o golpe de Getúlio Vargas para voltar ao poder”. Estas duas falas demonstram logo de início, como é fundamental que mais informações sobre a ditadura militar 1964-1985 sejam divulgadas, contextualizadas e discutidas com profundidade visto que, esta parte da história brasileira não está tão distante no tempo, mas há uma gama variada de fatos e assuntos obscuros. As negações dos militares, os arquivos secretos não divulgados dos diversos sistemas de investigação da ditadura e a falta de mais debates sobre o

tema parecem ter dado aos militares uma certa vantagem, posto que, o esquecimento e a confusão entre temas e eventos é uma constante entre os estudantes de graduação.

A maior parte dos alunos dos cursos da área de ciências humanas acredita também que a questão econômica foi um dos pontos positivos do regime ditatorial. Tanto que o ‘milagre econômico’ foi novamente um dos eventos mais lembrados. Ainda sobre os eventos mencionados pelos alunos, um ponto chama atenção neste segmento o fato de o sequestro do Embaixador Americano ser mais lembrado pelos estudantes de Humanas que eventos ocorridos com brasileiros como o desaparecimento do ex-estudante da UnB Honestino Guimarães ou as mortes do estudante Edson Luís, do ex-capitão Carlos Lamarca²⁵ ou o líder da ALN²⁶ Carlos Marighella²⁷.

A maioria dos estudantes de humanidades diz que ocorreram violações aos direitos humanos, contudo foi um período bom na área econômica. Como informou em seu questionário a estudante do curso de Direito, M., que disse que o regime dos

²⁵ **Capitão Carlos Lamarca** (1937-1971): Nasceu em 27 de outubro de 1937 no Rio de Janeiro. Em 1955, ingressou na Escola de Preparação de Cadetes de Porto Alegre, cursou a Academia Militar das Agulhas Negras a partir de 1958. Formou-se aspirante-a-oficial em 1960. Em 1962, integrou o contingente das Nações Unidas em Suez, por 13 meses. Recebeu a patente de capitão em 1967, sendo conhecido como exímio atirador. Em janeiro de 1969, já militante da VPR, liderou um grupo de militares do 4º Regimento de Infantaria, em Quitaúna, município de Osasco (SP), que desertaram daquela unidade levando consigo 63 fuzis e metralhadoras leves que deveriam servir para a luta armada contra o regime ditatorial. Militante disciplinado, Lamarca viveu dois anos e meio em condições de dura clandestinidade. Comandou importantes operações de guerrilha urbana, como o sequestro do embaixador suíço, estudou textos marxistas e escreveu documentos de discussão interna na Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), bem como cartas de amor a Iara Javelberg. Seis meses antes de sua morte, desligou-se da VPR para integrar-se ao MR-8, que o deslocou para o sertão da Bahia com a finalidade de estabelecer uma base da organização naquela região. Foi executado no sertão da Bahia, em 17/09/1971, sem condições de opor resistência à prisão. (SECRETARIA, 2007, p.180-181).

²⁶ **Ação Libertadora Nacional (ALN)** – Nascida da cisão do Partido comunista Brasileiro (PCB), a ALN foi a organização de maior expressão e contingente entre os grupos de guerrilha urbana que atuaram entre 1968 e 1973. Sua história está indissolavelmente ligada ao nome de Carlos Marighella, antigo dirigente do PCB. Crítico da linha oficial desse partido propôs a resistência armada após 1964 e, no campo das alianças, a troca de binômio burguesia-proletariado pelo proletário-campesinato. Desde seu nascimento, a ALN estabeleceu fortes laços com Cuba. “A ação faz a vanguarda” torna-se lema central da organização, que passa a realizar operações de forte impacto, como o sequestro do embaixador americano no Brasil, em conjunto com o MR-8. A escalada repressiva que se seguiu, no entanto, terminou por atingir Marighella, executado em 4 de novembro, em São Paulo. Sua morte abalou a capacidade de ação da ALN, que passa a dar ênfase à implementação de uma “Frente Revolucionária” com as demais organizações de guerrilha urbana, conhecida como “Frente Armada”. Mas a seqüência de prisões e a ferocidade da repressão acabariam comprometendo a sobrevivência do grupo, que se desarticulou definitivamente entre abril e maio de 1974. In: *Direito à Memória e à Verdade: Luta, Substantivo Feminino*. São Paulo: Caros Amigos, 2010, p.38.

²⁷ **Carlos Marighella (1911-1969)**: Nasceu em 05 de dezembro de 1911, em Salvador (BA). Filho de um imigrante italiano e de uma negra descendente de escravos. Passou por diversas prisões desde 1932, quando, recém-filiado à Juventude do Partido Comunista, escreveu um poema criticando o interventor de Getúlio Vargas na Bahia, Juracy Magalhães. Preso novamente em 1936 foi torturado durante 23 dias. Solto por decisão do ministro Macedo Soares em 1937, voltou às masmorras de Filinto Müller em 1939. Libertado em 1945, depois de anos nos cárceres de Fernando de Noronha e da Ilha Grande. Foi eleito deputado pelo Partido Comunista à Assembleia Constituinte de 1946, ocupando a tribuna 195 vezes em apenas dois anos para fazer inflamados discursos. Perdeu o mandato quando foi cassado o registro legal do Partido, no governo Dutra, sendo impelido à militância clandestina até sua morte. Em 1967, rompeu com a direção do PCB e passou a dedicar-se a atividades de resistência armada, criando uma organização político-militar que em 1969 adotaria o nome Ação Libertadora Nacional (ALN). Foi morto, em uma via pública de São Paulo, no dia 04/11/1969, durante emboscada comandada pelo delegado do DOPS Sérgio Paranhos Fleury. (SECRETARIA, 2007, p.108-109).

generais, “(...) além de violento, também foi importante para o desenvolvimento econômico.” Outros (do mesmo grupo) creem ainda, que o regime militar foi importante para combater o comunismo, mas que houve excesso de força e/ou de tempo no poder. É o caso do estudante C., também estudante de Direito, que disse que o período averiguado nesta pesquisa foi “necessário, mas extrapolou temporalmente”. Em ambos os casos vê-se que há o entendimento que o militarismo era importante para o Brasil e se banaliza a questão da violência cometida contra os civis que discordavam da ditadura. Em geral, os alunos da graduação da UnB entendem o regime ditatorial brasileiro (1964-1985) como um período de aspectos bons e ruins simultaneamente e, a quase totalidade dos pesquisados, ameniza a questão da violência, da tortura, dos desaparecimentos e do autoritarismo em razão do crescimento econômico.

Outro fato que também ocorreu entre os estudantes das ciências humanas foi que estes se colocaram de forma mais neutra em relação à ditadura imposta a partir de 1964. Uma das justificativas usadas foi a de que “houve violência dos dois lados”. Novamente, sem dimensionar qual lado tinha superioridade em armas, recursos financeiros, serviços de inteligência e quantidade de pessoas disponíveis para atuar em um ou outro grupo.

Entretanto há, em menor número, aqueles com posições mais convictas e que se posicionam contra ou a favor (minoria) do regime de exceção. Estes evitam usar palavras como torturas, desaparecimentos ou qualquer outra que denigra a imagem dos militares. A exceção está entre os alunos que cursam Assistência Social, visto que estes compõem um grupo cuja maioria se mostra contra o regime dos generais, porém, citem tão poucos eventos ocorridos no período. E causa ainda mais estranheza quando perguntados: “Em resumo, o que você pensa sobre o governo militar (1964-1985)?”, pois nenhum deles menciona a questão das torturas.

Dentre os alunos pesquisados na área de humanidades, os que mais responderam aos questionários foram os que cursam Direito e História. Estes estudantes também formam maioria dentre aqueles que consideram o regime ditatorial como um “mal necessário” ou “necessário para o período”, na resposta final (na qual o entrevistado deveria resumir o que pensava sobre o regime militar de 1964-1985). Causa espécie que os estudantes de Direito, praticamente, não tenham

questionado os abusos cometidos contra as vítimas da última ditadura militar brasileira e que os estudantes de História não tenham citado mais eventos sobre o período averiguado e ainda cometidos erros crassos sobre fatos históricos.

Os alunos de História além de demonstrarem pouco conhecimento sobre o tema, também adotam uma posição de frieza quanto ao tema, opiniões divididas e ainda bastante condescendência com o regime dos militares. O discurso militar sobre ‘a importância do combate ao comunismo’ é muito reproduzido nas falas dos estudantes de História, mesmo que alguns, como o estudante T., de 30 anos, discordem das violações aos direitos humanos. “O Brasil estava inserido no contexto da Guerra Fria e estava alinhado ao mundo capitalista, portanto, nesse quadro a ditadura capitalista se justifica para se combater a implantação de uma ‘ditadura comunista’. No entanto, houve uma opressão muito grande e muitos abusos inaceitáveis.” O aluno aceita a ideologia militar na qual imperava a crença em uma força comunista a ser combatida. Contudo, este aluno, ao menos discorda das violações contra os direitos humanos que se tornaram comuns na última ditadura brasileira.

Analisando as respostas fechadas do estudante percebe-se que realmente ficou gravada em sua memória a ideia que os militares (pelo menos a princípio) consistiam no grupo mais adequado para “salvar” o Brasil. Tanto que na questão 09 “O que você pensa sobre o governo militar brasileiro (1964-1985)” o aluno assinalou todas as respostas (a- Foi violento e houve muita violação aos Direitos humanos; b- Foi importante para evitar a implantação do comunismo no Brasil e c- Foi importante para o desenvolvimento do Brasil e para conter a corrupção). Já na pergunta nº10 “O que você pensa sobre as torturas, desaparecimentos e prisões ocorridas no período do governo militar brasileiro (1964-1985)?” o aluno marcou as duas primeiras opções: a) Era uma guerra contra a guerrilha de oposição, portanto, ações necessárias e b) Foram fruto do autoritarismo do Estado, portanto, constituem abusos aos direitos humanos.

Ainda no curso de História, há os estudantes que, de forma geral, consideram o período militar como uma vergonha para o Brasil, por conta das torturas. Outros, (minoria) acreditam que foi bom para o país porque manteve a ordem e conteve o comunismo. Também há aqueles que entendem que o último período de ditadura

militar foi necessário em um primeiro momento, alavancou a economia durante seu trajeto, mas que o regime se perdeu depois. As respostas evasivas são um tanto constrangedoras já que é esperado que os universitários sejam, em breve, os pensadores que ditarão os rumos do país. A estudante do curso de História, J., na pergunta 09 assinalou o item a “Foi violento e houve muita violação aos direitos humanos” e reforçou em ‘outros’ “Desenvolveu o país”. Na próxima questão, na qual busca-se saber o que o estudante pensa sobre as torturas, desaparecimentos e prisões ocorridas no período do governo militar a aluna assinala a questão mais politicamente correta, ou seja, “Foram fruto do autoritarismo do Estado, portanto, constituem abusos aos direitos humanos” (item b). No entanto, a estudante faz uma ressalva em ‘outros’ e escreve “Houve manipulação da mídia”. Até o momento não se pode dizer que a estudante é condescendente com o regime dos generais ou é como a maioria que diz que o período foi marcado por pontos positivos e negativos.

Porém, quando perguntada como obteve as informações a aluna assinala quase todos os meios: familiares, escola, mídias diversas e imprensa, com exceção de revistas e rádios. Assim, acredita-se que seja muito bem informada e tenha conhecimento sobre vários eventos ocorridos na época. Contudo, na questão nº 13, ao ser perguntada sobre quais eventos dos 21 anos da última ditadura militar ela se recordava, a estudante diz apenas que “Soube de algumas invasões, brigas entre cidadãos, enfrentamentos com a polícia e histórias específicas de certos ícones.” A estudante J., não especifica se são ícones do governo militar ou de opositores do regime. Aqui resta a dúvida se ela, por exemplo, leu as biografias de Carlos Lamarca e Marighella ou sobre a vida dos ex-presidentes Garrastazu Médici e Arthur da Costa e Silva. E, para quem supostamente teve tanto acesso à informação, a estudante não parece ser uma pessoa bem informada. Ao resumir o que pensava sobre o regime militar imposto entre 1964 e 1985, a estudante respondeu: “Faz parte da nossa história com seus erros e benefícios. Foi coerente com o contexto do mundo naquele período. Marcou de forma significativa a vida de alguns. Foi coerente, contudo isso não justifica certas medidas e haviam outras formas para lidar com certos assuntos.” A estudante tende a ser superficial e evasiva. J. não consegue expressar com assertividade o que período militar de 1964-1985 representou para ela ou ainda o que ficou registrado em sua memória sobre o mesmo.

Desta forma pode-se extrair de seu resumo que ela concorda com a ideia apregoada pelos militares que eles eram os mais capazes de ‘dar um jeito no país’. Porém, a repetição do discurso militar por meio desta estudante é chocante visto que ela justifica a ditadura através do contexto mundial, ou seja, a divisão bipolar do mundo entre capitalistas e comunistas. É muito provável que a estudante acredite que os militares contiveram o comunismo (apesar de não ter assinalado esta questão). Continua assustador o pensamento da estudante, pois ela entende que a ditadura de 1964-1985 tenha marcado apenas alguns. Ora, os 21 anos de ditadura brasileira e suas práticas de terror de Estado marcaram a todos e se espalhou na memória da maioria dos brasileiros, e provavelmente sobre a aluna. Tanto que até em sua forma de escrever a estudante é bem contida, não usa as palavras comunismo, capitalismo, tortura, desaparecimentos, prisões ou mesmo violações de direitos humanos. Ela se apóia em termos evasivos tais como “certas medidas”, “certos assuntos”, “outra forma de lidar”. Além de evasiva, a aluna do curso de História parece ter recebido bem o que foi repassado pela memória coletiva após 28 anos do fim da ditadura: o medo de se expressar abertamente, o receio do posicionamento concreto sobre um determinado governo e, possivelmente, o pânico em sofrer retaliações.

Enfim, o fato novo no curso de História é que alguns estudantes dizem que falta informação e esclarecimento sobre o período pesquisado. Alguns poucos reconhecem que lhes falta informação sobre o período histórico pesquisado que os habilite a fazer um resumo adequado sobre o assunto.

Dentre as ciências humanas, também tem destaque os estudantes do curso de Economia. Não que estes se mostrem menos confusos em relação aos fatos e históricos ou que este grupo seja menos conservador e alinhado com os pensamentos militares. O que ocorre é que os estudantes de economia citam menos o ‘milagre econômico’ nos eventos que eles tem mais presente na memória. Apesar disso, quando são pedidos para resumir seus pontos de vista sobre a ditadura brasileira dos anos 60-80 eles tratam da questão econômica, em geral, como um ponto positivo para o Brasil.

Assim como observado nos outros cursos, mesmo tendo uma maioria que entende o governo militar como bom e ruim, simultaneamente, há vozes que contestam o período e criticam a política econômica da época como a estudante V., a

qual classifica o regime dos generais como um “governo autoritário, com economia inflada e bolha econômica, com falta de liberdades individuais e civis.”. O aluno M. também fez críticas ao regime da época e afirmou que o governo militar 1964-1985 “Foi um governo muito autoritário onde houve muitas mortes, torturas e os culpados não foram punidos.” A fala deste aluno além de bastante interessante é também importante tendo observado que poucos estudantes – englobando todas as áreas – questionaram ou lembraram a falta de punição dos perpetradores dos abusos aos direitos humanos.

Entretanto, mesmo com alguns estudantes mais preocupados com as questões que envolvem os direitos humanos, de maneira geral, os estudantes de economia formam um dos grupos mais conservadores dentre os alunos da graduação da UnB. Como não poderia deixar de ser, existem os ferrenhos defensores do regime dos generais. E aqui encontramos um dos pensamentos mais contundentes à favor da ditadura militar. Na questão nº 09 “O que você pensa sobre o governo militar brasileiro (1964-1985).” o aluno K., não marcou nenhuma das questões, porém escreveu na opção ‘outros’ que o regime militar “Foi um importante capítulo da nossa história, com evoluções inegáveis, mas meios desmedidos. Não foi nem de longe tão desastroso e maléfico como o senso comum dissemina.” Na questão nº 10, que trata diretamente das questões sobre torturas e outros abusos aos direitos humanos, o aluno marcou o item “b”, (Foram fruto do autoritarismo do Estado, portanto, constituem abusos aos direitos humanos) e um dos poucos que assinalou também o item “c”, (Não foram tão violentos como difundido por alguns meios de comunicação). Outra peculiaridade do questionário respondido por este aluno está na questão nº 11, na qual se pergunta “Para você, aqueles que se opuseram ao governo militar (1964-1985), eram?” O aluno assinalou duas respostas ‘jovens engajados politicamente’ e ‘jovens irresponsáveis’ e fez questão de frisar, anotando ao lado ‘ambos’. Talvez no intuito de esclarecer que para o estudante não havia dois grupos distintos e sim, os politicamente engajados e irresponsáveis. Aqui não fica claro se para o estudante um jovem não engajado politicamente seria responsável ou não ser engajado e não ser contra o governo autoritário da época seria sinônimo de responsabilidade.

O estudante K., demonstrou conhecer poucas eventos relativos ao período averiguado já que citou apenas a ‘urbanização do Norte’ e a ‘implantação dos Atos Institucionais’. Na última questão, foi pedido para resumir seu pensamento sobre o regime militar 1964-1985. O estudante K. foi bem direto e respondeu: “Foi desmedido, mas compreensível.” O alinhamento ao discurso militar utilizado pré e pós golpe e a condescendência com os métodos da ditadura brasileira, nesta fala são tão evidentes quanto cruéis. Dizer que os ‘meios desmedidos’ os quais, na realidade, se consubstanciam em torturas físicas, sexuais, morais e psicológicas infligidas indiscriminadamente a homens e mulheres – muitas destas grávidas ou tendo acabado de dar à luz – e até mesmo crianças e adolescentes são compreensíveis é algo que deve ser visto com extremada atenção para que não haja a banalização da violência pela geração que hoje está se graduando em uma das principais universidades do país.

Espera-se que um estudante brasileiro não apenas saiba o que realmente foram as torturas que ocorreram no Dops, Codis, Oban, Casa da Morte de Petrópolis dentre outras instalações que serviram para abafar os gritos de dor enquanto torturadores dilaceravam o corpo e alma de diversos cidadãos brasileiros entre as décadas de 60 e 80, como também que este compreenda a dimensão destas perdas. Esta compreensão não deve acontecer apenas por solidariedade às famílias, mas também como entendimento de graves perdas sociais. Cada vida perdida para os torturadores representa uma enorme perda para a democracia.

A tolerância ao terror de Estado pode abrir brechas no pensamento social e posteriormente na lei, causando fraturas nas sociedades, e traumas muito difíceis de serem restaurados. Até hoje vemos pessoas, famílias e sociedades com sequelas resultantes da ditadura, sendo a violência urbana apenas a mais evidente. É possível que pessoas que vivam em grandes centros urbanos como Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e Belo Horizonte, onde havia mais militantes contra o regime ditatorial e, por conseguinte, onde ocorreram mais torturas, mortes e desaparecimentos que estes traumas sejam mais sentidos. Também é provável que na região do Araguaia, onde jovens tentaram enfrentar o regime por meio da guerrilha rural ainda existam muitas histórias sobre os guerrilheiros e ainda muitas perdas de vidas de camponeses inocentes. Outras localidades, além das citadas, também tiveram seus jovens mortos,

torturados ou desaparecidos. Contudo, não importa a quantidade numérica de perdas. Todas estas sociedades, maiores ou menores, urbanas ou rurais compõem o Brasil. E todo o país ainda sofre as consequências daquelas tragédias. Neste trabalho está-se delineando apenas uma destas consequências, mas essencial para a memória coletiva: a falta de informação sobre a história recente do país.

Finalmente, destacam-se os estudantes de Direito dentre os cursos da área de humanas. Não apenas por perfazerem o maior número de respostas aos questionários, mas também por serem estes alunos os que mais se lembraram de diferentes eventos ocorridos nos anos da última ditadura implantada no Brasil. Os estudantes deste curso também se mostraram conservadores e pouco afeitos a defender os direitos humanos. Neste grupo há ainda os que consideram a ditadura brasileira 1964-1985 ‘Um mal necessário’ e proporcionalmente são os que mais acreditam que esta tenha sido ‘Necessária para a época’.

Assim como nos demais cursos, os estudantes dizem que a ditadura teve pontos positivos e negativos, dependendo do ângulo que se olhe. Há os alunos mais adeptos às crenças disseminadas pelos militares a partir de 1963, contra o governo Jango e uma possível tomada comunista do poder e ainda aqueles que acreditam que a ditadura brasileira foi uma anomalia. Contudo, as respostas são mais analíticas.

De acordo com a aluna L., a ditadura brasileira, imposta a partir de 1964 “Foi um período tenebroso para a história brasileira, que ainda reflete suas amarras nos dias de hoje. Dentro da perspectiva dos direitos humanos vimos uma verdadeira ausência do Direito enquanto garantias daqueles. É uma aberração dizer que foi algo minimamente aceitável.” O resumo desta aluna é interessante, pois a mesma, foca na questão da ditadura ter retirado os direitos dos brasileiros, algo que não pode ser esquecido ou minimizado. Na mesma direção, o estudante G., resume o seu pensamento sobre o momento histórico pesquisado neste trabalho e diz que foi “Um período autoritário e ilegítimo. As desigualdades sociais aumentaram no período, os investimentos governamentais não foram suficientes para que fossem superadas as desigualdades regionais. O Brasil continua um país atrasado. O presidente deposto, João Goulart, havia sido eleito de maneira legítima e nenhuma de suas ações foi ilegal. Resumindo, nada pode justificar um regime de exceção baseado no

autoritarismo como o que ocorreu no Brasil entre 1964 e 1985.” Esta declaração é importante, pois ressalta que foi um golpe, portanto, o governo militar era ilegítimo.

Entretanto, outros estudantes parecem esquecer a importância de se manter a legalidade e do voto do povo, que é o meio do cidadão escolher seus representantes. As falas dos alunos do curso de Direito, em geral, não são evasivas e seus posicionamentos foram mais consistentes. Também os alunos mais alinhados com o pensamento militar expressam seu pensamento de forma convicta. Ao contrário de seus dois colegas citados, a estudante L., afirma que a ditadura militar “foi importante para evitar a implantação do comunismo. Conteve jovens/estudantes idealistas que buscavam um governo esquerdista. As ações violentas foram necessárias no sentido de defesa do sistema vigente, portanto, necessário. Os abusos que houveram [sic] podem ser considerados violações dos direitos humanos quando vistos pelo lado do desaparecimento dos corpos.” Esta estudante entende que o idealismo era uma prerrogativa daqueles que queriam implantar um novo sistema de governo. No entanto, também era uma posição ideológica àquela escolhida pelos militares que deram o golpe no governo eleito de João Goulart. Além disso, a estudante restringe a questão dos direitos humanos ao desaparecimento dos corpos. Tal comentário demonstra o desconhecimento quanto às demais violações como torturas e outras já citadas. É um reducionismo que, novamente, demonstra o “não saber” acerca de eventos violentos durante o regime civil-militar de 1964-1985, bem como, a força do discurso militar da ‘necessidade’ de conter um suposto avanço comunista o qual está incrustado na memória dos brasileiros e que se manteve até a atualidade.

Ainda mais alinhado ao pensamento militar e contrastando significativamente com os dois primeiros alunos, o estudante R., diz: “Acredito que se tratava de uma guerra entre um governo autoritário, embora de certa forma legítimo e grupos terroristas que não queriam a democracia, apenas outro tipo de ditadura. Houve violações graves de direitos humanos por [sic] ambos os lados. Acho importante ressaltar que violações tão ou mais graves continuaram ocorrendo mesmo sob o regime ‘democrático’ pós-88. A diferença a meu ver, é que hoje as vítimas das violações não são parte de um grupo econômico privilegiado.” Em seu depoimento, o aluno demonstrou conhecer diversas passagens do regime ditatorial, mas como visto

acima, mantém uma visão maniqueísta do período. Primeiramente, o estudante cita vários eventos da ditadura como: Pacote de Abril, Atos Institucionais, Oban, Operação Condor, Marcha da Família com Deus pela Liberdade, Guerrilha do Araguaia, sequestro de embaixadores, assaltos a bancos e justiçamentos. Observa-se que estes cinco últimos eventos são os mesmos utilizados pelos militares para justificar seus atos contra cidadãos brasileiros. É interessante o aluno citar a Operação Bandeirantes (OBAN) e a Operação Condor. A primeira uma associação subsidiada por empresários para aprimorar as capturas de militantes e aperfeiçoamento dos métodos de tortura. A segunda representa uma das associações mais complexas do Cone Sul onde os países deste subcontinente trocavam informações e agentes a fim de caçar, torturar e matar militantes da América do Sul em qualquer dos países (deste subcontinente) onde os opositores dos regimes ditatoriais se encontrassem. Ressalte-se que esta é a única vez que a Operação Condor é citada nos questionários aplicados. Desta maneira o aluno mostra-se conhecedor dos eventos históricos, sendo quase impossível acreditar que este aluno não saiba o que acontecia nestes canais de repressão. De qualquer forma, o aluno concorda com as atitudes ditatoriais – desta vez não só no Brasil como em todo continente sul americano – demonstrando desprezo pelos direitos humanos.

Além dos meios de obtenção de informações sugeridos pelo questionário (e o aluno marcou quase todos) ele incluiu as aulas de Educação Moral e Cívica (EMC) e Orientação Social e Política Brasileira (OSPB), ambas implantadas pelos militares e retiradas do currículo escolar na volta da democracia. Estas matérias foram impostas pelos militares nos currículos escolares por meio de decreto. Com a implantação dessas duas disciplinas e a retirada de matérias como sociologia e filosofia, pode-se perceber um direcionamento do Estado no que tange o modelo de educação e a abordagem favorável ao governo vigente. Tanto em EMC quanto em OSPB o conteúdo visava inculcar valores que o regime considerava importantes para conduzir a sociedade tais como: patriotismo, ordem, obediência, fé, alinhamento com o pensamento católico, “liberdade com responsabilidade” e passividade. Deste modo, o aluno R., é um dos frutos desse modelo educacional. O estudante de Direito assistiu as aulas dessas disciplinas, o que ficou evidente em sua fala, e se diferencia de seus colegas e de outros discentes entrevistados, pela sua formação anterior (ensino

fundamental e médio), o que, obviamente, faz com que seu discurso acerca da temática destoe dos demais. Assim, o aluno R., é um dos poucos exemplos em que se pode acreditar que a variável “idade” tenha influenciado a resposta nos questionários aplicados.

É importante salientar que outros alunos de diversos cursos, também alinhados com o pensamento militar não tiveram estas aulas e mesmo assim, abraçam o discurso militar. Mas, abre-se a discussão para a questão da educação em direitos humanos que foi incluída no último Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)²⁸. Ressalta-se que a educação em direitos humanos é sugerida pelo PNDH-3 e poderia ser colocada nos currículos escolares após elaboração de lei e votação no Congresso e não impostas por decreto, a exemplo das matérias EMC e OSPB, implantadas pelo governo militar pós 64.

Outro tema que surge amiúde nos questionários é a alegação de que houve violações dos dois lados, e que, as ações do governo militar foram apenas uma reação às ações terroristas. Primeiramente, é preciso ressaltar quem eram os estudantes dos anos 60, que depois resolveram pegar em armas e como os generais os descrevem. Em todo o mundo o ano de 1968 representou a luta por melhores condições gerais e os protagonistas destes movimentos eram os jovens estudantes. No Brasil não foi diferente. Com o golpe, o fechamento da UNE, as diversas manifestações e insatisfações foram lideradas por estudantes. Os estudantes lutavam contra o que eles consideravam a americanização do ensino no Brasil e ainda se solidarizavam com as pessoas menos afortunadas. Em geral, o sentimento era de indignação com a imensa desigualdade e falta de oportunidades no Brasil, além da falta de liberdade.

Não obstante, uma das premissas dos militares é desqualificar estes estudantes, seus ideais e ações. O general José Luiz Coelho Neto²⁹ considera que os militantes (ou subversivos, como ele denomina os que lutaram contra o regime)

²⁸ Para mais informações ver **Plano Nacional de Direitos Humanos 3**, Eixo orientador V: Educação e Cultura em Direitos humanos.

²⁹ **General José Luiz Coelho Neto**: Nasceu em 1921. Serviu na FEB como tenente. Foi instrutor em diversas escolas do Exército. Em 1964 era major e estava na Escola de comando do Centro de Informações do Exército (CIE) durante o governo Médici e serviu na Agência Central do SNI no governo Geisel. Comandou depois a 4ª Divisão do Exército, sediado em Belo Horizonte, sendo designado a seguir para o gabinete do ministro do Exército. Passou para a reserva em 1983 no posto de general de divisão. Depoimento concedido a Maria Celina D’Araujo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro em janeiro 1993.

eram, em sua maioria, psicologicamente desequilibrados por motivos familiares ou fisiológicos (1994). O general Leônidas Pires Gonçalves³⁰ aprofunda ainda mais o tema e diz que:

“Agora sem nenhum deboche, sem nenhum espírito de crítica negativa com propósitos outros, a quantidade de pessoas com problemas pessoais no meio da subversão é impressionante. (...) A maioria tinha problemas psicológicos. É incrível! A mãe abandonou o pai ou fez coisa pior, traído por uma mulher, impotente...” (D’ARAÚJO, SOARES e CASTRO, 1994, p.251).

Por meio destes estratagemas, os generais desqualificam a ideologia política dos militantes que lutaram contra o regime, reduzindo canhestamente a escolha destes a casos de pessoas com problemas psicológicos e de famílias desestruturadas. Nestas falas, os generais direcionam o entendimento para a seguinte situação: os que eram contra o regime, só o contestavam por serem psicologicamente desequilibrados ou não possuírem uma família moralmente digna. Como se ser contra o regime fosse algo para pessoas problemáticas e não idealistas. A associação entre problemas pessoais e a luta contra o regime de exceção imposto a partir de 1964 é uma conexão tendenciosa por parte dos generais.

Outro general, Carlos Alberto da Fontoura, também desqualifica os estudantes, porém sob outro aspecto. Para Fontoura “(...) os estudantes universitários, a UNE, todos eram inocentes úteis.” (D’ARAÚJO, SOARES e CASTRO, 1994, p.98). A servidora pública Sônia Hypólito, ex-estudante da UnB e ex-integrante da ALN, é contra esta afirmação do general e diz que o que Fontoura faz é similar ao que os interrogadores da Oban e do Dops faziam com os estudantes durante os interrogatórios: desqualificar as ações dos estudantes e militantes. Hypólito lembra

³⁰ **General Leônidas Pires Gonçalves:** Nasceu em 1921 no Rio Grande do Sul. Formou-se pela Escola Militar de Realengo em 1942. E em 1964, era (EME), chefiado pelo general Humberto Castelo Branco. De 1964 a 1966 foi adido militar na Colômbia. De volta ao Brasil, tornou-se instrutor da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) em 1967, passando em 1969, para o comando do 2º Regimento de obuses, em Itu (SP). Em 1971, foi assistente do general Reinaldo Almeida no EME, acompanhando-o mais tarde na 9ª região militar, em Mato Grosso. Em 1973 foi nomeado subcomandante da ECEME e promovido a general de brigada, sendo designada, em 1974, para a chefia de Estado-Maior do I Exército, cujas atribuições incluíam a responsabilidade pelo Centro de Operações de Defesa Interna (CODI). Entre 1977 e 1979 comandou a 4ª Brigada de Infantaria em Belo Horizonte, sendo promovido neste último ano a general de divisão e passando a dirigir a Diretoria de Obras e Cooperação. Entre 1981 e 1983 foi comandante Militar da Amazônia, ocupando em seguida a vice-chefia do EME, já como general de Exército, e, de 1983 a 1985, o comando do III Exército. Foi ministro do Exército no governo José Sarney, passando para a reserva em 1986. Depoimento concedido a Maria Celina D’Araujo e Gláucio Ary Dillon Soares, de janeiro a março de 1992.

que os agentes do Estado diziam “Você é uma ingênua, você foi enganada por alguém mais esperto” ou ainda “Você está sendo enganada é apenas uma mocinha que está se deixando levar.” A servidora arremata dizendo: “Esta foi uma tática mesquinha em desqualificar a nossa luta.” Sônia Hypólito destaca que os estudantes daquela época eram, na maioria, muito politizados. Eles sabiam o que estava acontecendo no Brasil e no mundo e não aceitavam a ditadura.

Outras formas de desqualificação dos estudantes utilizada pelos militares é atacar seu comportamento com base em princípios éticos e morais conservadores e, por vezes, caluniosa. Conforme disse Brigadeiro João Paulo Moreira Burnier³¹ a prisão de estudantes no 30º Congresso da UNE mostrou que os militares estavam defendendo o Brasil e sua juventude do marxismo e das ideias de ‘amor livre’ que vinham da Europa:

“(…) Essas ideias começaram a perturbar a mocidade brasileira, e os subversivos marxistas se aproveitaram delas para fazer o combate à suposta ditadura militar, que ditadura não tinha nada, pois o governo estava apenas defendendo e procurando evitar que houvesse tumulto e desordem no País. E a prova disso foi o 30º Congresso da UNE, em Ibiúna, (...) que resultou na prisão de mais de 1.200 estudantes. Só vendo as fotografias para saber o que se passou lá e acreditar no que estou dizendo. Era uma fazenda alugada pela UNE onde jovens, moças e rapazes, faziam amor livre na vista de todos, tomavam drogas um verdadeiro bacanal, uma coisa estúpida. É preciso ver a documentação da época, as fotografias para sentir a que níveis tão baixos chegou a degradação moral desses rapazes, levados por falsos líderes (...).” (D’ARAÚJO, SOARES e CASTRO, 1994, p.209).

Sônia Hypólito³², que participou do 30º Congresso da UNE, responde a este comentário com a uma negativa veemente: “O que o Brigadeiro afirma não

³¹ **João Paulo Moreira Burnier:** Nasceu em 1919 no Rio de Janeiro (RJ). Formou-se pela Escola de Cadetes da Aeronáutica em 1942. No posto de tenente-coronel-aviador, chefiou, em 1959, a revolta de Aragarças contra o governo de Juscelino Kubstcheck. Em 1964 era coronel e servia na Base Aérea de Santa Cruz, no Rio de Janeiro. Em 1967, fez curso de informações no Panamá e, no ano seguinte, servindo no gabinete do ministro Márcio Sousa e Melo, foi um dos organizadores do Centro de Informações da Aeronáutica (CISA), órgão que chefiou até 1970. Assumiu em seguida o comando da III Zona Aérea, que exerceu até o final de 1971, quando foi designado para a Diretoria de Documentação Histórica da Aeronáutica. Na ocasião, pediu transferência para a reserva no posto de brigadeiro.

³² **Sônia Hypólito:** Ex-estudante de comunicação e ex-militante da ALN, atualmente é servidora pública em Brasília. Em 1965/66 estudava comunicação em São Paulo na Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP). Em 1966, mudou-se para Brasília e passou cursar geologia na Universidade de Brasília (UnB). Na capital, começou a militar contra a ditadura e entrou para o movimento estudantil. Participou do 30º Congresso de Ibiúna, onde foi presa e ficou detida por uma semana. Em 1969/70 transferiu-se para São Paulo (SP) e ingressou na ALN. Em fevereiro de 1970 foi presa novamente, já como militante da ALN e passou pela OBAN, DOPS e o presídio Tiradentes (SP). Deste, saiu em jul/agosto de 1970, em liberdade condicional e entrou na clandestinidade. No início de 1971, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde permaneceu até 1973 trabalhando no grupo tático. Neste mesmo ano foi para o Chile. Com o golpe contra o presidente Allende as condições de permanência no país se

aconteceu lá. Eu estive no 30º Congresso da UNE, em Ibiúna, e reafirmo que nada disso que ele fala aconteceu lá.” A fim de sanar todas as dúvidas Hypólito detalha como foi este Congresso da UNE e qual era o contexto do encontro.

“Nós, não tínhamos nem tempo para sequer pensar nestas coisas. Eu estava lá e não tinha nada disso que o brigadeiro Burnier disse. Nós estávamos reunidos em Ibiúna (SP) para discutir uma política de educação, que era o nosso interesse. Todas as tendas eram para isso. Nós nos reuníamos e elegíamos nossos delegados para discutir nas reuniões. Fizemos uma viagem traumática, cheia de perigos para Ibiúna (SP) para discutir a situação da Educação, já que éramos contra o acordo MEC-Usaid³³. A UNE estava clandestina, então estávamos correndo perigo. Só alguém muito mal intencionado para dizer que os que fizeram uma viagem daquela, difícil, tinham a intenção de usar drogas e fazer orgia. O que realmente fomos fazer lá em Ibiúna (SP) era participar de discussões sobre os rumos que queríamos para a educação brasileira e não para nos divertir. Desqualificar nossas atividades é um ato criminoso. É um desrespeito a nossa luta. Ninguém entra neste processo para se divertir. Lá eu fui presa e fiquei detida uma semana.”

E Hypólito ressalta:

“Naquela época havia um grupo que era chamado de juventude transviada que era outra coisa, outra revolta. Era algo inconsequente, que usava drogas e fazia coisas sem um objetivo. Mas, este grupo era da extrema direita, era o pessoal do Mackenzie. Este tipo de pessoa podia ser encontrada no CCC ou no MAC. Era uma revolta vazia, sem objetivos políticos, ao contrário de nós.”

Desta maneira observa-se que a manipulação dos militares contra os estudantes aconteceu e ainda acontece de forma maciça. Ecos desta manipulação

tornaram muito difíceis. Assim, Sônia Hypólito se mudou para Alemanha e depois para Portugal, onde conheceu seu marido. Depois ambos foram transferidos para França, onde nasceu o 1º filho do casal. Em 1975, houve a Revolução dos cravos em Portugal. Sônia e o marido resolveram ir para Moçambique onde permaneceram trabalhando por cinco anos. O casal retornou ao Brasil com a anistia, em 1979. Entrevista concedida em 10. jun.2013.

³³ **Acordo MEC-Usaid:** O então ministro da Educação durante o governo Castelo Branco, Flávio Suplicy de Lacerda, buscou efetivar mudanças que transformassem o quadro educacional num processo rigorosamente controlado pela ditadura. Para tal finalidade o ministro estabeleceu um acordo com o Departamento de Estado dos EUA, através da United States Agency for International Development (USAID) que previa mudanças na Educação no Brasil. O acordo MEC-USAID se resumia no esforço de eliminação da autonomia educacional, transformando a Educação numa fábrica de empregos. Nenhum projeto de melhorias sociais e superação real das desigualdades estava autorizado pelo governo. A Educação estava totalmente subordinada pela ditadura militar, só cabendo aos generais e aos tecnocratas norte-americanos decidir sobre a instrução dos brasileiros em todos os aspectos. O acordo MEC-USAID. Disponível em: <http://cincomeiasete.blogspot.com.br/2010/02/o-acordo-mec-usaid.html>

chegam até os dias hoje quando se rotula os militantes de terroristas e lhes inculcam uma imagem com cores trágicas, de assassinos e ladrões sanguinários, com o objetivo de acabar com uma suposta grandeza a qual o Brasil estava destinado por meio da ordem e planificação ditatorial. Alfredo Sirkis desabafou quando militava na VPR:

“Em toda parte, televisão, rádio, jornais, o tempo todo, tão nos caluniando. Nos atribuem crimes e propósito absurdos. Como se fôssemos nós os agentes de potências estrangeiras, nós que quiséssemos entregar o país e não eles, que entregam todos dia, f* o povo pra favorecer as multinacionais! E o pior é que de tanto repetida a mentira, de tanto repetida, repetida, fica parecendo verdade pro sujeito comum do povo, que se embrutece de dar duro todo dia sonhando o tempo todo com aqueles trecos mágicos cintilantes dos painéis de publicidade, enquanto se mata para dar de comer aos filhos todo santo dia.” (SIRKIS, 2008, p.225)

Mas, eram os jovens estudantes secundaristas e os recém ingressos em universidades pessoas tão problemáticas como diziam os militares, terroristas natos, comunistas ou proto-comunistas pagos por Moscou para criar uma revolução socialista no Brasil ou jovens idealistas que desejavam um Brasil com mais liberdades? A resposta é simples: pessoas indignadas com a questão político-social no Brasil.

“O que me moveu foi um processo de indignação por não ter liberdade”, resume Maurice Politi³⁴, ex- integrante da ALN, preso aos 21 anos e libertado sob condicional após quatro anos de cárcere. Politi relembra que a revolta contra o regime, em geral, se desenvolveu de duas formas: “Existiam dois grupos de pessoas que se opuseram ao regime – os mais velhos, militantes do Partido Comunista e os jovens estudantes. Os primeiros já possuíam uma ideologia marxista e que não aceitaram o golpe de 64. Os últimos começaram a participar do movimento estudantil e a se rebelar contra o autoritarismo e falta de liberdade imposta pelos militares”. Conforme Maurice Politi, “Estes, em geral, foram adquirindo maior estofô político e conhecendo autores com conteúdos de cunho mais ideológicos no sentido marxista, durante a ação. Muitos entraram para a luta armada”. Assim, parece que o

³⁴ As entrevistas com Maurice Politi e Iara Xavier foram realizadas via telefone entre os dias 27 de junho e 05 de agosto de 2012.

endurecimento do regime levou muitos jovens de classe média a conhecer a ideologia marxista.

De acordo com relato do ex-militante da VPR³⁵, “Felipe”, codinome usado pelo ex-prefeito da cidade do Rio de Janeiro (RJ), Alfredo Sirkis, em seu livro “Os Carbonários”, seu ingresso na luta armada não foi tão diverso daqueles já relatados por Hypólito e Politi. Alfredo Sirkis informa que:

“Naquela época eu já estava me convencendo de que faltava ao Lacerda a dimensão de Brasil e de povo brasileiro, a generosidade dos ideais de transformação social. A percepção do extremo grau de injustiça social vigente no Brasil só escapava a quem queria (...). Mesmo morando na zona sul da grande metrópole, me dava conta, facilmente, da atroz miséria em volta. Aí estavam os morros, as favelas, as crianças mendigando. Conhecia os índices de mortalidade infantil, subnutrição, analfabetismo e moléstia das grandes multidões do povo brasileiro, às quais são negados os direitos humanos, a vida, a saúde, a educação. Essa realidade me atormentava havia muito tempo (...).” (SIRKIS, 1998, 2008, p.78-79)

Entretanto, não se pode dizer que a entrada na luta armada foi uma decisão fácil para estes jovens. Um exemplo interessante é o relato de Iara Xavier, ex-militante da ALN que participou da luta armada e perdeu dois irmãos mortos nos cárceres do DOI-CODI. Iara Xavier conta: “Eu gostava de ouvir Beatles e Rolling Stones. Por outro lado, também gostava de ir ao Teatro de Arena ouvir a Maria Betânia.” Segundo a ex-militante este é apenas um exemplo simples do conflito que se passava na sua mente. Nesta época Iara era apenas uma adolescente com 13 anos de idade.

³⁵ **Vanguarda Popular Revolucionária (VPR)** – A VPR nasceu em 1968 como um grupo praticamente paulista, resultante da fusão entre uma ala esquerda da organização ‘Política Operária (POLOP)’ e remanescentes de grupos militares de inspiração brizolista. Ao longo desse ano realizou inúmeras operações guerrilheiras e, em junho de 1969, fundiu-se com o Comando de Libertação Nacional (Colina) de Minas Gerais, resultando na constituição da VAR-Palmares. Mas, em setembro, ocorreria uma nova divisão, com o ressurgimento da VPR, que passou a ter como principal expoente a figura de Carlos Lamarca, um dos principais responsáveis pelo estabelecimento de uma área de treinamento de guerrilha no Vale do Ribeira, interior paulista, desbarata pelo Exército entre abril e junho de 1970. Com a estrutura da VPR desarticulada em São Paulo, seus remanescentes seguiram para o Rio de Janeiro, onde a organização executaria, ainda em 1970, os seqüestros dos embaixadores da Alemanha e da Suíça. Tensões internas culminaram com a saída de um grupo que depois se ligou ao MR-8, incluindo Lamarca. Uma última tentativa de rearticulação da organização foi abortada pelo chamado “Massacre da Chácara São Bento”, em janeiro de 1973. In: Direito à Memória e à Verdade: Luta, Substantivo Feminino. São Paulo: Caros Amigos, 2010, p.42.

Ao contrário dos seus colegas de ALN, anteriormente citados, Iara Xavier veio de uma família de comunistas. “Meus pais eram do partido comunista. Desde 47-48 eles já militavam. E isto não era muito escondido.”, informa. Iara morava no bairro do Flamengo, no Rio de Janeiro (RJ). Seu pai era representante comercial e ela estudava em um bom colégio, o Anglo-Americano. Ela admirava o modo como seus pais tratavam as pessoas – com respeito e solidariedade. Não existia discriminação contra negros, empregados, mulheres. “A opção em ser comunista, de optar por uma via socialista era o que eu via em casa nos eventos de solidariedade. Em casa sempre abrigávamos refugiados. Estes exemplos humanitários calam fundo na mente de uma criança”, ressalta. Vale salientar que esta descrição de família da ex-militante em nada se parece com o lar desajustado do qual o general Leônidas Pires Gonçalves estereotipou em sua fala.

Contudo, Iara Xavier ao mesmo tempo que via tais exemplos éticos em casa e ouvia sobre a possibilidade de um mundo socialista recorda que possuía resistências ao Partido Comunista. “Eu achava que o discurso do partido não tinha mais a ver com a prática.” Em 1966, por volta de seus 14 anos, ela começou a ter maior contato com o movimento estudantil e a participar das passeatas. Em 1967, muitos estudantes começaram as movimentações para entrar na luta armada. Iara informa que ficou em dúvida e se perguntava “Será que é isto que eu quero?” Ela relembra seu conflito interior mesclado por uma imensa vontade de fazer algo pelo país e, simultaneamente, o questionamento em o porquê de se privar dos prazeres como ir a praia, dançar e ir a festas. “Porém, quando a coisa engrossou, aí não dava mais. Era o momento de se fazer uma escolha”, lembra. Entenda-se ‘a coisa engrossou’ como a decretação do AI-5, que segundo a militante foi o marco no qual quem não tinha se decidido deveria fazê-lo.

Iara decidiu-se pela luta armada. “Assim, a minha opção pela via socialista foi uma opção ideológica. Já a adesão à luta armada foi dada pelo contexto em vivíamos. Aí eu já não lutava simplesmente pela queda do regime militar. Eu queria a Revolução Socialista. No entanto, se não tivessem fechado todos os canais talvez eu não tivesse pegado em armas”, conclui.

Desta forma, de acordo com a característica geral dos ex-militantes citados nesta pesquisa depreende-se que seus perfis convergem para processos de adesão

parecidos: primeiramente uma indignação pessoal contra as desigualdades existentes na sociedade brasileira e contra o sistema repressivo imposto pelo Estado. Depois, o contexto social, a entrada no movimento estudantil e, posteriormente, clandestinidade e engajamento na luta armada. A ditadura 1964-1985 tentou moldar a sociedade, mas a obstrução de todas as formas de atividades e pensamento levou muitos jovens a radicalizar sua luta e não o contrário. Não foi a ação dos que combateram o regime que levou o Estado a aumentar a repressão e sim o oposto. Mas, a versão de uma ‘reação contra a ação das guerrilhas’ é a fala dos militares a fim de legitimar seus métodos de violação dos direitos humanos, a fim de eliminar a oposição ao regime e se manter no poder o máximo de tempo possível.

De acordo com o general Leônidas Pires (1994) a culpa da repressão foi dos ‘subversivos’. Segundo o general quem iniciou a ‘guerra’ foram os participantes da guerrilha armada, pois na sua visão estes é que deram início aos sequestros, assaltos a bancos, mortes e ainda tentaram fazer uma revolução a partir do campo em uma área da Amazônia. O que o general e seus pares não dizem é que foram os militares que deram um golpe de Estado em um governo legitimamente eleito, cassaram mandatos, prenderam, torturaram e fecharam várias instituições já nos primeiros meses do golpe. Além de violar a Constituição, os generais impuseram a censura, restringiram a participação políticas e as liberdades – inclusive de expressão – tudo isso por meio dos Atos Institucionais e pelo mais cruel destes: o AI -5 (talvez por isso mesmo o mais lembrado pelos estudantes entrevistados nesta pesquisa). Todas estas medidas autoritárias foram implantadas antes mesmo das ações armadas dos grupos de esquerda, fato particularmente omitido pelos hierarcas da ditadura brasileira 1964-1985.

Houve, de fato, ações por parte dos que eram contra o regime, como a explosão de uma bomba no aeroporto logo no início do golpe. E cidadãos, não ligados diretamente ao regime e à repressão, como seguranças de banco, foram vitimados no conflito armado. A atuação de militantes contrários ao regime, é exaustivamente divulgada, enquanto a atuação dos militares é velada e negada, resulta disso o número significativo de desaparecidos do regime e da sustentação na atualidade da versão de que a violência utilizada em algumas ações da militância era terrorismo e não resistência.

Em geral, os militares fazem questão de ressaltar que houve mortes e desaparecimentos dos dois lados – discurso abraçado e repetido por diversos estudantes nesta pesquisa. Entretanto, os militares não apresentam números de desaparecidos do seu lado. Os militantes de esquerda, ao contrário, mostram os números de baixas em seu lado, buscam esclarecimentos e relatam as formas de torturas a que foram submetidos. Enquanto isso, os generais negam o passado, evitam falar sobre as graves violações aos direitos humanos e não cogitam, ao que tudo indica, se desculpar enquanto instituição com a sociedade, passo importante para a justiça de transição. Ao contrário, insistem em manter o discurso maniqueísta e em apontar culpados para o regime ditatorial, se colocando, obviamente, como os “bons”.

A guerrilha urbana ou rural não matou tanto quanto o Estado de terror promovido pelos generais que montaram uma sofisticada máquina de repressão sustentada e estruturada pelo Estado. Máquina esta, responsável pela disseminação e manutenção da violência física e psicológica imposta aos cidadãos durante a vigência do período ditatorial.

Rotular os que eram contra o regime de terroristas é um destes artifícios. E que foi (e continua sendo) uma tática eficiente de divulgação do processo histórico ocorrido, visto que, muitos alunos – do grupo de entrevistados – entendem este discurso como o real. Nesta pesquisa, quando perguntados “Para você, aqueles que se opuseram ao governo militar (1964-1985) eram?” Muitos marcaram a opção “c”, ou seja, terroristas. A propaganda governamental ajudou a criar a imagem do militante “terrorista” por meio da divulgação de notícias falsas, principalmente, sobre as circunstâncias da morte dos “subversivos”. “(...) os que morrem sob tortura passam por ter morrido no ‘ato de prisão’, em tiroteios com a repressão; os que foram ‘escolhidos para serem eliminados’ são os que ‘tentaram a fuga’. Duas fórmulas que se repetem com bastante insistência em todos os jornais.” (POLITI, 2009, p.146) Desta maneira, o aparelho repressivo do Estado matava aqueles que eram contra o regime e quando a morte e/ou desaparecimento não podia ser camuflada, era divulgada como uma ação preventiva do Estado. Muitos detentos declararam ter visto um preso ser retirado da cela, por homens armados, no meio da noite para nunca mais retornar. Outro subterfúgio muito usado pelos agentes da repressão era

divulgar que um militante foi morto em tiroteio, durante a prisão, quando na verdade ele foi morto sob tortura. Casos assim foram relatados pelos que sobreviveram aos cárceres e denunciados pela Anistia Internacional. Contudo, a imagem que ficou foi a das notícias oficiais, na qual os militantes se opunham à prisão, eram capazes de fugir de celas bem vigiadas e estavam sempre bem dispostos, pois não foram submetidos à tortura, visto que, segundo os militares estas não eram práticas aceitáveis e recomendadas pelo Estado. Ainda, conforme os militares se aconteceram torturas e maus tratos, estas ocorreram antes de chegar às dependências do Exército e realizadas por membros despreparados e que não seguiam as ordens superiores.

A palavra terrorismo tem atualmente uma conotação pejorativa. Rotular os que lutavam contra uma ditadura de terroristas é uma tática da instituição, com o objetivo de dar substrato para suas ações violentas, pois leva-se a crer que os militantes agiam de maneira marginal, objetivando uma guerra contra o governo, para implantar o comunismo, quando em muitos casos foram ações para se manter na defesa da democracia interrompida, ou maneiras de resistir ao cerceamento das liberdades. Muitos destes indivíduos perderam a vida e/ou sofreram torturas em prol de suas ideologias. Boa parte perdeu seu direito de viver e protestar, perdeu o direito à morte, pois muitos corpos foram ocultados e até hoje constam como desaparecidos. Quanto ao terror de Estado que incluía a perseguição do ser humano e o tratamento violento e desmedido dado aos contrários ao regime em diversos aparelhos como os já citados Codis, Oban, Casa da Morte, Presídio Tiradentes dentre outros, também não é assumido pela instituição 'Forças Armadas' até hoje.

A desproporção dos que lutaram contra a ditadura e o aparelho montado pelo Estado é incomensurável. Convém lembrar que os assaltos a bancos para comprar armas foram aos poucos sendo abolidos. Os sequestros de embaixadores, que visavam à liberdade de presos políticos também escasseara e que o Estado criou em cada ministério uma central de inteligência para encontrar, perseguir e caçar os militantes. O Serviço Nacional de Informações (SNI), mantinha ligações com todos os órgãos de inteligência e ainda contava com inúmeros colaboradores. Desta forma as guerrilhas foram reprimidas, mas o governo militar usava a justificativa da guerra interna e a premência de acabar com a subversão para manter em seus quadros, torturadores e todo aparelho de repressão.

A partir dos questionários aplicados fica claro que o discurso militar de 1964 – como a necessidade destes no poder para combater a ameaça comunista e sua superioridade na conduta do Estado – assumiu formas de verdade e permaneceu na memória da atual geração. Conforme diz o estudante de Economia E. “O governo militar 1964-1985 foi um período de menos roubos e homicídios por parte dos civis que hoje”. Além deste, outros estudantes também creem que os militares eram uma opção mais adequada que o governo legitimamente eleito de João Goulart. Antes e logo após o golpe de 1964, o pensamento dominante pode ser assim esclarecido:

“Após três anos de tentativas de conciliação e negociação por parte dos homens que cercavam Castelo Branco, com Costa e Silva a ideia de ‘Revolução’ chegou ao seu paroxismo: os radicais que cercavam o novo presidente se propunham a reconstruir o país a partir de novas bases. Essa utopia autoritária estava claramente fundada na idéia que os militares eram, naquele momento, superiores aos civis em questões como patriotismo, conhecimento da realidade brasileira e retidão moral.” (D’ARAUJO, SOARES e CASTRO, 1994, p.09)

E este pensamento é o que ficou cunhado para a maioria dos graduandos da UnB. Para além das explicações dos militares, como as supracitadas, podemos observar a fala de um dos principais matadores utilizado pela ditadura para eliminar militantes contra o regime da época, Cláudio Guerra. Ele afirma que “Muitas vezes, para operacionalizar as ações, recrutávamos pessoal da Scuderie.” (NETTO e MEDEIROS, 2012, p.128). O próprio Cláudio Guerra foi recrutado pelos militares no grupo paramilitar ‘Scuderie Le Coq’. Este grupo paramilitar foi criado inicialmente para vingar a morte de um delegado de polícia e, posteriormente, passou a atuar na repressão ao crime, chegando a ganhar nas décadas de 1970-80 o nome de esquadrão da morte (2012). Conforme explica Guerra a ‘Scuderie’ passou a ser incentivada pelos militares que estavam no poder. Assim, a ditadura deu permissão e poder a um grupo para matar seus oponentes. Desta forma, não podemos acreditar que no regime ditatorial havia menos mortes e roubos. Apenas havia outra configuração de pessoas que se aliavam aos homens do poder, que estavam no governo, prestavam favores e eram livres para cometer qualquer tipo de atrocidade. O já citado agente da repressão, Cláudio Guerra, revela que a comunidade de informação, produzida pelos militares a fim de aniquilar os militantes rurais e

urbanos que eram contra a ditadura, utilizou a contravenção, como o jogo do bicho, para arrecadar fundos. Deste modo, pode-se observar ainda que as leis, crimes e contravenções eram maleáveis, ou seja, eram utilizados ou ignorados ao sabor das conveniências dos militares que estavam no poder. Guerra afirma ainda que o que havia na comunidade de informação era uma disputa pelo poder. O agente da repressão do Estado brasileiro afirma que:

“Em nome da segurança do Estado brasileiro, os membros da comunidade de informações podiam tudo: perseguir, grampear, investigar, julgar, condenar, torturar, matar, desaparecer com o corpo e alijar famílias do paradeiro de seus entes queridos. (...) tudo era permitido. (NETTO e MEDEIROS, 2012, p.94).

Isso demonstra quanta truculência existia e quanto poder foi dado às pessoas que vieram de um grupo paramilitar e que muitas vezes eram cidadãos cooptados para o regime. Não funcionários públicos de carreira como hoje. E quanto ao imenso poder adquirido pelos agentes da repressão, Cláudio Guerra ressalta:

“Essa foi a comunidade de informações em que eu transitei, e fui um eficiente membro, um matador implacável que ajudou a ganhar uma guerra da qual o povo não tomava conhecimento por causa da censura aos meios de comunicação. Ninguém nunca soube, nem mesmo minha família, o poder que tive nas mãos.” (NETTO, e MEDEIROS, 2012, p.98-99).

Com esta fala o agente toca em um ponto nevrálgico para se entender a ditadura – a censura aos meios de comunicação. Por meio deste estratagema a ditadura conseguiu encobrir os crimes e a violência que se perpetua na sociedade brasileira. Isto mostra a dificuldade de várias pessoas em perceber que a ditadura deixou como herança a prática da violência. Pois, sem a ajuda dos meios de comunicação e a consequente falta de discussão sobre o assunto não ficou registrado na memória da maioria, e principalmente fora dos grandes centros urbanos, a brutalidade gerada pelo Estado. Isto pode ser observado na fala do estudante de economia E., o qual entende que a ditadura “Foi um período de brutalidade do Estado, porém onde a maioria dos civis podia viver sem todas as preocupações de

agora com relação à violência.” Desta maneira, exemplifica-se a dificuldade da atual geração em fazer a ligação da atual violência com a violência instituída durante o período da ditadura 1964-1985, principalmente pelos militares denominados ‘linha-dura’. Sobre este grupo o general de brigada Gustavo Moraes Rego, ex-assessor de Ernesto Geisel, diz que:

“(…) Aqueles assim identificados e disso se orgulhavam, caracterizavam-se pelo radicalismo, a arbitrariedade, a intransigência, e pela adoção de meios e processos violentos de intimidação e coação. (...) Os “linha dura” não chegaram a constituir organizações estáveis, segmentos ordenados ou estruturas mais ou menos hierarquizadas. Ao contrário, suas estruturas eram tumultuadas por disputas menores de vendetismo nos IPMs³⁶ e nas querelas com órgãos do Judiciário e com o próprio governo, alimentadas pelo oportunismo, pelo carreirismo e pela impunidade.” (D’ARAÚJO, SOARES e CASTRO, 1994, p.54)

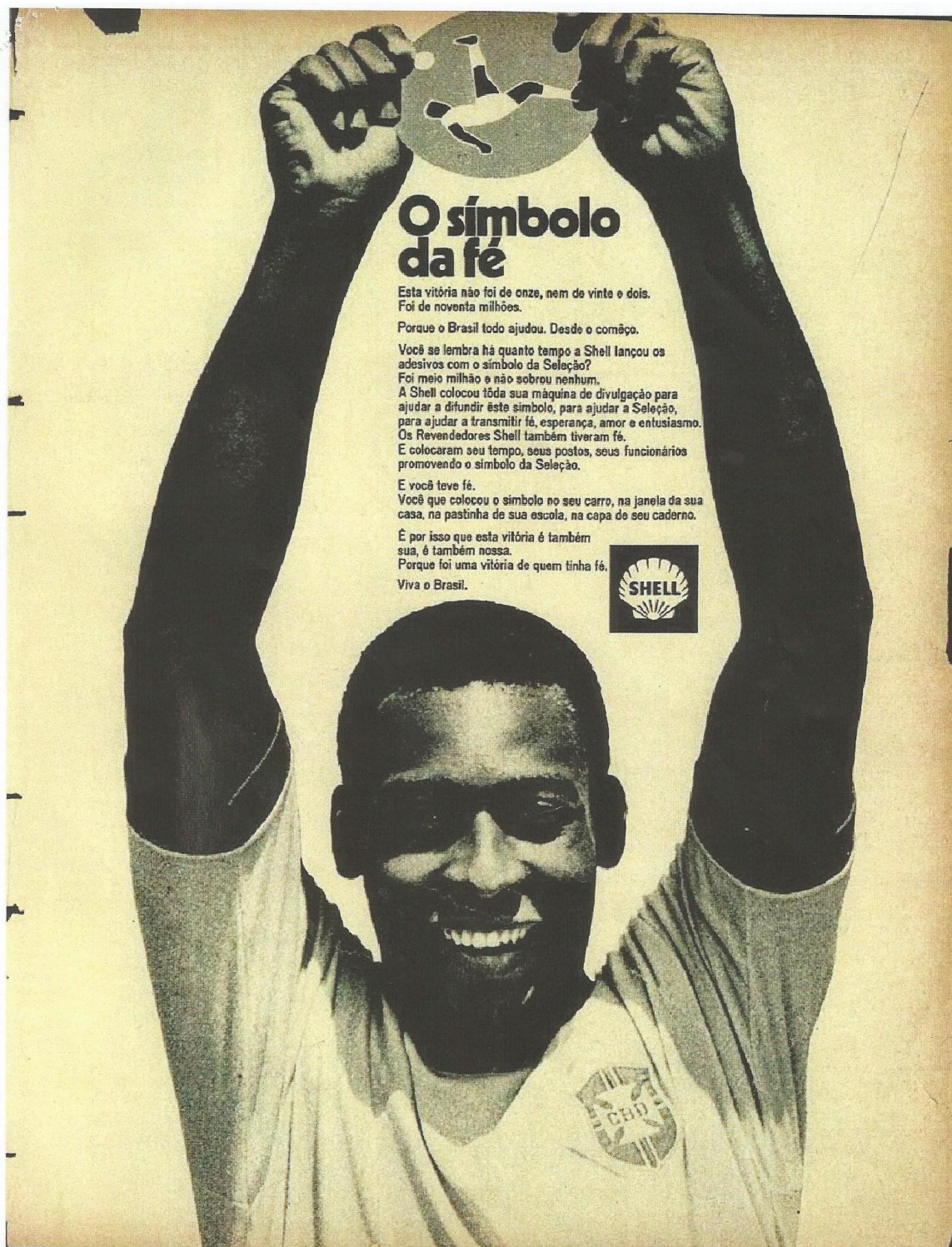
Assim, pode-se notar que os militares, principalmente os ‘linha-dura’, não eram orientados pelo bem geral da nação como ficou cunhado no pensamento de parte da população brasileira e que é relatado nesta pesquisa por muitos estudantes da UnB. Ressalte-se que no caso brasileiro, tanto a guerrilha urbana quanto a rural nunca se confrontou com um governo eleito legitimamente a fim de dar um golpe. Ou, ainda, que estes grupos tenham se unido em período de liberdades civis. A luta armada ocorreu quando o Brasil se encontrava sob forte repressão e cerceamento das liberdades.

No Brasil, a violência e a tortura, em especial, para combater a oposição sempre estiveram no cerne de sua política. Durante a ditadura de Getúlio Vargas, a repressão com métodos de tortura, cassações e exílios foi amplamente utilizada. No entanto, foi na ditadura 1964-1985, que os generais que se alternaram no poder por 21 anos inovaram em um aspecto sombrio – utilizaram as Forças Armadas diretamente nas atividades de repressão. Durante este período as Forças Armadas mantiveram, incólumes, o monopólio da coerção social e da política brasileira.

As consequências desta cultura da violência e dos anos de repressão e de censura talharam as novas gerações. Na próxima parte desta dissertação, a conclusão,

³⁶ Inquérito Policial Militar (IPM)

serão detalhados como estes fatores sintetizaram a memória coletiva dos estudantes de graduação da Universidade de Brasília.



O símbolo da fé

Esta vitória não foi de onze, nem de vinte e dois.
Foi de noventa milhões.

Porque o Brasil todo ajudou. Desde o começo.

Você se lembra há quanto tempo a Shell lançou os adesivos com o símbolo da Seleção?
Foi meio milhão e não sobrou nenhum.

A Shell colocou toda sua máquina de divulgação para ajudar a difundir este símbolo, para ajudar a Seleção, para ajudar a transmitir fé, esperança, amor e entusiasmo. Os Revendedores Shell também tiveram fé.

E colocaram seu tempo, seus postos, seus funcionários promovendo o símbolo da Seleção.

E você teve fé.

Você que colocou o símbolo no seu carro, na janela da sua casa, na pastinha de sua escola, na capa de seu caderno.

É por isso que esta vitória é também sua, é também nossa.

Porque foi uma vitória de quem tinha fé.

Viva o Brasil.




Figura 04

CONCLUSÃO

Nesta dissertação foi estabelecido um diálogo entre a memória – que é o objeto de pesquisa deste trabalho – e sua importância diante do momento histórico em que o Brasil vive atualmente, no qual há um esforço quanto à reconstrução dos acontecimentos ainda encobertos pela ditadura militar imposta de 1964 a 1985. A Comissão Nacional da Verdade e as diversas comissões estaduais da verdade difundidas pelo país, bem como a Comissão da Verdade da Universidade de Brasília têm retomado esse período com intuito de que muitos eventos desse período possam ser esclarecidos e algumas distorções e manipulações ocorridas desde a última ditadura brasileira sejam finalmente discutidas e analisadas.

A fim de melhor compreender relação entre memória e o que se vive hoje no país, além das definições e o entendimento do que é memória, é interessante relembrar acontecimentos marcantes do século XX. Neste século de grandes avanços tecno-científicos, ocorreram também eventos traumáticos como as duas Guerras Mundiais e, pouco tempo depois, as ditaduras militares da América Latina (meramente para tratar dos temas relativos a esta investigação). Tanto as guerras como as ditaduras apresentam como traços característicos atos brutais de violência como os campos de concentração nazista, no primeiro caso e ações de violência e tortura em estádios, delegacias e prisões no segundo, apenas para citar os fatos mais expoentes. Por meio destes foi possível observar a violação dos direitos básicos do homem e o uso do Estado como agente de terror.

É no século XX que pela primeira vez um Estado decidiu, por meio de aparato técnico, eliminar grupos humanos em nome da homogeneidade de opinião escancarando a recusa da diversidade e da pluralidade de pontos de vista e costumes – dimensões vitais da condição humana. Nessa busca obstinada da eliminação brutal de determinados grupos humanos contrários ao pensamento dos que estavam no poder, aqueles que se encontravam no comando político buscaram não só a eliminação jurídica, moral e física da pessoa, mas também dos seus rastros. Exílios, torturas, censuras e desaparecimentos são as faces desta cruel e sistemática eliminação. A ação pioneira do século XX se apresenta em organizar o crime de

modo que não restassem testemunhos, indícios das injúrias praticadas contra os homens e mulheres em um completo desrespeito aos direitos humanos.

Em particular, é essencial ressaltar que sob o cenário do uso do aparato governamental e com técnicas cada vez mais avançadas para esta eliminação do pensamento contrário e seus representantes, com vistas a negar os crimes cometidos pelo Estado, estão situadas as ditaduras militares latino-americanas da segunda metade do século XX. No Cone Sul, (onde estão situados Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai), foram milhares de mortos, desaparecidos, torturados, perseguidos, sequestrados, banidos e exilados, sendo suficiente para isso que a pessoa fosse rotulada como comunista, subversiva, guerrilheiro ou terrorista. Não importa o rótulo. Bastava ser contrário ao regime dos generais para sofrer as duras consequências impostas pelo Estado.

Após tantas discussões e diversos documentários, matérias jornalísticas, filmes e outros produtos jornalísticos e artísticos que tratam do tema totalitarismo, ditaduras latino-americanas e suas consequências para a sociedade, parece claro que estes regimes são abomináveis, acima de tudo por seus métodos de eliminação da vida humana.

No entanto, um grupo de estudantes da Universidade de Brasília considera que a ditadura brasileira imposta pelos militares em abril de 1964 foi “Um mal necessário”. Apenas com esta frase os estudantes do curso de História E. L. e E.F. resumiram suas memórias sobre o período ditatorial investigado nesta pesquisa. Com esta memória, os estudantes levam a crer que a geração que nasceu após a queda o regime militar brasileiro 1964-1985, ou seja, já na democracia, acreditam que a intervenção militar no país, a partir de 1964 foi algo essencial, ou como dizem os estudantes: necessária. Mas, o que é evento necessário? Segundo o dicionário Houaiss da língua portuguesa algo necessário é:

“1. Absolutamente preciso; que ser, essencial, indispensável. 2. Que não se pode evitar; imprescindível, inevitável, forçoso. 3. Que deve ser cumprido; requerido. 4. Obrigatório, do ponto de vista moral. 5.(Fil) em lógica, diz-se do que não pode deixar de se seguir a uma hipótese, condição ou proposição.(...)” (HOUAISS, 2001, p.2002)

Assim, volta-se a questionar se era realmente essencial, indispensável, absolutamente preciso, requerido, imprescindível e inevitável que os militares tomassem o poder. Não era. Ocorre que a memória de uma ideologia que pregava a ‘ameaça comunista’ permaneceu e foi repassada por gerações. Após quase 50 anos do golpe tem-se a repetição do insidioso discurso que os militares utilizaram, a fim de tomar o poder, gravado na memória coletiva e reproduzido por diversos estudantes dos cursos de graduação da UnB.

A fim de compreender melhor o que os estudantes de graduação da UnB tinham registrado em sua memória sobre a ditadura brasileira 1964-1985 foi aplicado um questionário. De acordo com este, as perguntas nº09 a nº14 puderam mapear a Memória Coletiva sobre o período ditatorial brasileira (1964-1985) dos estudantes de graduação da UnB. As questões número 09, 10, 11 e 12 eram abertas e os alunos tinham múltiplas escolhas. Todas continham a explicação: marque quantas respostas quiser e ainda um espaço para os alunos se expressarem no espaço escrito “outros”. Muitos utilizaram este espaço e deste foram retiradas muitas observações interessantes as quais acabaram sendo utilizadas como exemplos no texto principal da dissertação. As duas últimas questões (números 13 e 14) eram abertas e os alunos poderiam respondê-las livremente, conforme suas convicções. Com a pergunta nº 13 “Quais os principais eventos que você conhece (ou ouviu falar) sobre este período?” foi possível verificar o quanto o aluno conhecia sobre o tema pesquisado. Já a pergunta nº 14 “Em resumo, o que você pensa sobre o governo militar (1964-1985)?” demonstrava o que realmente o aluno pensava sobre o período.

Estas duas questões foram reveladoras, pois através da combinação com as respostas fechadas pode-se notar o desconhecimento dos temas perguntados. Outra observação interessante na combinação destas respostas é que geralmente, nas assertivas fechadas, os alunos optavam pelas respostas mais diplomáticas, enquanto nas respostas abertas os estudantes demonstravam ter um pensamento mais conservador. Também nas respostas abertas comumente notam-se que os estudantes são ainda muito crentes no discurso impetrado pelos militares que deram o golpe e nas justificativas para suas ações a fim de se manterem no poder. Principalmente nas respostas finais é possível ver a repetição do discurso oficial da época por meio dos estudantes de graduação da UnB.

A questão fechada nº09 “O que você pensa sobre o governo militar brasileiro (1964-1985).” Continha três respostas fornecidas pelo questionário: a) Foi violento e houve muita violação aos Direitos Humanos; b) Foi importante para evitar a implantação do comunismo no Brasil e c) Foi importante para o desenvolvimento do Brasil e para conter a corrupção. A primeira resposta era a mais ‘politicamente correta’ foi a mais assinalada pelos estudantes. Contudo, chama a atenção que também houve várias marcações no item “c” demonstrando como os estudantes ainda acreditam no discurso disseminado pelos militares que eles deveriam tomar o poder a fim de ordenar o Brasil, eliminar a corrupção e elevar o país ao patamar de potência mundial.

Já a questão nº10 (também fechada) é a mais polêmica visto que esta trata diretamente da questão dos direitos humanos em confronto com a ditadura brasileira 1964-1985: “O que você pensa sobre as torturas, desaparecimentos e prisões ocorridas no período do governo militar brasileiro (1964-1985)?” Também esta pergunta fornecia três respostas (e o campo ‘outros’) para que os alunos respondessem. Os itens dados eram: a) Era uma guerra contra a guerrilha de oposição, portanto, ações necessárias; b) Foram fruto do autoritarismo do Estado, portanto, constituem abusos aos Direitos Humanos e c) Não foram tão violentas como difundido por alguns meios de comunicação. Aqui a resposta mais neutra era o item “b” que também foi o mais assinalado pelos estudantes. Todavia, muitos alunos marcaram as respostas “a” e “c”. Porém, tanto na questão 09 quanto na questão 10, o fato das respostas mais neutras terem sido as mais assinaladas não significa que os alunos fossem menos alinhados ao discurso militar da época. Ao fim do questionário como um todo, unindo as respostas fechadas e abertas conclui-se que o pensamento geral dos estudantes não se mostrou tão aberto. O que ficou evidente foi que a maioria dos estudantes entrevistados é conservadora.

A pergunta nº 11 foi muito importante. Nesta, era perguntado ao aluno: “Como obteve as informações sobre o período do governo militar (1964-1985)?” Era indicado que o estudante poderia marcar mais de um item com a finalidade de esclarecer sua resposta. Ao aluno eram oferecidos quatro blocos de respostas, inclusive o item ‘outros’. Neste, alguns poucos estudantes marcaram ‘internet’, que não havia na resposta dada. Isto demonstra que a internet é atualmente uma

importante e acessível fonte de informação. Assim, os alunos poderiam marcar os seguintes itens:

- a-Familiares: Pais parentes amigos
- b- Escola: Livros Didáticos Palestras Seminários
- c- Imprensa: Jornais Revistas TVs Rádio
- d- Outras mídias: Cinema Novelas Minisséries

Os itens mais escolhidos pelos estudantes foram cinema e pais, com 175 e 174 marcações, respectivamente. Desta forma pode-se notar que a Memória Coletiva realmente é passada por gerações e porque tantos alunos ainda creem no discurso dos militares.

Outro ponto de destaque da questão nº 11 é que muitos alunos assinalaram ter acessado quase todas as possibilidades de obtenção de informações sobre este tema pesquisado. No entanto, quando confrontados com a pergunta nº 13 “Quais os principais eventos que você conhece (ou ouviu falar) sobre este período?” fica patente a falta de conhecimento sobre o período ditatorial brasileiro implantado a partir de abril de 1964. A falta de conhecimento também refletiu na resposta 14 “Em resumo, o que você pensa sobre o governo militar (1964-1985)?”, pois a maioria das respostas mostrava alinhamento com um pensamento unilateral.

Quanto à pergunta nº12 “Para você, aqueles que se opuseram ao governo militar (1964-1985) eram?”, os estudantes tinham as seguintes opções: a) Guerrilheiros; b) Idealistas; c) Terroristas; d) Jovens engajados politicamente; e) Jovens irresponsáveis; f) Heróis e g) Outros. A resposta mais assinalada foi “b” (idealistas). Contudo, o número alto de respostas que consideravam os oponentes do regime como “c” (terroristas) foi substancial. Mais uma vez a combinação de respostas entre a questão nº 11, que buscava saber onde os alunos buscaram informações demonstraram falta de conhecimento múltiplo e maior crença no pensamento dos pais. Os jovens que lutaram contra o regime eram engajados, idealistas e sim muitos se voltaram para guerrilha armada. Mas, terrorismo é uma outra dimensão, que os grupos armados não tinham nem mesmo estrutura física e financeira para tal, como ficou claro no capítulo anterior.

Ao averiguar mais detidamente as falas de outros estudantes que usaram o substantivo “necessário” para tratar da questão da ditadura traça-se com mais precisão o caminho que leva estes estudantes a acreditar que a ditadura e, mais precisamente, os militares no poder eram preponderantes para a manutenção de um Brasil viável nos anos 60 do século passado. A estudante de Direito L., resume bem este pensamento ao tratar de sua memória sobre a ditadura brasileira 1964-1985 quando informa que esta “Foi importante para evitar a implantação do comunismo. Conteve os jovens/estudantes idealistas que buscavam um governo esquerdista. As ações violentas foram necessárias no sentido de manter o sistema vigente, portanto, necessário [sic]. Os abusos que houveram podem ser considerados violação dos direitos humanos quando visto pelo lado do desaparecimento dos corpos.” A partir desta fala nota-se que além da importância dada a uma possível tomada de poder por pessoas que acreditavam no regime socialista, a aluna corrobora com a arcaica visão do militar dos anos 60, do século passado, que via o estudante como alguém perigoso. Tanto é assim que nesta pesquisa 23 alunos de graduação assinalaram o termo “terroristas” para definir o jovem estudante da década de 60 que era contra o regime ditatorial. Novamente observa-se que o pensamento canhestro do regime militar é a herança da memória coletiva de hoje.

E passados 49 anos do golpe vemos que esta herança é muito forte. Muitos ainda acreditam no potencial dos militares como ‘salvadores da Pátria’ sem questionar se o Brasil corria realmente o risco de se tornar uma República Socialista, haja vista que o presidente deposto era um latifundiário. “Essa utopia autoritária estava claramente fundada na idéia de que os militares eram, naquele momento, superiores aos civis em questões como patriotismo, conhecimento da realidade brasileira e retidão moral.” (D’ARAÚJO, SOARES e CASTRO, 1994, p.09). Ao que tudo indica este pensamento é a crença repassada pela memória coletiva e recebida por estes estudantes da graduação que julgam ter sido ‘necessário’ o militarismo exacerbado e o golpe de Estado em 1964.

Segundo a estudante R., do curso de Direito, o regime militar brasileiro de 1964-1985 “Foi necessário para evitar a crise econômica.” Esta é uma das características mais presentes na memória dos estudantes de graduação da Universidade de Brasília o apoio ao pensamento militar e a relativização dos

métodos de opressão como a tortura, a fim de se manter a ordem e o crescimento econômico.

A necessidade de um golpe militar, pelo menos a princípio é bastante difundida entre os estudantes dos cursos de graduação da UnB. Além disso, entre aqueles que julgam ser o militarismo ‘necessário’ para o Brasil da época, a inevitabilidade do golpe é vista pela maioria como algo comum e que trouxe benefícios de diversas matizes. Mesmo que existam algumas críticas superficiais às violações dos direitos humanos a cumplicidade com os argumentos do regime é gritante, como bem ilustra a fala do estudante N., do curso de Química: “Foi necessário pelo fato de gerar o progresso do Brasil em inúmeros aspectos. Período de maior desenvolvimento do país apesar de discordar das torturas.” O discurso do desenvolvimento econômico é uma das bases mais exploradas – e repassadas às novas gerações – pelos defensores do regime militar para legitimá-lo, como visto no capítulo anterior.

Entretanto, existe uma questão muito grave que é negação da extrema violência de Estado realizada pelos militares e defensores da última ditadura militar. A questão da brutalidade estatal em relação aos indivíduos e a manipulação da verdade nas questões políticas é um dos temas abordados pela filósofa alemã Hannah Arendt. Em sua análise, Arendt ressalta que na época moderna acredita-se que a verdade é produzida pela mente humana e não dada ou revelada. A filósofa lembra que a humanidade tem produzido verdades matemáticas, científicas, filosóficas (as quais a filósofa classifica como racionais) e factuais – a qual ela se deterá.

Na interpretação de Arendt entre política e verdade factual esta verdade está diretamente ligada a fatos e eventos. E diz: “(...) visto que fatos e eventos – o resultado invariável de homens que vivem e agem conjuntamente – constituem a verdadeira textura do domínio político, é evidentemente com a verdade factual que nos preocupamos aqui.” (ARENDR, 2011, p.287). Hannah Arendt observa ainda a questão da verdade e da dominação:

“A dominação (para falar a linguagem de Hobbes) quando ataca a verdade racional, como que exorbita seu domínio, ao passo que combate seu próprio terreno ao falsificar ou negar fatos mentirosamente. As possibilidades de que a verdade factual

sobreviva ao assédio do poder são de fato por demais escassas; aquela está sempre sobre o perigo de ser arditosamente eliminada do mundo, não por um período apenas, mas potencialmente para sempre” (ARENDR, 2011, p.287)

No tocante a fatos e eventos Arendt afirma que estes são entidades infinitamente mais frágeis que descobertas, teorias e axiomas. Assim sendo, estes, quando perdidos, podem nunca serem retomados. A estas afirmações Hannah Arendt entra no campo do conflito entre verdade e política e ressalta que o oposto à verdade factual é a opinião, a qual pode ser manipulada e, em geral o é, pelo poder.

Mais adiante, Hannah Arendt expõe suas preocupações não com as mentiras em relação aos segredos de Estado, e sim com os fatos conhecidos publicamente e afirma: “(...) o mesmo público que conhece pode, com êxito e, amiúde, espontaneamente, transformar em tabu sua discussão pública, tratando-os como se fossem aquilo que não são – isto é, segredos” (ARENDR, 2011, p.293). Neste trecho encontramos na preocupação de Arendt a essência que pode responder à pergunta que mais pesou nas respostas dos questionários aplicados neste trabalho: a última ditadura militar brasileira foi um mal necessário? A chave para dar início a esta intrincada resposta está em checar como as mentiras e manipulações da verdade foram passadas por meio da memória coletiva às novas gerações e qual a memória da ditadura militar de 1964-1985 os estudantes de graduação da UnB mantêm atualmente.

Como faz refletir Arendt, por meio de seus pensamentos, percebe-se quão importante é esclarecer os fatos e avaliá-los a fim de que não sejam deturpados, mantidos em segredo ou até mesmo negados. Outro ponto importante de reflexão que nos traz a filósofa alemã é a busca pelos acontecimentos do passado com vistas a colocá-los à público. Assim, observa-se quão importante se torna a questão da memória e em especial da Memória Coletiva.

Para melhor compreender o fenômeno da memória, é interessante continuar a entender o que Arendt afirma sobre o fenômeno da mentira e manipulação dos fatos.

Conforme explicita a filósofa, estas atuações (de manipulação) são mais comuns em países dominados tiranicamente por governos ideológicos. E diz, “Mesmo na Alemanha de Hitler ou na Rússia de Stálin, era mais perigoso falar de campos de concentração e extermínio, cuja existência não era nenhum segredo, que emitir concepções ‘heréticas’ acerca do anti-semitismo, racismo e Comunismo.” (ARENDDT, 2011, p.287). Ao fazer o paralelo com a ditadura brasileira de 1964-1985 pode-se notar que esta distorção dos fatos é uma estratégia comum em governos totalitários ou ditatoriais. As torturas e perseguições aconteceram em toda América do Sul, mas ainda é negada pelos militares brasileiros e parte da população, como já foi discutido nesta dissertação.

Quanto à mentira (ou seja, negação da verdade) Hannah Arendt alerta que todas estas manifestações trazem o germe da violência independente da consciência de seus autores. “A mentira organizada tende sempre a destruir aquilo que decidiu negar, embora somente os governos totalitários tenham adotado conscientemente a mentira como o primeiro passo para o assassinato.” (ARENDDT, 2011, p.312). E esta manipulação dos fatos ou a ideia dominante do Estado durante a ditadura brasileira de 1964 a 1985, ou seja, a tomada de poder pelos militares com a premissa de se evitar a implantação do comunismo é um dos pontos que, segundo a pesquisa demonstra, criou raízes na mentalidade brasileira. Tanto é assim que muitos dos estudantes que responderam ao questionário desta pesquisa consideram que a ditadura brasileira implantada em março de 1964 “Foi um mal necessário” ou até mesmo “Foi necessária” por um período.

Para alguns alunos os abusos aos direitos humanos cometidos durante a ditadura militar também foram “necessários” como diz o aluno de História, V., o qual, na questão 10 do questionário, que trata especificamente da violência do regime ditatorial, afirmou que estas foram necessárias. Em seu resumo sobre o que pensa sobre a época analisada nesta pesquisa o aluno afirmou que foi “Algo necessário para a época”. O mesmo pensamento de banalização da violência foi acompanhado pela aluna de Enfermagem W., que afirmou que a ditadura 1964-1985 foi “violenta, mas essencial”. O estudante, J., que cursa Nutrição, afirmou na questão 09 que o período “Foi violento em excesso, porém necessário”. O mesmo aluno

reforçou em seu resumo a importância da ditadura com a seguinte conclusão: “Período complicado, cheio de excessos e autoritarismos desnecessários, porém esta fase militar foi necessária.”

Infligir o mal, a dor e o desespero a outrem não é uma necessidade, não é um imperativo, em tempo algum, como pensam alguns estudantes sobre o regime de exceção imposto em 1964. A tortura como meio de manter o poder é uma deturpação. Tanto que o governo dos militares de 1964-1985 se apoiou em escusas, como a salvação do Estado a fim de criar esta ‘necessidade’ de uma violência brutal contra os que se postavam contra o regime. Não havia urgência em torturar, matar e desaparecer com corpos. Esta “necessidade” citada pelos alunos, é importante ressaltar, foi criada artificialmente pelos militares, ou grupo de militares que desejavam se manter no poder, sustentados pela paranóia da época de um suposto avanço comunista. Contudo, de acordo com as respostas encontradas por meio do questionário aplicado nesta pesquisa, entre os estudantes de graduação o discurso militar da ‘necessidade da violência’ a fim de combater um mal maior foi abraçado por muitos.

No entanto, basta lembrar que em uma democracia existem vários canais de comunicação entre governo e o povo. A ditadura fechou todos os possíveis canais de conversação com os cidadãos e as liberdades civis foram aos poucos sendo cortadas até a sua quase total eliminação com a decretação do AI-05. O que realmente era necessário ou primordial, ou essencial ou qualquer sinônimo que o valha era manter livre o voto, os canais de comunicação com a sociedade, a liberdade de imprensa e o Congresso ativo de fato.

Alguns alunos, como os do curso de Direito demonstram não se importar com as questões de direitos humanos. Estes estão ainda mais alinhados com o pensamento militar. Tais estudantes entendem apenas, por razões diversas, que o regime de exceção foi “necessário”. O aluno J. diz que o regime dos generais foi “Uma atitude inicialmente necessária (o golpe) marcado pelo exagero do lado do governo e dos guerrilheiros, uma política econômica que provou ser desastrosa e um período visto de forma um tanto quanto romantizada pela mídia.” Seu colega de curso, C., acredita que este foi um “Período necessário, porém extrapolado

temporalmente.” Além destes dois alunos há os que minimizam a questão dos direitos humanos. A aluna de engenharia D. mostra que um possível crescimento econômico é mais importante que a questão humana, daí a necessidade ou urgência em se ter um governo comandado pelos generais. Para a aluna o regime imposto a partir de 1964 foi um período de “Restrições à liberdade política, porém ocorreu o crescimento econômico. Período necessário dentro da história sul-americana por ter sido notada a influencia dos EUA, em um contexto da Guerra Fria.”

Para o graduando em História J., “Houve violação dos direitos humanos, com certeza, no entanto, muitos que eram contra o eram por ser, mas não tinham uma proposta para a crise. Daí porque, fora a forma, foi um sistema mais ou menos necessário.” No capítulo anterior foi discutida a questão dos jovens estudantes e outras pessoas que passaram a atuar na guerrilha armada. O retorno à democracia ou a implantação do regime socialista eram propostas. Se eles estavam certos ou errados quanto à última proposição é outra discussão. O fato é que todos que lutaram contra o regime queriam mais liberdades e o fim do terror de Estado.

Em alguns episódios da história tanto nos campos de concentração dos regimes totalitários quanto nas ditaduras latino-americanas os povos foram obrigados a ver a ‘necessidade do mal’ servindo de álibi enganoso aos mais inomináveis e cruéis crimes de Estado. Não há imperativo na utilização do mal (nesta pesquisa consubstanciada na violência, tortura e demais violações dos direitos humanos provocados pelo regime ditatorial 1964-1985). “Não pode haver necessidade que torne legal o que é injusto” (Kant, 1986 *apud* Terestchenko, 2011 p.89). A falácia do argumento do ‘mal necessário’ é que aqueles que aplicam esta tese induzem a pensar (ou são induzidos a tal) que foi escolhido, de certa forma, um bem já que foi pensando como um benefício para a maioria – neste caso o combate à suposta supremacia comuno-socialista. E “É contra isso que é preciso antes de mais nada se proteger e lutar.” (TERESTCHENKO, 2011, p.77). No entanto, mesmo que o uso da tortura fosse um mal menor, que fizesse bem ao resguardar a maioria, continuaria sendo sempre um mal, uma brecha para futuros líderes mal intencionados. “No final, é a sociedade que garante nossa ‘confiança no mundo’; pelo menos, este é o único terreno onde podemos trabalhar em comum para afastar o

mal, do qual a tortura é uma das piores expressões humanas.” (TERESTCHENKO, 2011, p.77). Em suma, nenhuma sociedade pode ser condescendente com tamanha violência a fim que esta não retorne de tempos em tempos, ou pior, que seja sempre uma alternativa viável para qualquer governante ou grupo dominante que se apegue ao poder.

Deve-se destacar que esta é a essência da tortura, ou seja, um mal praticado contra o indivíduo que, mesmo a longo prazo, poderá fazer ruir inclusive o Estado que aplicou esta medida extrema e a sociedade, a qual ficará sempre marcada por traumas, hipocrisias, condescendência com a violência, etc. Enfim, marcas sociais que devem ser veementemente evitadas no futuro por meio da consciência que não há um mal necessário. Não existe a primazia da utilização de meios cruéis principalmente em se tratando de torturas e outras violações dos direitos humanos, para atingir o benefício de uma sociedade.

Convém salientar que o dever do Estado é proteger todos os seus cidadãos. Como a tortura poder atingir a qualquer um indistintamente, a confiança dos cidadãos no Estado acaba por ser rompida. No mais, um Estado que tortura resulta em proporcionar um efeito desagregador, que é uma das consequências da tortura na sociedade.

Esta desagregação acontece visto que a justiça civil fica atada, os juízes por medo ou comprometimento não julgam os agentes perpetradores da tortura, nem os altos hierarcas do governo que dão as ordens para a prática da tortura. Os médicos que também participam dos processos de tortura negam o juramento de salvar vidas e não causar o mal. O governo se situa na nebulosa zona entre a mentira e a hipocrisia ao negar as práticas de tortura (2011) e por fim, a opinião pública se cala – por indiferença, alienação ou conivência com a ideologia do Estado que utiliza métodos de tortura para obter o que deseja. De forma passiva esta sociedade acaba sendo cúmplice destas atrocidades. Finalmente, obtêm-se um cenário como o Brasil de hoje, onde há a negação dos abusos aos direitos humanos e a memória repassada aos jovens é aquela dos militares que eliminaram a democracia e causaram 21 anos de horror no país. Em resumo,

“Nenhuma prática de Estado produz um efeito tão poderosamente destruidor de nossos princípios e de nossas instituições quanto a tortura, da idéia, em suma, de que temos de um mundo que constitui uma ‘morada conveniente ao homem’. Por isso, ela nunca pode ser autorizada, nem mesmo justificada.” (TERESTCHENKO, 2011, p.146)

Além disso, os ocupantes do poder, em geral, usam como legitimação dos atos violentos e torturas a falsa afirmação de proteção da sociedade. Contudo,

“É falsa a suposição segundo a qual a tortura é praticada em defesa da sociedade. Ela é instrumento do Estado, não da lei. Pertence ao episódio fugaz do poder dos governantes e da noção que eles têm do mundo, e sobretudo de seus povos. Oficiais-generais, ministros e presidentes recorrem à tortura como medida de defesa do Estado enquanto podem se confundir com ele. Valem-se dela, em determinados momentos, contra determinadas ameaças, para atingir objetivos específicos.” (GASPARI, 2002, p.25)

Desta maneira, os que acreditam que o uso da violência e das diversas formas de tortura foi um mal necessário cometem um grave engano. Como já foi dito a tortura destroça não apenas o corpo e alma do torturado, mas também toda a percepção da sociedade. Acreditar que há um mal necessário, ou seja, algum benefício na tortura, seja em tempos de paz ou de ditaduras, é um erro. Inclusive há de se refletir como esta banalização da violência, principalmente a licença para torturar dos anos 1964 a 1985, chegou impune na memória coletiva da nova geração e como a aceitação do discurso dos militares por graduandos de uma universidade que foi concebida para ser um novo locus de ensino e de desenvolvimento do pensamento humano continua tendo larga aceitação e sendo disseminada.

Segundo o estudante de Ciências da Computação, R., o período ditatorial foi “Ruim, porém necessário” e para seu colega de curso, P., a ditadura 1964-1985 “Foi necessária para conter o avanço do comunismo no Brasil (...)”. Este aluno, cita ainda que foram utilizados ‘atos violentos’, mas não tece maiores comentários sobre como esta violência se deu. O aluno também não destaca os eventos violentos cometidos no período averiguado e ainda não faz considerações sobre a brutalidade cometida ter sido excessiva ou desnecessária.

Com mais estas falas exemplares do grupo de alunos que considera o regime de 1964 “um mal necessário” ou “necessário”, nota-se que, mesmo uma geração após a tomada do poder pelos militares, o pensamento destes estudantes coaduna com o dos generais e demais militares que participaram do golpe como o general Leônidas Pires Gonçalves. O general que afirma que a principal causa do golpe de 64 – que ele denomina ‘Revolução’ – foi a investida contra a ideologia marxista “Indubitavelmente, foi a república sindicalista que estava se implantando neste país e a desordem subsequente. (...) estavam quebrando todas as regras que se podia ter, inclusive nas Forças Armadas (...)” (D’ARAUJO, SOARES e CASTRO, 1994, p.126) que levou os militares a tomarem o poder. Aqui observa-se o pensamento antigo e o novo bem agregado. Esta é uma das facetas da memória coletiva, que segundo o sociólogo Maurice Halbwachs, traz este componente da oralidade (1989), ou seja, mais velhos passam para os mais novos sua visão de um determinado período.

Esta manutenção do pensamento de pessoas mais antigas com a de pessoas mais jovens é compreensível. Apesar das diversas mudanças na vida cotidiana, principalmente durante o último século, os pais em geral vão ao trabalho e deixam os filhos com os avós, os quais passam aos netos sua visão sobre os fatos que aconteceram à sua volta. É nesta ligação que se dá a troca de informações. Claro que depois os mais jovens podem tomar contato com outras informações, mas a primeira formação de ideias é feita no grupo familiar ou o mais próximo (como clubes, escola, igrejas, etc). Halbwachs (1989) explica que este fenômeno era maior no campo, onde os pais saíam para trabalhar nas lavouras e os mais velhos tomavam conta das crianças e passavam suas experiências por meio da oralidade.

Contudo, ao trazer esta realidade para o Brasil de hoje, podemos notar que ainda existe esta condição de netos em maior contato com os avós. No entanto, não é apenas este contato com os mais velhos que faz adequar o pensamento dos estudantes de graduação ao dos militares, mas também a reprodução das falas dos militares nos meios de comunicação e a falta de interesse em buscar mais informações sobre o assunto e até mesmo o despreparo dos professores para lidar com tema podem amalgamar esta ideia de que a ditadura foi necessária para o Brasil. A própria propaganda da época – como vimos no capítulo anterior – muito provavelmente

contribuiu para que o discurso militarista de “contenção do comunismo” tenha se fixado tão profundamente na sociedade brasileira e chegado até os dias atuais com tamanha força.

Para o aluno de pedagogia Andrei Nunes, o governo militar 1964-1985 foi uma “Tentativa bem sucedida de parar uma onda revolucionária que acontecia em boa parte da América Latina. Esse impedimento foi financiado principalmente pelos Estados Unidos da América.” E ressalta: “O governo militar brasileiro não foi um acontecimento isolado, junto com a ditadura no Brasil houveram [sic] muitos outros governos militares no continente. Essa tomada de poder pelos militares é a prova de como eram fortes os movimentos revolucionários, tanto que precisaram ser combatidos.” Neste caso a linha de pensamento militar – o golpe como necessidade para combater o comunismo – apoiada pelo estudante provavelmente será repassada para futuras gerações caso o estudante siga a carreira de professor.

Deste modo, observa-se que a censura imposta pelos militares, sua propaganda ideológica e sua repetida narrativa da ‘necessidade dos militares para conter o comunismo e colocar ordem no Brasil’ permaneceram arraigadas no pensamento brasileiro. Segundo Paul Ricouer:

“(…) a estrutura patológica a conjuntura ideológica e a encenação midiática juntaram regularmente seus efeitos perversos, ao passo que a passividade desculpatória se conciliava com a artimanha ativa das omissões, das cegueiras, das negligências. A famosa ‘banalização do mal’ não passa nesse sentido, de um efeito-sintoma dessa combinatória ardilosa.” (RICOUER, 2007, p.459)

A Memória Coletiva dos estudantes de graduação da UnB e a fala de muitos sobre a ‘necessidade’ dos militares ocuparem o comando do país demonstraram que a idealização da memória e o esquecimento dirigido, ressaltado pelo filósofo francês Paul Ricouer ocorreu no Brasil, a partir do tipo de anistia implantada no país (como já discutido no capítulo sobre memória). As negações e obscuridades do regime levaram ao esquecimento dirigido de muitos acontecimentos da época. Em parte a anistia – que nas palavras de Ricouer (2007) é um esquecimento dirigido – se

mostrou eficaz quando se analisa as falas de estudantes e se constata que a maioria concorda com o discurso militar.

O que também se depreende da fala dos estudantes é que apesar de considerarem a tomada de poder pelos militares uma “necessidade”, para alguns destes, as violações dos direitos humanos foi o ponto negativo do processo. A fala do estudante de direito G. ilustra bem este pensamento. Para G., o regime militar imposto entre 1964 e 1985 foi “Inicialmente foi necessário, mas cometeu abusos depois.” Na mesma linha de pensamento estão alguns estudantes do curso História como M., o qual considera o período investigado como “Necessário para que fosse mantido o sistema capitalista, porém houve uso exagerado da violência.” A aluna de economia L. ao resumir seu pensamento sobre o regime de 1964-1985 acredita que este “Foi necessário, porém extremista.” O aspecto que a estudante considera extremo é justamente o do uso exagerado da força. Na pergunta 10 do questionário (relativo à violência exercida no período) ela explica no item “outros” que ocorreram “atitudes extremas e desnecessárias contra um dos maiores bens da humanidade, que é qualquer tipo de liberdade.” Com isto observa-se que o exagero da violência exercida pelo governo militar 1964-1985 também está gravado na memória coletiva dos estudantes da UnB. Tal fenômeno pode advir da passagem do tempo cujo cenário político propiciou a estabilização da democracia no Brasil e cuja premência dos que sofreram os abusos do regime em falar sobre a época se tornou imperativa. A partir de então obtiveram maior efervescência os questionamentos sobre o regime dos generais e seus métodos de manutenção do poder.

Do mesmo modo que a aluna de Economia (supracitada), a estudante S. do curso de Administração considera que o regime imposto a partir de 1964 “Até certo ponto foi necessário, mas violou os direitos humanos e o direito básico às liberdades”. O aluno L., de geologia também demonstra que não está totalmente de acordo com este regime apesar de também considerá-lo “necessário”. Para o estudante o governo exercido pelos militares entre 1964 e 1985 foi “Necessário, porém radicalista ao extremo quando comparado a outros regimes implantados no Brasil.” Por fim, o estudante do curso de Ciência Política F., resume que este governo “A princípio foi necessário, mas engendrou para um autoritarismo

desnecessário. Pelo exagero em tempo de governo e violação de direitos fundamentais.”

O que caracteriza os alunos que creem que na ‘necessidade’ do governo comandado por militares (a favor ou não da violência exercida) é a falta de conhecimento da época. Em geral, nos questionários aplicados, estes alunos não se lembraram de acontecimentos da época, indicaram ter muitas informações de diversas fontes (mídia, escola, familiares, etc.), mas o fato é que a maioria não era assertiva ao tratar do tema. E ressalta-se novamente que havia um grande desconhecimento de eventos relacionados aos 21 anos da ditadura brasileira 1964-1985. Assim, é bastante crível que muito do que estes alunos entendem por ser uma necessidade pode ser apenas uma repetição daquilo que escutam de outros, possivelmente de pessoas mais velhas ou que não tiveram contato com os relatos daqueles que sofreram a violência exercida pela ditadura brasileira. Mais uma vez se torna a Paul Ricoeur para salientar que o esquecimento dirigido passa pela falta de vontade dos cidadãos em procurar saber o que realmente aconteceu em épocas importantes de seu país.

“Está em ação aqui uma forma ardilosa de esquecimento, resultante do desapossamento dos atores sociais de seu poder originário de narrarem a si mesmos. Mas esse desapossamento não existe sem uma cumplicidade secreta, que faz do esquecimento um comportamento semipassivo e semi-ativo, como se vê no esquecimento de fuga, expressão da má-fé, e sua estratégia de evitação motivada por uma obscura vontade de não se informar, de não investigar o mal cometido pelo meio que cerca o cidadão, em suma por um querer-não-saber.” (RICOUER, 2007, p.455)

Ainda tratando da questão do ‘mal necessário’ é interessante observar que dois alunos do curso de História deem esta declaração em um tom positivo. Segundo, o estudante A., o último regime ditatorial brasileiro foi “Necessário. [visto que] Tal governo fez o povo se manifestar e lutar pelos seus interesses, diferente da suposta democracia falha atual.” Já para seu colega de curso, M., o período “Foi um mal necessário. O povo conheceu a ditadura e lutou contra ela. É muito improvável que haja retorno da ditadura.” De acordo com este aluno o povo aprendeu com um governo e não deixará que tal fenômeno volte a acontecer. Não é possível afirmar

isto, mas espera-se que o pensamento do aluno de História esteja certo e que realmente não volte a ocorrer ditadura no Brasil ou em quaisquer outros países.

A anistia brasileira, do modo que foi entabulada, não permitiu que acontecesse um amplo debate sobre o regime dificultando a formação de uma Memória Coletiva completa sobre o período. A construção da Memória Coletiva brasileira deste período se deu, então a partir de discursos oficiais, como ficou demonstrado a partir das falas dos estudantes entrevistados. Desta forma, não foi possível formar uma Memória Coletiva mais plural, a qual deve acontecer a partir do discurso de todos os envolvidos no processo. Aqui é interessante salientar que as vítimas da ditadura averiguada nesta dissertação estão obtendo mais algum espaço para relatar como foi aquele período e o que lhes aconteceu como perseguições, torturas e diversas outras violações de seus direitos humanos. Entretanto, o debate mais simétrico ainda é deficiente no Brasil. O conhecimento dos fatos ocorridos sob a repressão e a consolidação de uma memória coletiva mais ampla são fundamentais para dar às novas gerações oportunidade de conhecer os abusos cometidos contra os direitos humanos no Brasil, na perspectiva latino americana.

Deste modo, é imprescindível que os brasileiros saibam o que se passou nos anos da ditadura 1964-1985 para que fatos tão violentos quanto antidemocráticos não sejam ignorados ou tolerados. É desejado ainda que a sociedade brasileira se posicione criticamente a tais questões que não são impossíveis de retornar ao cenário nacional. De forma que foi averiguado o quanto deste período nebuloso é sabido atualmente pela nova geração. Por este motivo, foram escolhidos estudantes da Universidade de Brasília (UnB) para checar quanto os estudantes desta Universidade (palco, inclusive de invasão militar) sabem a respeito deste período.

Assim, a Memória Coletiva evidencia-se como um importante instrumento para que as sociedades latino-americanas, sobretudo a brasileira, sejam esclarecidas quanto aos abusos cometidos pelos militares no período ditatorial contra os cidadãos e que estas estejam mais alertas a fim que tais abusos contra os direitos humanos não tornem a ocorrer.

Por fim, como foi demonstrado no decorrer desta dissertação, a resposta final que resumiu o pensamento do estudante de graduação da UnB sobre os 21 anos do último regime ditatorial do Brasil foi tão pungente que deu título ao trabalho. A

palavra “necessário” foi bastante utilizada para descrever o regime dos generais. E a frase “Foi um mal necessário” – a qual também foi usada com o mesmo intento – sintetizou, afinal, a Memória Coletiva dos estudantes de graduação da Universidade de Brasília sobre a ditadura brasileira de 1964-1985. Talvez seja possível, com os esclarecimentos dos fatos do período averiguado nesta pesquisa, que a Memória Coletiva passe a estar mais próxima do pensamento da estudante de Direito, S., que em seu resumo sobre o que ela pensa sobre o regime militar brasileiro de 1964-1985, disse: “Considero um período de autoritarismo, o qual atrasou a consolidação de uma democracia real no Brasil e impregnou a sociedade de valores prejudiciais como a crença de que a violação de direitos às liberdades individuais pode ser positiva sobre algum aspecto.”

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Secretaria Especial de Direitos Humanos. **Direito à Memória e à Verdade. Dossiê sobre Mortos e Desaparecidos Políticos**. Brasília: Presidência da República, 2009.

BRASIL NUNCA MAIS. Um relatório para a História. 3ªed. Petrópolis: Vozes, 1985.

BRITO, A. “**Justiça Transicional e a Política da Memória**”. In: Revista Anistia Política e Justiça de Transição/Ministério da Justiça. Nº01. Brasília: Ministério da Justiça, 2009.

CÂMARA DA SILVA, Sandro Héverton. **Anistia política: conflito e conciliação no âmbito do Congresso Nacional Brasileiro (1964-1979)**. Rio de Janeiro, UERJ, IFCH, 2007

D'ARAÚJO, MARIA C.; SOARES G.; CASTRO, C. **Visões do Golpe: A Memória Militar sobre 1964**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

_____. **Os Anos de Chumbo**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

_____. **A Volta aos Quartéis: A Memória Militar sobre a Abertura**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2001.

GASPARI, E. **A Ditadura Envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GOFF, J. **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

HOUAISS, A.; VILAR, S. Mauro de. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

HOLANDA, Adriano. **Questões sobre pesquisa qualitativa e pesquisa fenomenológica**. Aná. Psicológica, Lisboa, v. 24, n. 3, jul. 2006. Disponível em <http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0870-82312006000300010&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 06 ago. 2013.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Rio de Janeiro: Vértice, 1990.

MAGALHÃES, L.G. **Futebol em tempos de ditadura civil-militar**. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300850798_ARQUIVO_MagalhaesLiviaANPUH2011.pdf

MELLO, I.L.A. In: MOISÉS, J. A.; ALBUQUERQUE, J. A. G. (Orgs.). **Dilemas da consolidação da democracia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

NORA, P. **Entre Memória e História**. IN: Projeto História: Revista de programa de Estudos de pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo). São Paulo, SP-BRASIL, 1981. Tradução: Yara Aun Jhoury

O'DONNELL, G. **Transições, continuidades e alguns paradoxos**. In: MOISÉS, J. A.; ALBUQUERQUE, J. A. G. (Orgs.). **Dilemas da consolidação da democracia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

_____. SCHMITTER, P.C., **Transitions from authoritarian rule: tentative conclusions about uncertain democracies**. Baltimore: John Hopkins University Press, 1986.

PARRON, T. **Herança dos militares em altos e baixos**. In: Ditadura no Brasil. Aventuras da História – Série Dossiê Brasil. Abril: São Paulo, 2005.

PEREIRA, Anthony W. **Ditadura e Repressão – O autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

PINTO, Simone R. **“Justiça de Transição no Brasil: direito à verdade, à memória, à reparação e à justiça.”** Disponível em: http://www.ceppac.unb.br/images/stories/media/serie/038_pinto_simone_2012.pdf
Acesso em 23 jul 2013.

PIVA, J. **Militares criticam Comissão da Verdade em ato comemorativo ao golpe militar**. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/pais/militares-criticam-comissao-da-verdade-em-ato-comemorativo-ao-golpe-militar-7974681>

POLITI, M. **Resistência atrás das grades**. São Paulo: Plena Editorial, 2009.

POLLACK, Michael. **Memória e identidade Social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.5, nº10.

RICOUER, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

SANDRONI, P. **Novíssimo Dicionário de Economia**. São Paulo: Editora Best Seller, 1999.

SIRKIS, A. **Os Carbonários**. Rio de Janeiro: BestBolso, 2008.

SKIDMORE, T. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. 6.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

STEPAN, A. **Rethinking military politics: Brazil and the Southern Cone**. New Jersey: Princeton University Press, 1988.

TERESTCHENKO, M. **O bom uso da Tortura**. São Paulo: Edições Loyola Jesuítas, 2011.

VARASCHIN, M. **Mudança estratégica em uma Organização do setor público agrícola do estado de Santa Catarina**. Disponível em: <<http://www.eps.ufsc.br/disserta98/marcia/cap3.htm>>. Acesso em: 23 mar 2012.

VEJA. São Paulo: Editora Abril, nº 95, jul.1970.

ZYL, Paul V. **“Promovendo a Justiça Transicional”**. In: Revista Anistia Política e Justiça de Transição/Ministério da Justiça. Nº01. Brasília: Ministério da Justiça, 2009.

ANEXO I

Questionário O Governo Militar Brasileiro (1964-1985)

- 1 – Nome: _____
2 – Curso de graduação: _____ semestre: _____
3 – Qual sua idade? _____
4 – Onde você mora? _____
5 – Onde você nasceu? _____
6 – Onde você cursou o ensino médio? _____
7 – Sexo F M
8 – Religião _____

9 – O que você pensa sobre o governo militar brasileiro (1964-1985). Obs: Marque quantas alternativas você quiser.

- Foi violento e houve muita violação aos Direitos Humanos.
 Foi importante para evitar a implantação do comunismo no Brasil.
 Foi importante para o desenvolvimento do Brasil e para conter a corrupção.
 Outros _____

10 – O que você pensa sobre as torturas, desaparecimentos e prisões ocorridas no período do governo militar brasileiro (1964-1985)?

- Era uma guerra contra a guerrilha de oposição, portanto, ações necessárias.
 Foram fruto do autoritarismo do Estado, portanto, constituem abusos aos Direitos Humanos.
 Não foram tão violentas como difundido por alguns meios de comunicação.
 Outros _____

11 – Como obteve as informações sobre o período do governo militar (1964-1985)?
Marque mais de uma resposta se achar necessário.

a-Familiares: Pais parentes amigos

b- Escola: Livros Didáticos Palestras Seminários

c- Imprensa: Jornais Revistas TVs Rádio

d- Outras mídias: Cinema Novelas Minisséries

12 – Para você, aqueles que se opuseram ao governo militar (1964-1985) eram?

Guerrilheiros Idealistas Terroristas

Jovens engajados politicamente Jovens irresponsáveis

Heróis Outros:

13 – Quais os principais eventos que você conhece (ou ouviu falar) sobre este período?

14 – Em resumo, o que você pensa sobre o governo militar (1964-1985)?

ANEXO II

ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS GERAL – TODAS AS ÁREAS

Nº de questionários: 267									
SEXO: Masculino - 150					F- 117				
SEMESTRE 1º (43) 2º (86) 3º (54) 4º(23) 5º (14) 6º (12) 7º (07) 8º (17) 9º (04) 10º (02) Não informou: 12									
IDADE 16 (01) 17 (13) 18 (57) 19 (62) 20 (46) 21 (28) 22 (22) 23 (19) 24 (05) 25 (06) 26 (02) 27 (01) Outros: (09) / Não informou (01)									
Onde Mora -Brasília (162) -Cidade Satélite (106) -Entorno (05) - Não informou (08)									
Onde Nasceu: D.F (154) C. Oeste (22) [GO (18) ; MT (02); MS (01); TO (01)] Sudeste (46) [RJ (12); MG (14); SP (16); ES (02)] Sul (03) [RS (03); SC (xx); PR (xx)] Nordeste (28) [PI (04); BA (05); PE (03); SE (02);PB (01);RN (03);MA (04); CE (03);AL (01)] Norte (03) [PA (02); AM (01)]									
RELIGIÃO: Agnóstico (19) Ateu (31) Católico (78) De matriz africana (03) Espírita Kardecista (21) Evangélico (21) Não tem (53) Outros: 25									
Onde cursou ensino médio? -Pública (38) -Particular (149) -Militar (11) - Não informou (54)									
(nº9) O que vc pensa sobre o governo militar brasileiro (1964-1985) Foi violento e houve muita violação aos Direitos Humanos. (240) Foi importante para evitar a implantação do comunismo no Brasil. (46) Foi importante para o desenvolvimento do Brasil e para conter a corrupção. (42)									
(nº10) O que você pensa sobre as torturas, desaparecimentos e prisões ocorridas no período do governo militar brasileiro (1964-1985)?									

Era uma guerra contra a guerrilha de oposição, portanto, ações necessárias. (15)

Foram fruto do autoritarismo do Estado, portanto, constituem abusos aos Direitos Humanos. (245)

Não foram tão violentas como difundido por alguns meios de comunicação. (17)

(nº11) Como obteve as informações sobre o período do governo militar (1964-1985)?

Familiares: -Pais (174) -parentes (133) - amigos (101)

Escola: - Livros Didáticos (243) -Palestras (110) -Seminários (69)

Imprensa: - Jornais (147) - Revistas (153) - TVs (164) - Rádio (40)

Outras mídias: - Cinema (175) - Novelas (77) - Minisséries (82) - Outros (03)]02-livros,01internet/ humanas]

(nº12) Para você, aqueles que se opuseram ao governo militar (1964-1985) eram?

Guerrilheiros (87) Idealistas (124) Terroristas (23) Jovens engajados politicamente (199)

Jovens irresponsáveis (24) Heróis (30) outros: (07)

Os principais eventos que conhece/tem memória

		TOTAL SAÚ.	TOTAL EXAT.	TOTAL HUM.	TOTAL
E V E N T O S	AI-5	11	04	48	63
	AIs (geral)	07	05	25	37
	Anistia	01	00	01	02
	Assaltos bancos	00	00	03	03
	Assassinato Herzog	04	01	13	18
	Censura	05	03	21	29
	Congresso UNE/Ibiúna	00	00	09	09
	Copa do mundo (Copa de 70	03	02	09	14
	Crise Econômica	01	01	01	03
	Des./ cresc. Ec.	00	00	05	05
	Desaparecimento Honestino	00	00	09	09
	Desaparecimentos	08	04	10	22
	Diretas Já	01	11	11	23

	DOI	00	00	02	02
	DOI-Codi	00	00	01	01
	DOPS	00	01	02	03
	Exílios	05	02	13	20
	Fechamento do Congresso	01	00	06	07
	Golpe	06	02	20	28
	Guerrilha do Araguaia	01	00	19	20
	Ideologias	01	00	01	02
	Invasão UnB	02	01	10	13
	Marcha da família com deus	01	01	05	07
	Milagre Econômico	10	08	13	31
	Morte Edson Luís	01	01	02	04
	Morte Lamarca	00	00	01	01
	Morte Marighella	00	00	03	03
E V E N T O S	Mortes [geral]	01	00	02	03
	Mov. Sociais	00	00	01	01
	Movimento estudantil	00	00	04	04
	OBAN	00	00	02	02
	Obras Faraônicas	02	02	05	09
	Passeata dos Cem Mil	00	00	05	05
	Perseguição política	00	00	06	06
	Prisões	05	05	06	16
	Propaganda governamental	00	00	01	01
	Reabertura	00	00	06	06
	Redução da violência	00	00	06	06
	Repressão	00	00	08	08
	Riocentro	00	00	10	10
	Sequestro embaixador americano	00	00	13	13
	Sequestro outros embaixadores	00	00	08	08
	Sequestros (geral)	01	02	05	08
	Tortura	00	03	29	32
	Tropicalismo	00	00	03	03
	UNE	00	00	00	00
	Violência	00	00	02	02

**ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS
ÁREA - EXATAS**

Nº de questionários: 37									
SEXO:									
Masculino - 26					F- 11				
SEMESTRE									
1º (14)	2º (03)	3º (06)	4º(01)	5º (xx)	6º (02)	7º (02)	8º (04)	9º (02)	10º (01)
Não informou: 02									
IDADE									
16 (xx)	17 (06)	18 (06)	19 (07)	20 (04)	21 (04)	22 (04)	23 (03)	24 (xx)	25 (02)
26 (xx)									
Outros: não informou: 01									
Onde Mora									
-Brasília (21)		-Cidade Satélite (15)		-Entorno (xx)		- Não informou (01)			
Onde Nasceu:									
D.F (21)									
C. Oeste (04) [GO (02) ; MT (xx); MS (01); TO (01)]									
Sudeste (04) [RJ (01); MG (01); SP (01); ES (01)]									
Sul (00) [RS (xx); SC (xx); PR (xx)]									
Nordeste(07) [BA (03); PI (01);SE (01);MA (02)]									
Norte (01) [PA (01)]									
RELIGIÃO:									
Agnóstico (03)		Ateu (04)		Católico (09)		De matriz africana (xx)		Espírita Kardecista (04)	
Evangélico (02)		Não tem (13)							
Outros: protestante (02)									
Onde Coursou ensino médio?									
-Pública (05)		-Particular (24)		-Militar (05)		- Não informou (03)			
(nº9) O que vc pensa sobre o governo militar brasileiro (1964-1985)									
Foi violento e houve muita violação aos Direitos Humanos. (33)									
Foi importante para evitar a implantação do comunismo no Brasil. (05)									
Foi importante para o desenvolvimento do Brasil e para conter a corrupção. (06)									
(nº10) O que você pensa sobre as torturas, desaparecimentos e prisões ocorridas no período do governo militar brasileiro (1964-1985)?									

Era uma guerra contra a guerrilha de oposição, portanto, ações necessárias. (03)

Foram fruto do autoritarismo do Estado, portanto, constituem abusos aos Direitos Humanos. (33)

Não foram tão violentas como difundido por alguns meios de comunicação. (01)

(nº11) Como obteve as informações sobre o período do governo militar (1964-1985)?

Familiares: - Pais (24) - parentes (20) - amigos (11)

Escola: - Livros Didáticos (30) - Palestras (13) - Seminários (06)

Imprensa: - Jornais (17) - Revistas (19) - TVs (16) - Rádio (04)

Outras mídias: - Cinema (18) - Novelas (10) - Minisséries (09)

(nº12) Para você, aqueles que se opuseram ao governo militar (1964-1985) eram?

Guerrilheiros (09) Idealistas (17) Terroristas (03) Jovens engajados politicamente (30)

Jovens irresponsáveis (02) Heróis (03)

Os principais eventos que conhece/tem memória

	TOTAL
E	AI-5 04
V	AIs (geral) 05
E	Anistia 00
N	Assaltos bancos 00
T	Assassinato 01
O	Herzog
S	Censura 03
	Congresso 00
	UNE/Ibiúna
	Copa do mundo 02
	(Copa de 70
	Crise Econômica 01
	Des./ cresc. Ec. 00
	Desaparecimento 00
	Honestino
	Desaparecimentos 04
	Diretas Já 11
	DOI 00
	DOI-Codi 00
	DOPS 01

	Exílios	02
	Fechamento do Congresso	00
	Golpe	02
	Guerrilha do Araguaia	00
	Ideologias	00
	Invasão UnB	01
	Marcha da família com deus	01
	Milagre Econômico	08
	Morte Edson Luís	01
	Morte Lamarca	00
	Morte Marighella	00
E V E N T O S	Mortes [geral]	00
	Mov. Sociais	00
	Movimento estudantil	00
	OBAN	00
	Obras Faraônicas	02
	Passeata dos Cem Mil	00
	Perseguição política	00
	Prisões	05
	Propaganda governamental	00
	Reabertura	00
	Redução da violência	00
	Repressão	00
	Riocentro	00
	Sequestro embaixador americano	00
	Sequestro outros embaixadores	00
	Sequestros (geral)	02
	Tortura	03
	Tropicalismo	00
	UNE	00
	Violência	00

**ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS
ÁREA - SAÚDE**

Nº de questionários: 51									
SEXO: Masculino -14					F- 37				
SEMESTRE:									
1º (07)	2º (13)	3º (07)	4º(05)	5º (07)	6º (01)	7º (03)	8º (01)	9º (01)	10º (xx)
Não informou: 04									
IDADE:									
16 (xx)	17 (02)	18 (07)	19 (09)	20 (08)	21 (11)	22 (07)	23 (02)	24 (xx)	25 (01)
26 (xx)									
Outros:									
Onde Mora									
-Brasília (23)		-Cidade Satélite (24)		-Entorno (02)		- Não informou (01)			
Onde Nasceu:									
D.F (38)									
C. Oeste (03) [GO (03) ; MT (xx); MS (xx)]									
Sudeste (05) [RJ (01); MG (04); SP (xx); ES (xx)]									
Sul (01) [RS (01); SC (xx); PR (xx)]									
Nordeste(05) [BA (03); PI (01);RN (01);MA (xx)]									
Norte () [PA (); AM ()]									
RELIGIÃO:									
Agnóstico (01)		Ateu (05)		Católico (18)		De matriz africana (xx)		Espírita Kardecista (04)	
Evangélico (09)		Não tem (06)							
Outros: deísta (02)		budista (xx)		protestante (03)					
Onde cursou ensino médio?									
-Pública (05)		-Particular (30)		-Militar (01)		- Não informou (11)			
(nº9) O que vc pensa sobre o governo militar brasileiro (1964-1985)									
Foi violento e houve muita violação aos Direitos Humanos. (47)									
Foi importante para evitar a implantação do comunismo no Brasil. (03)									
Foi importante para o desenvolvimento do Brasil e para conter a corrupção. (06)									
(nº10) O que você pensa sobre as torturas, desaparecimentos e prisões ocorridas no período do governo militar brasileiro (1964-1985)?									

Era uma guerra contra a guerrilha de oposição, portanto, ações necessárias. (01)

Foram fruto do autoritarismo do Estado, portanto, constituem abusos aos Direitos Humanos. (48)

Não foram tão violentas como difundido por alguns meios de comunicação. (01)

(nº11) Como obteve as informações sobre o período do governo militar (1964-1985)?

Familiares: -Pais (29) -parentes (20) - amigos (11)

Escola: - Livros Didáticos (46) -Palestras (13) -Seminários (02)

Imprensa: - Jornais (17) - Revistas (15) - TVs (27) - Rádio (06)

Outras mídias: - Cinema (26) - Novelas (13) - Minisséries (18)

(nº12) Para você, aqueles que se opuseram ao governo militar (1964-1985) eram?

Guerrilheiros (11) Idealistas (22) Terroristas (01) Jovens engajados politicamente (42)

Jovens irresponsáveis (02) Heróis (09)

Os principais eventos que conhece/tem memória

	TOTAL
E	AI-5 11
V	AIs (geral) 07
E	Anistia 01
N	Assaltos bancos 00
T	Assassinato 04
O	Herzog
S	Censura 05
	Congresso 00
	UNE/Ibiúna
	Copa do mundo 03
	(Copa de 70
	Crise Econômica 01
	Des./ cresc. Ec. 00
	Desaparecimento 00
	Honestino
	Desaparecimentos 08
	Diretas Já 01
	DOI 00
	DOI-Codi 00
	DOPS 00
	Exílios 05

	Fechamento do Congresso	01
	Golpe	06
	Guerrilha do Araguaia	01
	Ideologias	01
	Invasão UnB	02
	Marcha da família com deus	01
	Milagre Econômico	10
	Morte Edson Luís	01
	Morte Lamarca	00
	Morte Marighella	00
E V E N T O S	Mortes [geral]	01
	Mov. Sociais	00
	Movimento estudantil	00
	OBAN	00
	Obras Faraônicas	02
	Passeata dos Cem Mil	00
	Perseguição política	00
	Prisões	05
	Propaganda governamental	00
	Reabertura	00
	Redução da violência	00
	Repressão	00
	Riocentro	00
	Sequestro embaixador americano	00
	Sequestro outros embaixadores	00
	Sequestros (geral)	01
	Tortura	00
Tropicalismo	00	
UNE	00	
Violência	00	

**ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS
ÁREA - HUMANAS**

Nº de questionários: 179									
SEXO: Masculino - 110					F- 69				
SEMESTRE:									
1º (22)	2º (70)	3º (34)	4º(17)	5º (07)	6º (09)	7º (02)	8º (05)	9º (01)	10º (01)
Não informou: 06									
IDADE									
16 (01)	17 (05)	18 (44)	19 (46)	20 (34)	21 (13)	22 (11)	23 (14)	24 (05)	25 (03)
26 (02) 27 (01) Outros: (09)									
Onde Mora:									
-Brasília (118) -Cidade Satélite (67) -Entorno (03) - Não informou (06)									
Onde Nasceu:									
D.F (110) C. Oeste (15) [GO (13) ; MT (02); MS (xx)] Sudeste (37) [RJ (10); MG (09); SP (15); ES (01)] Sul (02) [RS (02); SC (xx); PR (xx)] Nordeste (16) [PI (02); BA (01); PE (03); SE (01);PB (01);RN (02);MA (02); CE (03); AL (01)] Norte (02) [PA (01); AM (01)]									
RELIGIÃO:									
Agnóstico (15) Ateu (22) Católico (51) De matriz africana (03) Espírita Kardecista (13) Evangélico (10) Não tem (34) Outros: 18									
Onde cursou ensino médio?									
-Pública (28) -Particular (95) -Militar (05) - Não informou (40)									
(nº9) O que vc pensa sobre o governo militar brasileiro (1964-1985)									
Foi violento e houve muita violação aos Direitos Humanos. (160) Foi importante para evitar a implantação do comunismo no Brasil. (38) Foi importante para o desenvolvimento do Brasil e para conter a corrupção. (30)									
(nº10) O que você pensa sobre as torturas, desaparecimentos e prisões ocorridas no período do governo militar brasileiro (1964-1985)?									

Era uma guerra contra a guerrilha de oposição, portanto, ações necessárias. (11)

Foram fruto do autoritarismo do Estado, portanto, constituem abusos aos Direitos Humanos. (164)

Não foram tão violentas como difundido por alguns meios de comunicação. (15)

(nº11) Como obteve as informações sobre o período do governo militar (1964-1985)?

Familiares: -Pais (121) -parentes (93) - amigos (79)

Escola: - Livros Didáticos (167) -Palestras (84) -Seminários (61)

Imprensa: - Jornais (113) - Revistas (119) - TVs (121) - Rádio (30)

Outras mídias: - Cinema (131) - Novelas (54) - Minisséries (55) - Outros (03)

[02-livros, 01-inernetet]

(nº12) Para você, aqueles que se opuseram ao governo militar (1964-1985) eram?

Guerrilheiros (67) Idealistas (85) Terroristas (19) Jovens engajados politicamente (127)

Jovens irresponsáveis (20) Heróis (18) outros: (07)

Os principais eventos que conhece/tem memória

		TOTAL	TOTAL	TOTAL
E	AI-5	04	44	48
V	AIs (geral)	01	24	25
E	Anistia	00	01	01
N	Assaltos bancos	00	03	03
T	Assassinato	00	13	13
O	Herzog			
S	Censura	08	13	21
	Congresso	01	08	09
	UNE/Ibiúna			
	Copa do mundo	00	09	09
	(Copa de 70			
	Crise Econômica	00	01	01
	Des./ cresc. Ec.	00	05	05
	Desaparecimento	03	06	09
	Honestino			
	Desaparecimentos	02	08	10
	Diretas Já	02	09	11
	DOI	00	02	02

	DOI-Codi	01	00	01
	DOPS	00	02	02
	Exílios	01	12	13
	Fechamento do Congresso	01	05	06
	Golpe	02	18	20
	Guerrilha do Araguaia	03	16	19
	Ideologias	00	01	01
	Invasão UnB	02	08	10
	Marcha da família com deus	00	05	05
	Milagre Econômico	00	13	13
	Morte Edson Luís	02	00	02
	Morte Lamarca	00	01	01
	Morte Marighella	01	02	03
E V E N T O S	Mortes [geral]	00	02	02
	Mov. Sociais	00	01	01
	Movimento estudantil	01	03	04
	OBAN	00	02	02
	Obras Faraônicas	00	05	05
	Passeata dos Cem Mil	02	03	05
	Perseguição política	01	05	06
	Prisões	03	03	06
	Propaganda governamental	00	01	01
	Reabertura	02	04	06
	Redução da violência	00	06	06
	Repressão	02	06	08
	Riocentro	00	10	10
	Sequestro embaixador americano	00	13	13
	Seqüestro outros embaixadores	02	06	08
	Sequestros (geral)	00	05	05
	Tortura	02	27	29
	Tropicalismo	01	02	03
	UNE	00	00	00
	Violência	00	02	02

OUTROS:

Privatização da saúde: 01

Movimento de reforma da saúde: 01

Mobral: 01

Redução da violência: 0 1

Construção de hospitais particulares: 01

MR-8: 01

Militares não punidos: 01

Sucateamento da saúde: 01

Comício da central do Brasil: 01

Crise do Petróleo: 01

Mobral: 01

Falta de democracia: 01